

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO**

TATIANE DINCA

**DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DE PATO
BRAGADO E SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS NO OESTE
PARANAENSE (1945-2010)**

Toledo
2012

TATIANE DINCA

**DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DE PATO
BRAGADO E SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS NO OESTE
PARANAENSE (1945-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Antônio Colognese

Toledo
2012

Catalogação na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.

Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

D583d

Dinca, Tatiane

Desenvolvimento local : estudo dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras no Oeste paranaense (1945-2010) / Tatiane, Dinca. – Toledo, PR : [s. n.], 2012
145 f. : il. (algumas color.), figs., tabs., grafos.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Antônio Cognese
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Desenvolvimento econômico 2. Capital social 3. Comunidades – Desenvolvimento 4. Paraná, Região Oeste – Colonização 5. Organizações sociais 6. Disparidades econômicas regionais 7. Pato Bragado (PR) - Condições econômicas 8. São José das Palmeiras (PR) -- Condições econômicas I. Cognese, Silvio Antônio, Orient. II. T

CDD 20. ed. 338.98162

TATIANE DINCA

**DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DE PATO
BRAGADO E SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS NO OESTE
PARANAENSE (1945-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Silvio Antônio Cognese
UNIOESTE – TOLEDO – PR

Prof. Dr. Moacir Piffer
UNIOESTE – TOLEDO – PR

Prof. Dr. Valderice Cecília Limberger Rippel
UNIFASS – M. C. RONDON – PR

Toledo, 10 de dezembro, 2012.

AGRADECIMENTOS

O estudo que se apresenta não é somente um resultado de leituras e pesquisas realizadas na área em questão, mas também, e principalmente, que se tornou possível graças ao apoio técnico, emocional e financeiro daqueles que se fizeram presentes ao longo desta caminhada.

Primeiramente quero agradecer a Deus pelas inúmeras bênçãos em minha vida, por sempre iluminar meu caminho.

Agradeço o incentivo e o apoio da minha família, principalmente meus pais, Ana Maria e Vilson.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela contribuição financeira com a concessão da bolsa de estudo no período de 18 meses.

Ao professor orientador Silvio Antônio Colognese, pelo interesse e dedicação com que orientou esta pesquisadora, pela parceria, confiança e experiência repassada, desde as idéias iniciais da pesquisa, até a finalização da dissertação.

Às pessoas que nos auxiliaram na etapa de coleta dos dados, indispensáveis para o bom andamento da pesquisa. A todos entrevistados e os demais participantes da pesquisa, em especial Zoraíde, pela paciência e disponibilidade com que nos ajudaram sem a colaboração destas pessoas não existiria pesquisa.

À coordenação, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Unioeste – Campus de Toledo.

Aos professores, Valderice Cecília Limberger Rippel e Moacir Piffer, por aceitarem participar da banca de defesa de mestrado e pelas contribuições importantes para a finalização da dissertação.

A todos, muito Obrigada!

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a trajetória histórica de desenvolvimento de Pato Bragado e São José das Palmeiras. A região administrativa de Toledo está localizada no extremo oeste do Paraná, composta por vinte municípios. Portanto, quando o desenvolvimento é observado em particular, as desigualdades locais torna-se evidentes. Os municípios selecionados para a pesquisa apresentam níveis de desenvolvimento desiguais, apesar que pertencem a mesma região oeste paranaense e muitos são os fatores que podem ser os responsáveis pela diferença de nível de desenvolvimento entre eles, sendo assim, pela dada trajetória histórica, modelo de colonização, origem étnica e a quantidade de organizações associativas. Para sua realização adotou-se o método estudo de caso, e a pesquisa teve caráter descritiva para demonstrar a trajetória de desenvolvimento nos municípios da amostragem e de um caráter exploratório. O estudo teve uma abordagem qualitativa e quantitativa e houve a coleta de dados, por meio de dados primários via pesquisa e dados secundários. Para mensurar o capital social, utilizou-se o levantamento de número de organizações associativas, onde que o município de Pato Bragado tem quantidade superior de associações do que São José das Palmeiras. Os resultados da pesquisa revelam que a trajetória histórica é decisiva para o processo de desigualdade dos municípios estudados. Pato Bragado foi colonizado pela empresa Maripá, a qual tinha preocupação maior com o elemento humano e a estrutura fundiária de pequena propriedade rural que incentivava a vinda de colonos migrantes oriundos da região sul do Brasil, conhecidos como sulista. E já a empresa Bentheim, colonizadora do município de São José das Palmeiras onde a propaganda estava firmada na fertilidade das terras e priorizava a vinda de migrantes de outras partes do país, em grande maioria da região norte do Brasil, vistos como nortista. Em suma, o município de Pato Bragado tem um maior desenvolvimento local em relação a este parâmetro do município de São José das Palmeiras. O desenvolvimento requer crescimento nos níveis de organização social, o que tem sido denominado de capital social, quanto maior a capacidade das pessoas se associarem em torno de objetivos comuns, maiores serão os indicadores de capital social e consequentemente maior será o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Trajetória histórica. Capital social. Origem étnica.

ABSTRACT

This research aims at analyzing the historical trajectory of development of Pato Bragado and São José das Palmeiras. The administrative region of Toledo is located in the extreme west of Paraná, comprising twenty municipalities. Therefore, when the development is observed in particular local inequalities becomes evident. The cities selected for the study present unequal levels of development, despite belonging to the same region western Paraná and there are many factors that may be responsible for the difference in levels of development between them, so given the historical trajectory, colonization model , ethnicity and quantity of associative organizations. For its realization it was adopted the case study method and the research had descriptive character to show the course of development in the municipalities of sampling and exploratory character. The study had a qualitative and quantitative data collection through primary data and secondary data via research. In order to measure social capital, it was used the survey of number of associative organizations, of which Pato Bragado has a larger number than São José das Palmeiras. The research results reveal that the historical trajectory is crucial to the process of inequality in the studied districts. Pato Bragado was colonized by Maripá Company, which had greater concern with the human element and the structure of small farm land which encouraged the coming of migrant settlers from southern Brazil. And the company Bentheim, colonizing the city of São José das Palmeiras in which the advertisement was grounded on fertility of land and gave priority to the coming of migrants from other parts of the country, mostly from the northern region of Brazil. In short, Pato Bragado has a larger local development in relation to this parameter in São José das Palmeiras. Development requires growth in levels of social organization, which has been called social capital, the greater the ability of people to associate around common goals, the greater the social capital indicators and consequently greater will be local development.

Keywords: Local development. Historical trajectory. Social capital. Ethnic origin.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Região administrativa de Toledo e sua localização no território do estado do Paraná.....	44
Figura 2 - Localização e mapa dos municípios Pato Bragado (esquerda) e São José das Palmeiras (direita) na região oeste do Paraná.....	76
Figura 3 - Rede hidrográfica do município São José das Palmeiras.....	77
Figura 4 - Mapa rodoviário com a localização dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras.....	79
Figura 5 - Planta baixa do Porto Britânia.....	86
Figura 6 - Planta geral do município de Pato Bragado.....	87
Figura 7 - Vista área do município de São José das Palmeiras.....	92
Figura 8 - Área colonizada pela Bentheim na Colônia São José.....	93
Figura 9 - Área de cultivo do café.....	96
Figura 10 - Trabalhadores rurais na colheita do algodão.....	98
Figura 11 - Ata do plebiscito.....	105
Gráfico 1 - IFDM nas áreas de desenvolvimento.....	24
Gráfico 2 - Distribuição da área rural agropecuária por alguns municípios.....	55
Gráfico 3 - População de Pato Bragado por sexo em faixa etária – 2010.....	81
Gráfico 4 - População de São José das Palmeiras por sexo em faixa etária – 2010.....	83
Gráfico 5 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários no período – 1995/2006.....	101
Gráfico 6 - População total de São José das Palmeiras no período – 1985/2010...102	102
Gráfico 7 - Atividades econômicas segundo a área (ha) em Pato Bragado.....	113
Gráfico 8 - Atividades econômicas segundo a área (ha) em São José das Palmeiras.....	115
Gráfico 9 - Empregos segundo as atividades das indústrias em Pato Bragado.....	118
Gráfico 10 - Estabelecimentos e empregos segundo as atividades no setor terciário – 2010.....	119
Gráfico 11 - IPDM nas áreas de desenvolvimento.....	122

Gráfico 12 - Mortalidade por doenças nos municípios de Pato Bragado (esquerda) e São José das Palmeiras (direita) – 2008.....	123
Quadro 1- Três dimensões do capital social.....	65
Quadro 2 - Organizações associativas no município de Pato Bragado.....	126
Quadro 3 - Organizações associativas no município de São José das Palmeiras..	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - IDH-2000 nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras...	22
Tabela 2 - IFDM-2011 nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras	23
Tabela 3 - Comparativo da produção de milho e soja na região oeste do Paraná....	46
Tabela 4 - Relação entre crédito rural e produção de grãos no período – 1965/1999.....	47
Tabela 5 - População rural e urbana no oeste do Paraná – 1970 /1991.....	49
Tabela 6 - Rebanho suíno em Toledo entre 1960/1996 em cabeças.....	50
Tabela 7 - Evolução do PIB <i>per capita</i> (R\$ 1,00).....	51
Tabela 8 - IDH-M 2000 e respectivas posições dos municípios no <i>ranking</i> estadual.....	52
Tabela 9 - Evolução da população total, urbana e rural dos municípios no período – 2000/2010.....	53
Tabela 10 - Área rural agropecuária, densidade de habitantes na área rural e o valor bruto da produção por hectare.....	54
Tabela 11 - PIB <i>per capita</i> (valores em R\$ 1,00) no ano – 2009.....	56
Tabela 12 - Comparativo IDH-2000, <i>ranking</i> , respectivas distâncias, área territorial e população total.....	57
Tabela 13 - Aspectos gerais nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras.....	78
Tabela 14 - Distribuição da população por sexo e faixa etária de Pato Bragado – 2010.....	81
Tabela 15 - População censitária segundo tipo de domicílio e sexo de Pato Bragado – 2010.....	82
Tabela 16 - Distribuição da população por sexo e faixa etária de São José das Palmeiras – 2010.....	82
Tabela 17 - População censitária segundo tipo de domicílio e sexo de São José das Palmeiras – 2010.....	83
Tabela 18 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total no período – 1995/2006.....	101
Tabela 19 - Dados populacionais e variações percentuais (var %) município de São José das Palmeiras – 1985/2010.....	102

Tabela 20 - Principais indicadores econômicos nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras.....	108
Tabela 21 - Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas – 2010.....	110
Tabela 22 - Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola (Pato Bragado /2010).....	112
Tabela 23 - Estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas (Pato Bragado /2006).....	112
Tabela 24 - Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola (São José das Palmeiras /2010).....	114
Tabela 25 - Estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas (São José das Palmeiras /2006).....	114
Tabela 26 - Estabelecimentos agropecuários em unidades e hectares – 2006.....	116
Tabela 27 - Número de estabelecimentos e empregos no setor secundário – 2010.....	117
Tabela 28 - Número de estabelecimentos e empregos no setor terciário – 2010.....	118
Tabela 29 - IDH nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras – 1991/2000.....	120
Tabela 30 - IPDM nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras – 2009.....	121
Tabela 31 - Coeficientes de mortalidade – 2010.....	122
Tabela 32 - Informações relacionados à educação (IDH-M) – 2000.....	124
Tabela 33 - Taxa de analfabetismo segundo faixa etária – 2010.....	124
Tabela 34 - IDEB nos anos de referência – 2005/2011.....	125

LISTA DE ABREVIATURAS

ABA	Associação Bragadense dos Artesãos
ACCB	Associação Comunitária Cultural Bragadense
ACIBRA	Associação Comercial Industrial de Pato Bragado
ACISP	Associação Comercial e Empresarial de São José das Palmeiras
APAIIS	Associação de Proteção e Amparo ao Idoso
APLs	Arranjos Produtivos Locais
APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários
APMI	Associação de Proteção de Maternidade Infância
APOP	Associação de Produtores Orgânicos de Pato Bragado
ARA	Associação Recuperação Alcoólatras de Pato Bragado
ASMUP	Associação dos Servidores Municipais de São José das Palmeiras
ASSERBRA	Associação dos Servidores do Município de Pato Bragado
COPAGRIL	Cooperativa Agroindustrial Copagril
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
CTN	Código Tributário Nacional
DATA SUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETAEP	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FPCI	Fundação Paranaense de Colonização e Imigração
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FRIGOBRÁS	Companhia Brasileira de Frigoríficos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPDM	Índice Ipardes de Desempenho Municipal

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MOTO CLUB	Associação de Motociclistas e Amigos de Pato Bragado
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROVOPAR	Programa do Voluntariado Paranaense
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
SESA	Secretaria da Saúde
TRE-PR	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VAB	Valor Adicionado Bruto
VBP	Valor Bruto da Produção Agropecuária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A DESIGUALDADE NO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	17
2.1 Concepções de desenvolvimento.....	17
2.2 Indicadores socioeconômicos de desenvolvimento.....	20
2.2.1 O índice de desenvolvimento humano	21
2.2.2 O índice de desenvolvimento municipal	22
2.3 Espaço, região e território de desenvolvimento.....	24
2.4 Desigualdade e desenvolvimento local	27
3 FATORES DECISIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	33
3.1 Trajetória histórica.....	33
3.1.1 Diferenças no processo de colonização	37
3.2 Desigualdades locais no desenvolvimento do oeste do Paraná.....	44
3.2.1 Desigualdades demográficas	53
3.2.2 Disparidades de PIB <i>per capita</i>	56
3.3 Capital social	57
3.3.1 Formação do capital social.....	60
3.3.2 Tipos de capital	63
3.3.3 Dimensões e mensuração do capital social	65
3.3.4 Índices de capital social.....	67
3.3.5 Organizações associativas de Pato Bragado e São José das Palmeiras	68
4 ABORDAGEM E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	71
4.1 Tratamento metodológico.....	71
4.2 Procedimentos metodológicos	73
4.3 Objetivos	75
4.3.1 Objetivo geral	75
4.3.2 Objetivos específicos.....	75
4.4 Caracterização dos municípios sob análise	76
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS DE PESQUISA.....	85
5.1 A trajetória histórica do desenvolvimento em Pato Bragado	85
5.1.1 A emancipação de Pato Bragado	89
5.2 A trajetória histórica do desenvolvimento em São José das Palmeiras	91

5.2.1 A agricultura como base para o desenvolvimento de São José das Palmeiras	95
5.2.2 A emancipação de São José das Palmeiras	103
6 DESENVOLVIMENTO DESIGUAL EM PATO BRAGADO E SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS	108
6.1 A economia dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras	111
6.2 Desigualdades nos indicadores de IDH.....	120
6.3 O índice ipardes de desempenho municipal.....	121
6.4 Saúde e educação como indicadores de capital social	122
6.4.1 O índice de desenvolvimento da educação básica	124
6.5 Organizações associativas como indicadores de capital social	125
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS.....	135
ANEXOS	142
ANEXO A - Subscritores do capital da Maripá, local de origem e número de ações (1946)	143
ANEXO B - Folheto de propaganda da colonizadora Maripá	145

1 INTRODUÇÃO

A temática do desenvolvimento tem se mantido como um objeto de pesquisa relevante ao longo das últimas décadas. Neste percurso as abordagens e concepções sofreram deslocamentos, tornando as pesquisas cada vez mais complexas. Uma destas modificações representou a mudança da ênfase do desenvolvimento para a abordagem de diferenças que ocorrem em ambientes diferenciados, como por exemplo, o desenvolvimento local e o desenvolvimento regional. Esta pesquisa trata do desenvolvimento local, através do estudo de caso de municípios do oeste paranaense.

O desenvolvimento local, pode ser entendido como sendo um processo endógeno de mudança, que leva ao progresso econômico e a melhoria da qualidade de vida da população e pode ser direcionado segundo Joyal e Martinelli (2004) a um distrito, uma localidade, um município, uma região, um país ou uma parte do mundo. Assim, o conceito de local adquire uma conotação socioterritorial para o processo de desenvolvimento, quando este processo é pensado, planejado, promovido ou induzido. Nesse caso, o desenvolvimento local é capaz de quebrar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e o atraso de localidades periféricas, promovendo uma mudança social no território.

A observação do *ranking* dos 399 municípios paranaenses, com base no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) mostra que, o desenvolvimento não tem sido homogêneo nos municípios que compõem o estado do Paraná. Havendo neste contexto, municípios de alto desenvolvimento e outros que se encontram em situação de patamar inferior de desenvolvimento. Este fenômeno relatado, também ocorre e se confirma em outros indicadores como no índice FIRJAN, índice ipardes de desenvolvimento municipal e dentre outros.

A região administrativa de Toledo está localizada no extremo oeste do estado do Paraná, composta por vinte municípios dentre eles, dez municípios pertencentes a região oeste paranaense, que obtiveram no IDH-2000 acima de 0,8 e ficaram entre os vinte primeiros colocados no *ranking* dos 399 municípios do estado do Paraná. Desse modo, quando analisada a um nível macro (generalizada) a microrregião se torna uma região desenvolvida, devido aos vinte melhores

municípios do estado, dez municípios fazem parte do polo regional de Toledo. Mas, se analisarmos a nível micro (particular) em cada município individualmente, percebe-se uma grande variação de desempenho, onde o melhor colocado possui IDH-M 0,851 (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) ocupando a segunda posição, o mais baixo possui IDH-M 0,700 ficando com a 340º colocação no mesmo ranking estadual, observa-se então um “desenvolvimento desequilibrado”.

Este estudo é significativo, por isso atendendo ao objetivo geral: analisar a trajetória histórica de desenvolvimento de Pato Bragado e São José das Palmeiras, como objetivos específicos: a) descrever a trajetória de desenvolvimento desde a colonização e ocupação dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras; b) analisar o desenvolvimento local dos municípios pesquisados a partir dos dados socioeconômicos; c) identificar o número de organizações associativas e integrantes em cada associação, servindo como indicadores de capital social nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras; d) tecer considerações comparativas entre os níveis de desenvolvimento dos municípios da amostragem.

Os municípios selecionados da pesquisa apresentam níveis de desenvolvimento desiguais, medido por indicadores socioeconômicos. Com base no argumento, como o modelo de colonização, a origem étnica dos migrantes e o capital social influenciam no desenvolvimento dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras?

Para testar a hipótese, esta pesquisa propõe mostrar a trajetória de desenvolvimento desde a colonização e ocupação dos municípios utilizados como parâmetro no estudo.

A presente pesquisa, justifica-se a partir do interesse pela observação do ranking dos 399 municípios na medida de desempenho IDH-2000. Pois, o município de Pato Bragado ocupa 11º colocação e São José das Palmeiras 259º posição no ranking estadual. Conforme observado, existe uma disparidade na posição dos municípios pertencentes a região oeste paranaense, evidenciando um processo de desequilíbrio intra-regional. Outro motivo para escolha desse assunto se deu, devido as particularidades do processo de colonização, de origem étnica da população e pela diferença de desenvolvimento entre os municípios.

O procedimento metodológico, utilizou-se do método estudo de caso para mostrar e confrontar mais de uma realidade, neste âmbito, nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras. O estudo teve um caráter descritivo para demonstrar a trajetória de desenvolvimento nos dois municípios da amostragem e também de caráter exploratório. Para mensurar o capital social, adotou-se a técnica de pesquisa por levantamento de número de organizações associativas (associações horizontais) e foram realizadas entrevistas para elaborar uma base de dados qualitativa. No trabalho houve a fonte de coleta de dados primários e secundários, por meio de pesquisas e de censos utilizando-se da técnica de amostragem de dados estatísticos decorrente de páginas de internet, como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o Ipardes (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social).

Com isso, a apresentação desta dissertação, estruturou-se em cinco capítulos. No primeiro, é feita uma revisão de literatura sobre a temática desenvolvimento, no segundo capítulo, traz concepções fundamentadas por Pierre Bourdieu que dão importância a trajetória histórica dos municípios para o processo de ocupação do espaço, e neste item, se tem a concepção de capital social.

A abordagem e procedimentos metodológicos estão inseridos no terceiro capítulo. No quarto capítulo, apresenta-se a discussão dos dados de pesquisa da trajetória histórica de desenvolvimento dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras. E por último, no quinto capítulo, demonstra-se o desenvolvimento desigual nos municípios pesquisados. Encerra-se com as considerações finais desta dissertação.

2 A DESIGUALDADE NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O capítulo proposto objetiva apresentar uma base teórica sobre o conceito de desenvolvimento, que discutiremos as contribuições teóricas para evidenciar o desenvolvimento desigual, o qual será tratado com ênfase neste estudo. Posteriormente, será demonstrado os indicadores socioeconômicos de desenvolvimento, sendo os principais: o índice de desenvolvimento humano e o índice de desenvolvimento municipal. Por último, mostra-se noções de espaço, região, território de desenvolvimento, desigualdade e desenvolvimento local.

2.1 Concepções de desenvolvimento

Conforme mencionado na introdução desta seção, existe literatura que atribui o conceito de desenvolvimento a um papel-chave para explicar as desigualdades de desenvolvimento entre os ambientes locais que compõem uma região.

A questão desenvolvimento passou a receber mais atenção dos cientistas sociais, a partir do final da Segunda Guerra Mundial (1945). A criação oficial da ONU (Organização das Nações Unidas) ocorreu no ano de 1945, cuja finalidade segundo Oliveira (2002, p. 39) “manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida, ou seja, tinha como propósito contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos do termo”.

De acordo com Siedenberg (2003) por volta dos anos de 1950, o conjunto de definições e termos econômicos tais como: classes sociais, divisão do trabalho, salário, riqueza, lucro e dentre outros, que em pouco tempo acabou se configurando como um conceito-chave nas ciências sociais aplicadas: o conceito de desenvolvimento. Apenas no ano de 1954, um grupo de cientistas sociais vinculados a ONU, sugeriu a necessidade de atrelar ao PIB¹ (Produto Interno Bruto) alguns indicadores da área da saúde, educação, ocupação e habitação para melhor definir desenvolvimento. Somente na década de 1970, a discussão sobre indicadores de desenvolvimento econômico ganhou importância nos trabalhos da ONU e da

¹ PIB refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país (SANDRONI, 1994).

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas).

Souza (2005) argumenta a existência de duas correntes de pensamento sobre desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas de inspiração teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já a outra corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é uma condição indispensável para que ocorra o desenvolvimento, mas não uma condição suficiente. Na primeira corrente estão os modelos de crescimento da tradição clássica e neoclássica e na segunda corrente estão os economistas de orientação crítica, formados na tradição marxista ou cepalina.

O desenvolvimento em qualquer concepção, deve primeiramente resultar do crescimento econômico² acompanhado pela melhoria na qualidade de vida das pessoas, ou seja, deve incluir na opinião de Vasconcellos e Garcia (1998, p. 205):

As alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

Para Oliveira (2002, p. 40) o desenvolvimento deve ser “encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política, humana e social”. Segundo este autor, desenvolvimento é o crescimento do produto e da renda, transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, na área da saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer e entre outras.

² Crescimento econômico é o aumento da capacidade produtiva da economia na produção de bens e serviços e o conceito emerge com Adam Smith, pois identifica os fatores da formação da riqueza nacional explicando como o mercado opera e qual importância do aumento do tamanho dos mercados para reduzir os custos médios, assim permitir a produção com lucros (SOUZA, 2005).

Pereira (2006, p. 8) define desenvolvimento como:

Um fenômeno histórico, essa não é uma definição normativa, nem hipotético-dedutiva mas uma definição histórica, ou seja, que busca generalizar a experiência histórica do desenvolvimento. Essencialmente o desenvolvimento econômico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional, que resulta da sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção. Nestes termos, o desenvolvimento econômico é um processo de transformação que implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional ou cultural.

Seguindo o pensamento de Pereira (2006), o desenvolvimento econômico promove a melhoria dos padrões de vida mas não resolve todos os problemas de uma sociedade. Para ele, o desenvolvimento é apenas um dos cinco grandes objetivos políticos a que se propõem as sociedades nacionais modernas ao lado da segurança, da liberdade, da justiça social, e da proteção do ambiente.

De acordo com Souza (1999), o desenvolvimento econômico é o crescimento econômico contínuo em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais e não pode ser igual ao conceito crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam toda a economia.

O autor sustenta que, o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas. Neste sentido, o desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente, produtiva juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população.

Siedenberg (2003) afirma que o desenvolvimento é entendido como um processo de mudanças socioeconômicas e os indicadores de desenvolvimento da dimensão econômica e social, nada mais é que medidas estatísticas representativas de um recorte da realidade. Pois, os indicadores de desenvolvimento existentes aprimora para a consolidação do conceito de desenvolvimento mais amplo, com elementos econômicos incorporando aspectos sociais e ambientais. Contudo, os indicadores contribuem para países e regiões apresentando dados estatísticos atualizados, a fim de garantir uma melhor colocação nos *rankings* e estes não tem

apenas a função informativa, mas também a função avaliativa, normativa ou decisória.

2.2 Indicadores socioeconômicos de desenvolvimento

O termo indicador origina-se do latim "*indicare*" verbo que significa apontar. Os indicadores servem como resposta às atividades humanas realizadas num determinado período, com a finalidade de fornecer um resumo dos sistemas, permitindo previsões das condições futuras, também podem servir como um termômetro, fornecendo informações gerais dos aspectos sociais e econômicos de uma sociedade.

Nesse sentido, a investigação de campo dos indicadores sociais tem como prioridade investigar a qualidade de vida e bem-estar das pessoas, servindo de instrumento para o planejamento governamental e sendo realizadas por órgãos governamentais e não governamentais (SANTAGADA, 1993).

Os indicadores sociais tiveram boa aceitação desde seu surgimento. No Brasil, ocorreu a criação de um sistema de indicadores no ano de 1975, e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que ficou encarregado da organização e funcionamento do sistema de indicadores sociais. De modo geral, os indicadores representam um instrumento de monitoramento da realidade e aponta necessidade de políticas para promover o bem-estar social da população (SANTAGADA, 1993).

De acordo com o IBGE (2012), os indicadores sociais são estatísticas sobre aspectos da vida de uma nação que em conjunto podem retratar o estado social e permitir conhecer o seu nível de desenvolvimento social. Portanto, é um conjunto composto de informações sobre as características da população, principalmente da dinâmica demográfica, sobre trabalho e rendimento, saúde, justiça, segurança pública, educação e condições de vida dos habitantes.

Giroto et al. (2007, p. 4), afirmam que os indicadores sociais possibilitam “informações importantes, que nos permite avaliar a onde vamos, onde estamos e de que forma seguir, em relação aos valores e alcance dos objetivos previamente identificados”.

Os principais indicadores socioeconômicos utilizados no presente estudo servem para mostrar a realidade encontrada nos municípios selecionados para a pesquisa que são: PIB (Produto Interno Bruto - soma de bens e serviços produzidos por um país no decorrer de um ano), renda *per capita* (PIB de um país dividido pelo número de seus habitantes), mortalidade infantil (número de crianças que morrem antes de completar um ano, para cada grupo de 1.000 crianças que nasceram vivas), expectativa de vida (estimativa do tempo de vida que os habitantes de um país deverão ter), escolaridade (mede o grau de instrução da população), e o IDH o qual é considerado o indicador mais completo e o mais utilizado nos estudos científicos em dias atuais.

2.2.1 O índice de desenvolvimento humano

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) serve de comparação entre os países e também pode ser usado para avaliar o desenvolvimento de municípios, estados e regiões. O objetivo deste indicador socioeconômico é medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população.

Este índice foi criado pelo economista Mahbud Ul Haq com a colaboração do economista Amartya Sen. Foi apresentado em 1990 em relatório anual e consolidou-se para uma concepção mais complexa de desenvolvimento por meio do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) com o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) orgão da ONU.

O principal objetivo do relatório segundo o próprio PNUD (2001, p. 133) é:

Avaliar o estado do desenvolvimento humano em todo o mundo e fornecer, em cada ano, uma análise crítica de um tema específico. Combina a análise política temática com dados pormenorizados de países, focando o bem-estar humano e não apenas as tendências econômicas.

O IDH compara diferentes aspectos de qualidade de vida das pessoas em países e municípios. É calculado com base em dados econômicos e sociais, sendo composto por indicadores de três elementos: longevidade (esperança de vida ao nascer), educação (taxa de alfabetização e a taxa de matrícula) e renda (PIB *per*

*capita*³ medido em dólares). O índice tem escala que varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) e 1 (pleno desenvolvimento humano), quanto mais próximo de 1 mais desenvolvido é o país.

Em relação aos países e municípios de baixo desenvolvimento são os que atingem menos de 0,499 pontos, de médio desenvolvimento, os que possuem de 0,500 até 0,799 pontos, e de alto desenvolvimento, os países que atingem pontuação superior a 0,800.

No Brasil é o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) responsável pelo estudo do IDH e o responsável pela divulgação dos índices obtidos no estado do Paraná é o Ipardes (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). A tabela 1, apresenta o demonstrativo dos índices obtidos de IDH nos municípios selecionados para esta pesquisa que foram Pato Bragado e São José das Palmeiras.

Tabela 1 - IDH-2000 nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras

Municípios	Ano	IDH – M Geral	IDH – L Longevidade	IDH – E Educação	IDH – R Renda
Pato Bragado	2000	0,821	0,833	0,910	0,720
São José das Palmeiras	2000	0,724	0,767	0,794	0,610

Fonte: Ipardes, 2012.

Neste contexto, percebe-se que Pato Bragado (IDH-M 0,821) é considerado um município de alto desenvolvimento, pois possui pontuação superior a 0,800 e por sua vez São José das Palmeiras (IDH-M 0,724) é um município de médio desenvolvimento, devido o índice ser inferior a 0,799 pontos.

2.2.2 O índice de desenvolvimento municipal

O IFDM (Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal), segundo o Sistema FIRJAN (2012) é um estudo anual que acompanha o desenvolvimento de todos os

³ Renda *per capita* avalia a capacidade de consumo de uma população.

5.564 municípios brasileiros em três áreas: emprego e renda, educação e saúde. O indicador é feito com base em estatísticas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do trabalho, educação e saúde.

O índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Para o Sistema FIRJAN (2012), sua metologia possibilita determinar com precisão, se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios. Na tabela 2, verifica-se o IFDM no ano de referência de 2011 nos respectivos municípios da amostragem.

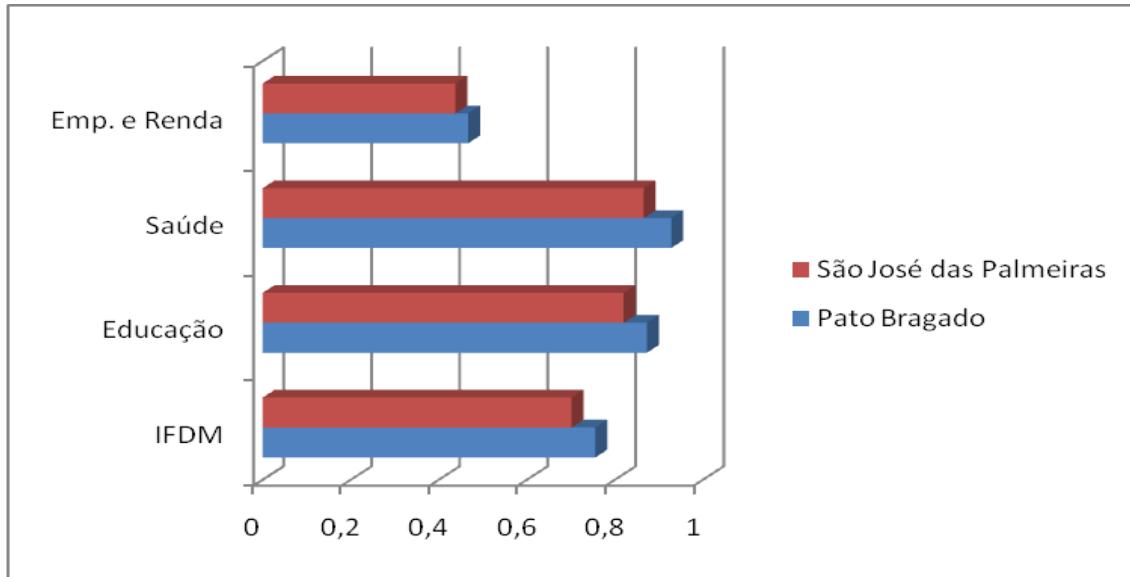
Tabela 2 - IFDM-2011 nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras

Municípios	Ano	IFDM	Educação	Saúde	Emprego e Renda
Pato Bragado	2009	0,756	0,8731	0,9283	0,4667
São José das Palmeiras	2009	0,702	0,8021	0,8657	0,4381

Fonte: Sistema FIRJAN, 2012.

O município de Pato Bragado (IFDM 0,756) no comparativo possui índice FIRJAN de desenvolvimento municipal superior ao município de São José das Palmeiras (IFDM 0,702). No gráfico 1 a seguir, será demonstrado o IFDM nas áreas de desenvolvimento: educação, saúde, emprego e renda dos municípios selecionados da pesquisa.

Gráfico 1 - IFDM nas áreas de desenvolvimento



Fonte: Sistema FIRJAN, 2012 (adaptado pelo autor).

Pato Bragado no setor da educação e saúde é caracterizado um município de alto desenvolvimento (superiores a 0,8 pontos) e São José das Palmeiras é visto como um município de desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8 pontos). Portanto, no respectivo índice e áreas de desenvolvimento, Pato Bragado possui índices superiores em relação ao município de São José das Palmeiras nesta análise.

2.3 Espaço, região e território de desenvolvimento

Para a geografia o espaço é produzido pelas relações humanas e serve como um suporte geográfico para que se desenvolvam as atividades socioeconômicas. Segundo Albuquerque (1998) o território é o ator do desenvolvimento.

A noção de espaço tem um papel importante sobre o espaço geográfico das regiões. Pois, é onde que são produzidos bens de subsistência e os excedentes para as trocas, e neste âmbito aponta Santos (2008), que nos últimos tempos a região tomou novas formas e funções na organização do espaço geográfico. Já o espaço econômico representa as áreas dos centros de produção, assim como as decisões econômicas.

O espaço envolve três noções: o espaço polarizado, o espaço homogêneo e o espaço de planificação. O espaço polarizado segundo o próprio Perroux (1961), a noção de polo é ligada a noção de dependência, de concentração e a existência de um centro com uma pequena periferia composta de vários espaços que gravitam no seu espaço de influência. Porém, as cidades não tem as mesmas características de desenvolvimento do centro, existe uma relação de dependência. Desse modo, os espaços polarizados podem ser de crescimento ou de desenvolvimento e estes são um conjunto de relação econômica monetária, investimento e poupança que são realizadas por agentes econômicos.

A forma como o espaço se organiza interfere diretamente no desenvolvimento, pois toda atividade humana é localizada, o que implica diretamente a noção de distância, a qual se tem custos de transporte (MAFRA; SILVA, 2004).

Lencioni (1999) afirma que região é discutida na questão de desenvolvimento desigual, traduzindo a idéia de espaço como campo de circulação, sendo a região uma dimensão particular no processo de valorização do capital.

Souza (2009, p. 12), explica sobre a noção região:

Uma região forma uma identidade, apresentando características semelhantes, ela se aparece como um campo de forças, atraindo unidades econômicas e organizando todo o território à sua proximidade. Definida provisoriamente como um subespaço do território nacional, a região se relaciona com outras regiões, incluindo o exterior do país em que está inserida.

Na sua concepção o tamanho da região, sua constituição e desempenho de cada elemento que a compõe influenciarão sua *performance* em relação à média nacional. Desta maneira, não importa a definição de região ou onde são colocados suas fronteiras, pois ela terá um dinamismo próprio em função de seus elementos constitutivos. Áreas dinâmicas tendem a atrair fatores de produção e a crescer ainda mais rapidamente, enquanto regiões com problemas estruturais poderá perder populações.

Flores (2006, p. 3) define o conceito de território como “espaço de articulação de estratégias de desenvolvimento, vem sendo objeto de ações tanto de

iniciativas da própria sociedade, através de movimentos sociais, organizações não-governamentais e entidades privadas, como de políticas públicas”.

O autor, continua afirmando que o conceito de território incorpora o jogo de poder entre os atores que atuam num espaço, como resultado deste jogo, se define uma identidade relacionada a limites geográficos. O território surge como resultado de uma ação social que de forma concreta e abstrata se apropria de um espaço (tanto física como simbolicamente) denominando um processo de construção social.

Gehlen e Riella (2004, p. 20) mostra o território como “realidade complexa e dinâmica, em permanente transformação, reflexo das dinâmicas físicas, socioeconômicas e culturais do contexto local”. Para eles, o território é uma referência globalizante, algo que está sendo construído em paralelo ao conceito de globalização, sendo por um lado pelas possibilidades de reconhecer e valorizar as especificidades locais e regionais no enfrentamento com a uniforme idéia de globalização. Por outro lado, a idéia de território oferece chances de inclusão do particular no global, via oportunidades de desenvolvimento de potencialidades locais e regionais.

Os autores citam exemplos da competitividade com novos valores (simbólicos) em escala local e regional, tais como atividades de agroecoturismo, artesanatos, agroindústrias caseiras e valores estéticos ambientais. Contudo, a mobilização do patrimônio local induz a redinamização do território, por meio de novas modalidades de integração e de valorização dos recursos e dos produtos locais como componentes do patrimônio sociocultural coletivo.

Numa outra abordagem Abromovay (2000, p. 6) define a noção território:

A idéia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico.

Assim defendido pelo autor, a dimensão territorial do desenvolvimento ainda pode revelar potenciais à sociedade, e também o conceito vem ganhando cada vez mais espaço no contexto atual e interesse dos cientistas sociais. Pois, a temática

desenvolvimento no território, tem elementos de inovação e organização socioterritorial para a promoção de níveis qualificados de desenvolvimento territorial.

De acordo com Correa (2003, p. 135), o termo desenvolvimento territorial “indica um conjunto variado de políticas e ações que permitem evidenciar questões relacionados com os sentidos atribuídos à noção de desenvolvimento e dos seus atores e espaços de gestão”. O termo está diretamente relacionado ao uso efetivo das capacidades, competências e habilidades das comunidades tanto urbanas como rurais, e com a identidade social e histórica própria e territorialmente delimitada.

Já, outros autores, como Flores (2006, p. 5) fazem uma diferenciação de outro tipo de território o chamado:

Território construído como um espaço de relações sociais, onde há o sentimento de pertencimento dos atores locais à identidade construída, e associada ao espaço de ação coletiva e de apropriação, onde são criados laços de solidariedade entre esses atores.

Na concepção dele, a construção social de um território e a definição de sua identidade cultural é uma ação coletiva determinada em conjunto com um marco institucional que regula as atividades dos atores locais que participam do processo de construção. Em relação, a questão instituição North (1990) define que são as normas e regulamentos que estabelecem as formas de interação dos atores sociais.

Segundo Gaiovicz, Paim e Dall'Igna (2009, p. 163) os atores sociais são “criados com o território, são os mesmos que irão formular políticas de desenvolvimento do local”, e este desenvolvimento pode ocorrer em determinadas regiões do território.

Os autores destacam que pensar em desenvolvimento local exige uma melhoria das condições de vida das pessoas, para que estas tenha acesso aos recursos disponíveis como saúde, alimentação e habitação. Poderá a vir ocorrer a justiça social e não apenas o desenvolvimento econômico.

2.4 Desigualdade e desenvolvimento local

A partir da década de 1980, os países começaram debater as possibilidades da gestão local no desenvolvimento.

Uma das causas da inserção de políticas de desenvolvimento local⁴ em algumas regiões, é devido ao aumento do desemprego estrutural provocado pelo alto grau de desenvolvimento tecnológico e também pelo crescimento que não ocorre de forma homogênea em todas as localidades de uma região, que leva os governos locais a buscarem alternativas, ou seja, um plano estratégico para resolver os desequilíbrios.

Denardi et al. (2000, p. 1-2), argumentam que o desenvolvimento local ganhou amparo legal com a promulgação da Constituição Federal em 1988, e com a aprovação de diversas leis complementares. Muitos programas governamentais de desenvolvimento buscam valorizar o espaço local, pois em função dos recursos de políticas públicas e programas de governo que só são liberados com a aprovação de conselhos municipais. Assim, abrem-se espaço para novas possibilidades de influência para antigas e novas formas de organização local (associações comunitárias, sindicatos e outras entidades de base social).

O desenvolvimento local surge como uma nova alternativa para o desenvolvimento. Direcionando novas formas de expandir no local, tendo a participação social da sociedade no controle do desenvolvimento e fazendo deste um novo espaço de decisões e responsabilidades coletivas para os atores sociais. As potencialidades locais e regionais podem ser fatores estratégicos num plano de ação contribuindo desse modo, para as políticas de desenvolvimento.

Para Navarro (2001 apud Moraes, 2003, p. 5), a expressão desenvolvimento local é:

Recente e deriva de duas grandes mudanças nas últimas décadas. Primeiro, a multiplicação de ONGs que criaram uma estratégia de “ação local”, em oposição aos impactos dos processos globalizantes. A outra mudança refere-se aos processos de descentralização em curso que valorizam o “local”.

⁴ Todo desenvolvimento é local seja ele um distrito, uma localidade, um município, uma região, um país ou uma parte do mundo. A palavra local não é sinônimo de pequeno, e não se refere necessariamente à diminuição ou redução, assim o conceito de local adquire uma conotação socioterritorial para o processo de desenvolvimento, quando este processo é pensado, planejado, promovido ou induzido (JOYAL; MARTINELLI, 2004).

O desenvolvimento local nesta época de globalização⁵ na economia mundial tem influência direta no desenvolvimento dos países e das regiões. Um novo conceito de desenvolvimento econômico apresenta o desenvolvimento endógeno (propostas de desenvolvimento da base para o topo) para a promoção do desenvolvimento local. Portanto, a idéia central do desenvolvimento endógeno conforme Souza (2009, p. 78) é:

Que a inovação não é mais produto exclusivo do empresário individual, mas de um conjunto de atores ligados ao setor produtivo e ao meio local, envolvendo os diferentes agentes ligados às diferentes instituições. A inovação encontra-se ancorada territorialmente. O sistema de produção é flexível e o empreendedorismo vincula-se a uma matriz endógena; as economias externas e de aglomeração são vitais ao desenvolvimento local, assim como as inovações e os meios de acesso às informações e ao conhecimento. As empresas desenvolvem amplas redes de subcontratação e interagem com o meio; as inovações surgem de modo endógeno e predominantemente de forma incremental, não necessariamente na forma revolucionária schumpeteriana, o que permite a sobrevivência e o dinamismo das pequenas e médias empresas habilitando-se a competirem no mercado globalizado.

As mudanças nos padrões de produção e a globalização começam a exigir novas maneiras de difusão tecnológica no mercado e o papel do Estado como promotor do desenvolvimento começou utilizar novas formas de organizar as instituições econômicas. Pois, a empresa é uma instituição central do capitalismo segundo Ferrera de Lima (2009), as instituições são instrumentos de coordenação para aumentar a eficácia e principalmente para reduzir custos de transação.

North (1990) sustenta que, a organização das empresas e sua relação com as instituições é um ponto importante para que ocorra o progresso econômico. As instituições garantem a segurança dos contratos e acordos das empresas na economia. A outra forma que demonstra a ação das instituições são as redes de informação e de inovação para o crescimento e desenvolvimento econômico das regiões. O papel de coordenação das instituições é o catalisador das ações necessárias para criar condições e criar um clima essencial para a atividade empresarial.

⁵ A globalização refere-se a novas formas de reestruturação do capital em uma escala mundial, que incluem a desregulamentação dos mercados financeiros e a financeirização de todos os aspectos da atividade econômica, a liberalização do comércio internacional e todas as novas possibilidades relacionadas à tecnologia da informação, que são importantes para a mobilidade do capital financeiro e para a organização da produção e dos mercados (BERNSTEIN, 2011).

O processo de desenvolvimento local na concepção de Albuquerque (1998) é um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais, associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais. Assim, constituindo uma nova dinâmica de integração socioeconômica de reconstrução do tecido social na geração de emprego e renda. Este processo, fortalece os empreendimentos empresariais associativos e os microempresários para que gerem empregos sustentáveis na economia local.

Segundo o pensamento de Albuquerque (1998, p. 48) “a existência de capacidade empresarial inovadora em nível local é, talvez, o elemento mais decisivo para liderar o processo de desenvolvimento e mobilizar os recursos disponíveis”. Para ele, este componente é decisivo para o desenvolvimento que exige desta forma, a abordar sua construção social no território.

Dowbor (2008 apud Han, 2009, p. 9) acredita que o desenvolvimento local parte do pressuposto de que “os agentes da sociedade (governos, cidadãos, empresas e organizações da sociedade civil) de determinada localidade estão integradas e formem um consenso sobre as características econômicas da região”, de modo geral que, as oportunidades se desenvolvam segundo suas peculiaridades.

Parente e Zapata (1998) define o desenvolvimento local como um processo orgânico, ou seja, um fenômeno humano e padronizado que envolve os valores e os comportamentos dos participantes. Local não se contrapõe ao global pelo contrário, abre-se espaço para a integração local no global, sendo a partir de “níchos” de mercados que novas oportunidades podem ser aproveitadas pelas economias locais e o desenvolvimento local é uma importante estratégia na geração de oportunidades de trabalho, via do fomento às pequenas e médias empresas. Estes autores afirmam que o desenvolvimento local é melhor caminho para o surgimento de novos atores, lideranças políticas e empresariais, novas formas de organizações, associações e cooperativas.

Buarque (2002, p. 25-26), também comenta sobre o enfoque desenvolvimento local:

Como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local [...] um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade.

Seguindo o raciocínio de Buarque (2002) o desenvolvimento local torna-se o resultado de múltiplas ações convergentes, capaz de quebrar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e o atraso de localidades periféricas promovendo, assim uma mudança social no território. Apenas com uma economia eficiente e competitiva gera riqueza local sustentável então se pode falar, efetivamente em desenvolvimento local, reduzindo a dependência histórica de transferências de rendas geradas em outros espaços. Neste contexto, o desenvolvimento local não pode ser confundido com o isolamento da localidade e seu distanciamento dos processos globais.

O conceito de desenvolvimento local sustentável⁶ é um processo de mudança social e de elevação das oportunidades na sociedade. Sendo uma estratégia social em busca de novas alternativas para o desenvolvimento mais sustentáveis compatibilizando crescimento com eficiência econômica, conservação ambiental, qualidade de vida e equidade social (BUARQUE, 2002).

Para Joyal e Martinelli (2004) o DLIS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável) é um exemplo claro de uma estratégia em tomar apoio ao capital social. Segundo os autores, o capital social não serve apenas para promover o desenvolvimento local, mas para garantir sustentabilidade ao desenvolvimento.

⁶ O desenvolvimento local sustentável é um processo e uma meta a ser alcançada a médio e longo prazos, gerando uma reorientação do estilo de desenvolvimento, redefinindo a base estrutural de organização da economia, da sociedade e das suas relações com o meio ambiente.

Os programas de desenvolvimento local, se afirmam discussões sobre papel das micro, pequenas e médias empresas, assim como empresas difusas nos territórios que são analisadas em termos de distritos industriais, incubadoras de empresas, *clusters* ou um termo mais recente APLs (Arranjos Produtivos Locais).

Albuquerque (1998, p. 58) afirma que a criação de “incubadoras de empresas satisfaz a necessidade de multiplicar as iniciativas empresariais e impulsionar a transformação produtiva territorial”. Para ele, as incubadoras de empresas são parques tecnológicos e institutos tecnológicos setoriais que tenha como prioridade o atendimento dos problemas colocados no seu transcurso, sendo a partir da simples idéia de negócios até um projeto empresarial, incluído o estudo de sua viabilidade econômica, financeira e ambiental. Este tipo de mobilização ajuda na criação de novas empresas e empresários.

A criação de oportunidades para o desenvolvimento representa uma forma de articular a participação e a integridade dos atores locais, agindo conforme suas perspectivas para a promoção do desenvolvimento local (ALBUQUERQUE, 1998). Desse modo, destaca-se o uso do capital social como um elemento decisivo para que se tenha um maior nível de desenvolvimento, medido por indicadores socioeconômicos. Este item, portanto teve como propósito mostrar os conceitos relacionados ao desenvolvimento, com o intuito de almejar um embasamento teórico na discussão desigualdade intra-regional.

3 FATORES DECISIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Para entender melhor as análises sobre os fatores decisivos para desenvolvimento local, se faz necessário haver algumas reflexões teóricas e metodológicas elaboradas por Pierre Bourdieu sobre a trajetória histórica. Principalmente em torno das técnicas de desconstrução da linguagem, por meio dos conceitos de campo e de *habitus*⁷ que, trata-se de um sistema integrado no passado e orientado para uma ação no presente.

3.1 Trajetória histórica

Habitus é uma noção que ajuda a pensar nas características de uma identidade social e de uma experiência biográfica, servindo como uma matriz cultural que proporciona os indivíduos a fazerem suas escolhas. Bourdieu (1963 apud Setton, 2002, p. 20) em suas pesquisas empreendidas na Argélia nos anos 1950 e 1960, observou:

A situação de desamparo de indivíduos arrancados de um universo rural e submetidos a um ambiente urbano e capitalista. Sem instrumentos e/ou categorias de percepção que os ajudassem nesta situação de desamparo, como compreender o comportamento e as práticas desses indivíduos [...] a noção de *habitus* adquire um alcance universal, tornando-se um instrumento conceptual, ao permitir examinar a coerência das características mais diversas de indivíduos dispostos às mesmas condições de existência.

Segundo o autor, o conceito de *habitus* não pode ser interpretado apenas como um sinônimo de uma memória sedimentada e imutável, mas é também um sistema de disposição construído continuamente, aberto e sujeito a novas experiências.

O procedimento de investigação utilizada nesta seção possibilita entender as construções discursivas, elaboradas pelos dirigentes das colonizadoras dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras, e o seu sentido na trajetória específica da história.

⁷ O conceito de *habitus* é uma palavra latina utilizada pela tradição escolástica, traduz a noção grega *hexis* servida por Aristóteles para designar então características do corpo e da alma adquiridas em um processo de aprendizagem (SETTON, 2002).

A trajetória implica no passado, ou seja na memória da cidade, onde Abreu (1998, p. 79) define que é:

Uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em “instituições de memória”, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de se estranhar, então, que seja ele que vem dando o suporte mais sólido à essa procura de diferença. A busca da identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente um busca de raízes, uma busca de passado.

Para Bourdieu (1996), a trajetória aparece segundo uma ordem cronológica de fatos ocorridos de forma lógica desde um começo (o nascimento ou o momento que se inicia a parte interessante da história da vida do sujeito). Este autor (1996, p. 185) argumenta que:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como um relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.

A linguagem é uma eficácia simbólica de construção da realidade, pois a partir dos atos de instituição e nomeação dos agentes envolvidos na luta pela imposição de uma visão da realidade. Portanto, a linguagem representa autoridade sendo para Bourdieu (1996, p. 69):

O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador.

Bourdieu (1996) também afirma que a comunicação entre os agentes se dá pela interação socialmente estruturada, isto é, os agentes da fala entram em comunicação num campo onde as posições sociais já se encontram estruturadas. Ele mostra relevância entre os conceitos de *habitus* e de campo, sendo como subsídios indispensáveis para pensar a adequação entre as ações do sujeito e a realidade objetiva da sociedade como um todo. O campo é entendido como o “*lócus*” em que se trava uma luta concorrencial entre os atores, no qual estes interagem em campos que se interrelacionam.

O *habitus* é como um sistema subjetivo de estruturas interiorizadas, comuns a todos os membros de seu grupo. Para o autor, o *habitus* é uma forma de disposição à determinada prática de grupo, ocasionando a interiorização de estruturas objetivas das suas condições de classe ou de grupo sociais que gera estratégias e que, gera respostas para a resolução de problemas postos de reprodução social. Segundo Bourdieu (1989, p. 386-387):

Falar de estratégias de reprodução não é atribuir ao cálculo racional, ou mesmo à intenção estratégica, as práticas através das quais se afirma a tendência dos dominantes, dentro de si mesmos, de perseverar. É lembrar somente que o número de práticas fenomenalmente muito diferentes organizam-se objetivamente, sem ter sido explicitamente concebidas e postas com relação a este fim, de tal modo que essas práticas contribuem para a reprodução do capital possuído. Isto porque essas ações têm por princípio o *habitus*, que tende a reproduzir as condições de sua própria produção, gerando, nos domínios mais diferentes da prática, as estratégias objetivamente coerentes e as características sistemáticas de um modo de reprodução.

Na opinião de Bourdieu (1996, p. 29) as classes sociais são uma realidade histórica, e argumenta-se que é “preciso construir o espaço social como estrutura de posições diferenciadas, definidas, em cada caso, pelo lugar que ocupam na distribuição de um tipo específico de capital”.

Bourdieu (1985 apud Marteleto e Silva, 2004, p. 44), caracteriza o campo social como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que é possível dizer que os campos sociais se estruturam a partir da distribuição desigual de *quantum* social que, determina posição que cada agente específico ocupa em seu interior, assim denominado este *quantum* de capital social.

O autor sustenta que, a estrutura de campo é formada por dois polos opostos, sendo o primeiro o dos dominantes e o outro dos dominados. Os que ocupam o primeiro polo são aqueles que possuem um máximo de capital social, e por sua vez os que situam no polo dominado definem-se pela ausência do capital valorizado no espaço específico do seu campo de pertencimento na sociedade. As trajetórias neste contexto, são os percursos que ganham sentido dentro das regras

do jogo, onde os atores sociais são afetados por um *habitus* e submetidos aos efeitos da *illusio*⁸ do campo.

Segundo Schneider (2001, p. 32, grifo nosso), pensar num programa de ocupação planejada por dirigentes de uma empresa colonizadora implica:

Perceber as estratégias destes agentes segundo a função e a posição que detinham no interior do campo da colonização. Isto porque, por serem os porta-vozes dos colonos migrantes, produziram discursos conscientes de sua posição na estrutura social. Além do mais, os dirigentes desta companhia, ao procurarem investir seu poder sobre determinado **capital social** (no caso, os dos colonos migrantes) objetivavam sempre conservar ou maximizar, a partir de suas práticas administrativas, uma posição de poder dominante no campo.

A pesquisa também procura entender como os dirigentes que atuaram no campo das empresas de colonização, adquirindo poder de representação junto aos colonos migrantes, por meio de determinados discursos que cumpriram papel importante nas representações simbólicas sobre a população local na região oeste do Paraná.

Dentre as principais empresas colonizadoras da região oeste do Paraná foram a Companhia Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A – Maripá, a Pinho e Terras, a Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda., a Colonizadora Gaúcha Ltda., a Colonizadora Matelândia Ltda., a Colonizadora Agrícola Madalozzo Ltda., a Colonizadora Criciúma Ltda., a Colonizadora Norte do Paraná S/A., e a Colonizadora Bentheim sendo estas as colonizadoras responsáveis pela ocupação da região oeste paranaense. Sendo que mais destacou-se dentre das empresas mencionadas foi a colonizadora Maripá.

⁸ Para Bourdieu (1996, p. 139) “a *illusio* é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, que vale a pena jogar [...] dito de outro modo, os jogos sociais são jogos que fazem esquecer enquanto jogos e a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade onotógica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do campo social”.

A área colonizada pela Maripá, abrangeu também o município de Pato Bragado, caracterizou-se pela segurança quanto à titulação e pela limpeza, garantindo negócios que evitassem problemas legais e que afastassem de conflitos, sendo negócios pautados na legalidade da titulação e no cumprimento dos compromissos (GREGORY, 2002).

Este processo se insere no contexto da Marcha para o Oeste⁹, com a busca da brasiliade que estava relacionada com parâmetros geográficos e econômicos, ou seja, que as fronteiras econômicas coincidissem com as fronteiras políticas. Portanto, os interesses mercantis e empresariais dos colonizadores da época, promoveram a marcha nacionalista, atendendo interesses particulares dos colonos migrantes que se puseram a marchar.

A venda das terras da região oeste do Paraná, via a colonizadora Maripá foi promovida pela colonização na base de pequena propriedade familiar, com ênfase aos colonos descendentes de europeus imigrantes do século XIX do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. É importante destacar na visão de Gregory (2002, p. 93), que os “eurobrasileiros tinham restrições em participar da colonização de áreas onde havia presença de pessoas “sem origem”. Desta forma, a questão étnica se confundia com interesses econômicos das empresas madeireiras e colonizadoras”.

Para o autor a colonizadora Maripá tinha como preocupação maior com o elemento humano, e a estrutura fundiária de pequena propriedade rural. A escolha dos agricultores para migrar na região implicava na questão de preferência por ser eurobrasileiro oriundos da região sul do Brasil, ou seja, descendentes de italianos, alemães e de outros imigrantes acostumados com a produção de pequena propriedade.

3.1.1 Diferenças no processo de colonização

A colonizadora Maripá adquiriu em 1941, da Companhia Madeireira del Alto Paraná, uma área de 274.846 hectares de terra (2.748 Km²) denominada Fazenda

⁹ Marcha para o Oeste foi elaborado no final do ano de 1937 e construiu a imagem da população marchando em direção da grande obra de construção da unidade nacional e através desta ideologia nela contida, o movimento migratório seria o responsável pelo resgate da tradição histórica do país (FREITAG, 2001).

Britânia, que estava coberta de vegetação e esta área foi colonizada, onde que se estabeleceu o polo regional de Toledo e se constitui no espaço colonial da Maripá (GREGORY, 2002).

A colonizadora foi responsável pela implantação dos núcleos de povoamento e colonização na Fazenda Britânia, nos atuais municípios de Toledo e Marechal Cândido Rondon.

Os sócios fundadores e diretores da Maripá, sendo Alfredo Paschoal Ruaro, Willy Barth, Egon Bercht, Azevedo Bastian, Leonardo Júlio Perna, Luiz Dalcanale que atuaram diretamente na colonização, mas a sociedade anônima tinha participação de investidores de diversas localidades dos estados pertencentes da região sul do país (ver Anexo A).

Os acionistas da Maripá, desde do início ficaram divididos em dois grupos. O grupo Dalcanale, que descobriu o negócio da Fazenda Britânia, ficou com 33% das ações e sendo este grupo formado por acionistas de origem italiana. O grupo alemão ficou com 66% das ações, no qual se despontava Willy Barth (WACHOWICZ, 1987).

Alfredo P. Ruaro, foi o principal responsável pela fundação do município de Toledo e na colonizadora Maripá tinha na direção Willy Barth, o experiente colonizador alemão.

Oscar Silva (1988 apud Gregory, 2002, p. 125) comenta que:

Filhos ou netos de imigrantes localizados no Rio Grande do Sul, alguns dos principais fundadores da MARIPÁ já eram pessoas afeitas a serviços de colonização. Diante disso, inicialmente foram distinguidos com diferentes missões administrativas três diretores: Alfredo Paschoal Ruaro ficaria encarregado do desbravamento e possível colonização, Egon Bercht trataria da parte financeira e contatos com o exterior, enquanto o Dr. Júlio Gertum Azevedo Bastian, por ser engenheiro, cuidaria do planejamento e das medições de terra.

Os diretores da colonizadora estabeleceram um plano de ação concebido com uma série de regras, estudos e combinações, segundo Gregory (2002, p. 126), com os seguintes fundamentos:

- a) elemento humano: povoar densamente a Fazenda Britânia, com agricultores que mais se adaptarem à região;
- b) pequena propriedade: estas terras divididas em glebas de 10 alqueires ou 25 hectares;
- c) policultura: garantir o equilíbrio econômico na região com à produção agrícola com atividades oriundas da policultura;
- d) escoamento da produção: na medida em que as terras fossem sendo negociadas e cultivadas, auxiliar o escoamento da produção no mercado;
- e) industrialização: para industrializar a região na proporção do desenvolvimento do Brasil.

Gregory (2002, p. 138) afirma por sua vez que, a colonizadora Maripá teve “o papel de escolher, além dos agentes, colonos com capital e capacidade técnica para investir em negócios comerciais e industriais e na prestação de serviços”.

A Maripá prestava assistência aos colonos na agricultura, na medicina, na educação, na religião e no bem-estar social, ou seja, a empresa dava assistência ao migrantes da colonização. A colonizadora por um lado, proporcionou uma dinâmica que exigia aos administradores da empresa resultados de saúde gerencial e de saúde financeira aos acionistas. No ano de 1958, a empresa enfrentou uma crise nas relações entre os acionistas, tendo que revisar as ações entre os sócios na forma de colônias de terra e neste mesmo ano, a empresa já tinha negociado a quase totalidade dos lotes (GREGORY, 2002).

A colonizadora teve um caráter seletivo em relação à ocupação da região oeste paranaense, devido a preocupação da empresa no que se refere aos colonos ideais e à origem¹⁰ dos mesmos que vieram para a colônia (GREGORY, 2002) .

¹⁰ O termo origem é carregado de uma conotação especial entre os administradores da empresa e entre a população da região, e o termo tem a ver com o local de nascimento que deveria ser uma antiga colônia, o que isto implica diretamente na origem européia, ou seja, a caracterização eurobrasileira (GREGORY, 2002).

Segundo Oberg e Jabine (1960 apud Wachowicz, 1987, p. 173), os descendentes de imigrantes italianos e alemães que, se instalaram no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, foram:

Considerados como uma população provada e testada para a experiência de uma vida pioneira da nova área. Durante cem anos, esses descendentes de imigrante italianos e alemães, nos dois estados sulistas, foram se aclimatando às condições do Brasil, além disso, eram pequenos proprietários rurais, fazendeiros do tipo familiar e conservaram as tradições de trabalho árduo, frugalidade e agricultura como meio de vida.

O elemento humano apresentado nos relatórios da colonizadora, assim argumentado por Gregory (2002, p. 152) “proponha povoar a área com agricultores adaptáveis à região acostumados com o clima. Dar preferência ao agricultor nacional, trazido do Sul do Brasil”. Em relação a adaptabilidade, implicaria se adaptar ao local, ao clima, a vegetação, ao solo e ao relevo da região. De acordo com os dados da época, mostram a delimitação étnico-cultural de tal forma que marcou a região oeste paranaense, tendo a comercialização das terras exclusiva para colonos escolhidos.

Para Vanderlinde, Gregory e Deitos (2007, p. 135), afirmam que a propaganda dos aspectos naturais eram favoráveis para:

Um futuro promissor, a divisão da Fazenda Britânia em lotes coloniais pequenos (até 24 hectares), o estímulo ao desenvolvimento da policultura com o uso da mão-de-obra familiar, a formação de núcleos coloniais com características homogêneas em terras planas, livres de morro, de pedras e formigas, terras de clima saudável ricas de água, foram condições básicas para atrair e integrar os imigrantes. Estas estratégias adotadas pela empresa colonizadora, embora fundamentais para o sucesso do empreendimento.

Gregory (2002, p. 161) salienta que “os colonos eram qualificados, tanto por suas habilidades como por suas origens. Ter origem implicava em ter a paternidade caracterizada, em portar valores culturais, em ter bons costumes, em saber idiomas coloniais”. A colonizadora teve uma atenção especial em relação às igrejas, pois o espírito religioso dos colonos e a influência de padres e de pastores poderia ter boas relações com a colônia e garantiria a boa propaganda da Maripá para as pessoas dispostas a encarar a migração no oeste do Paraná.

O lugar de origem dos imigrantes, a língua e a religião foram fatores que influenciaram a escolha dos locais para as propriedades das famílias. Portanto, vários elementos contribuíram para a formação de grupos de colonos com afinidades distintas. Gregory (2002, p. 176) comenta que:

Vontade de migrar e decisão de buscar migrantes com características específicas e origem geográfica definida se adequariam às condições ideais para que se efetivesse um grande e rápido fluxo migratório para a área de atração populacional organizada pela MARIPÁ. Estava, pois, planejado para que a nova colônia fosse habitada, majoritamente, por colonos das regiões coloniais do Sul do Brasil o que, de fato, ocorreu. Administração adequada e homens adequados para a constituição de um novo espaço colonial garantiram a realização do empreendimento colonizador da empresa.

Wachowicz (1987, p. 172) identifica três grupos culturais excluídos dessa colonização da Maripá:

O colono, também descendente de europeus, que avançava em direção ao oeste pela linha sulparanaense. Em grande parte descendentes de imigrantes poloneses e ucranianos; o caboclo paranaense, filho tradicional dos sertões brasileiros, que também encontrava-se na região em número nada desrespeitável; o pélo duro, nortista, que representava a frente cafeeira, que estava ocupando o norte do Paraná.

A colonizadora não fez uma propaganda direta e ampla pelo contrário, contratou um grupo seletivo de corretores, dentre esses destacavam-se a presença de professores e pequenos comerciantes. Entretanto, a empresa teve uma postura centralizada onde evitaria que seus lotes fossem vendidos a pessoas por ela indesejadas (ver Anexo B).

A colonização da região oeste paranaense aponta a Maripá, a qual colonizou o município de Pato Bragado como sendo o melhor exemplo de organização e trabalho. Neste âmbito, outras empresas também se destacaram neste contexto, assim como exemplo, a Imobiliária Agrícola Madalozzo, sendo a responsável pela colonização do núcleo de Santa Helena¹¹, localizada no extremo oeste do Paraná.

¹¹ Santa Helena localiza-se a 640 Km da capital do estado do Paraná, na microrregião do extremo oeste paranaense, possui uma área de 631.132 km² e limita-se ao norte com o município Entre Rios do Oeste, ao sul com Missal e Itaipulândia, ao leste com São José das Palmeiras e Diamante d'Oeste, ao oeste com a República do Paraguai (Lago de Itaipu).

A colonização do município de São José das Palmeiras se deu de forma distinta e época diferente. São José foi colonizado pela empresa Bentheim no final da década de 1960, período em que tinha início a modernização conservadora da agricultura, com migrantes de característica nortista.

Também houve em outros municípios do extremo oeste paranaense que, tiveram sua colonização realizada com migrantes que não eram oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, como foi o caso dos municípios de Diamante d'Oeste, Ouro Verde do Oeste e São Pedro do Iguaçu.

Silva (1994) por sua vez argumenta que São José, passou por um processo de ocupação após a lavoura cafeeira entrar em decadência no norte do Paraná. O café atravessava o Rio Piquiri, atingindo o oeste do Paraná, que desta forma passou a formar a nova frente cafeeira. Sendo que muitos colonos do norte do estado do Paraná, São Paulo, Minas Gerais começaram a migrar para São José no final da década de 1960, com a intenção de adquirir uma propriedade e cultivar o café, outros vinham com o interesse de colocar uma casa comercial.

Antigos moradores tiveram em seus primeiros anos de ocupação o cultivo da lavoura de hortelã¹² e do café que, na época dava bons lucros e tinha uma boa aceitação nos mercados. Mas, a cultura do café obteve uma maior área em cultivo, proporcionando à vinda de novas famílias para a localidade.

A cultura da hortelã exigia grande quantidade de mão-de-obra para seu cultivo, havendo grande número de migração populacional para São José no ano de 1975. Embora, a hortelã foi cultivada num curto período de cinco a seis anos, devido ao forte desgaste que proporciona ao solo. Após esta fase, houve o início do plantio da monocultura do algodão em São José.

A colonizadora Bentheim colonizou São José mas, teve postura contrária da colonizadora Maripá. Pois, a propaganda estava firmada na fertilidade das terras, para o cultivo da hortelã e do café, produtos que na época eram considerados lucrativos. A empresa colonizadora Maripá incentivava a vinda de colonos oriundos

¹² A hortelã era cultivada principalmente em regiões de clima tropical e subtropical dos países subdesenvolvidos por oferecerem mão-de-obra não especializada e de baixo custo.

da região sul do país, e já a Bentheim priorizava a vinda de migrantes de outras partes do país.

Os habitantes do município de São José das Palmeiras, vindos do norte do Paraná e sudeste ou nordeste do país que, na visão de Carniel (2003) estes não podem ser identificados com os habitantes dos municípios vizinhos como por exemplo, Santa Helena e Pato Bragado, por terem outras origens étnicas.

As pessoas que colonizaram a colônia São José de acordo com Schnorr (2000), não eram necessariamente vindos do nordeste do Brasil, eram em grande parte filhos de nordestinos que haviam migrado para o norte do Paraná e a partir dali migraram para o oeste paranaense em busca de trabalho nas lavouras de café e hortelã.

Em entrevista com o Sr. Novaes¹³, relatou sobre a origem de sua família:

Meu pai com onze anos de idade veio para São Paulo, não tinha documento, [...] foi engracado nós somos Novaes, mas meus parentes são Oliveira de Souza, ele chegou em São Paulo não tinha aonde ensinar ele escrever, ele falou Trajano Oliveira de Souza é muito comprido vamos arrumar outro, aí arrumou esse Novaes, nós vamos na Bahia todos são Oliveira de Souza, nós aqui que ficamos com o sobrenome Novaes. [...] Por causa do analfabetismo e a dificuldade de escrever nome tão grande. [...] A partir de São Paulo veio para o norte do Paraná, em Apucarana aonde ele casou-se e depois foi para Borrazópolis e depois para Luz Marina e posteriormente em São José.

Neste contexto alguns nordestinos, segundo Carniel (2003, p. 81) migraram para a região oeste paranaense de ônibus na década de 1960, porque:

Havia sido proibido o pau-de-arara para transporte de passageiros, o que fez diminuir seu número pelo alto custo de viagem. Assim, os trabalhadores que vinham sozinhos, primeiramente para o Norte do Paraná, normalmente mudavam do Norte ou Sudoeste do mesmo Estado, com a família para São José das Palmeiras. Essa remigração [...] evidencia um grande número de habitantes nascidos no Sudoeste e Nordeste brasileiro. Porém o número de pessoas que nasceram no próprio Estado e migraram para São José das Palmeiras é muito significativo.

A autora constata que a migração de colonos da região sul, conhecidos como sulistas, se diferia muito dos nordestinos, que estes chegaram muito mais desprovidos e desamparados. A principal diferença que os que vinham com o

¹³ NOVAES, Ruy. **Entrevista**. São José das Palmeiras, 03 set. 2012.

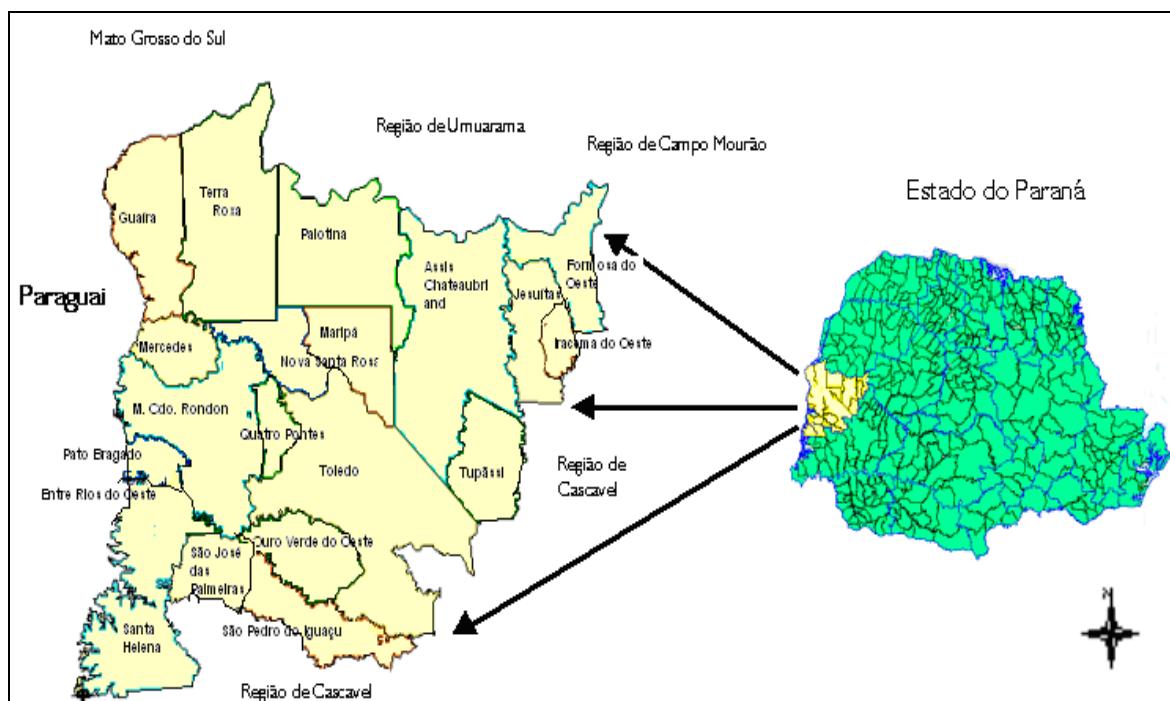
objetivo de adquirir lotes e conseguiam de fato comprar, e os demais que vinham como trabalhadores rurais, sem recurso financeiro se transformavam em peões. Isto mostra que, a maioria dos nordestinos que migraram para São José não conseguiram se tornar proprietários de terra e a estrutura fundiária manifestou-se concentrada nesta localidade.

Com base nas diferenças dos modelos de colonização apontadas nos dois municípios (Pato Bragado e São José das Palmeiras) que compõem-se a região oeste paranaense, se faz necessário evidenciar as desigualdades nos ambientes locais, ou seja, nos municípios que fazem parte da microrregião.

3.2 Desigualdades locais no desenvolvimento do oeste do Paraná

Segundo o Ipardes (2012) o estado do Paraná está composto por 22 regiões administrativas. A região administrativa de Toledo é formada por vinte municípios, com uma área territorial de 8.459 Km², sendo localizada no extremo oeste paranaense (figura 1).

Figura 1 - Região administrativa de Toledo e sua localização no território do estado do Paraná



Fonte: Barbosa, 2012.

No ano de 1946, foi o marco no desenvolvimento de Toledo e de toda a região oeste do Paraná, significou o início de um processo sucedido de colonização com as empresas colonizadoras, sendo a principal a Maripá. Estas empresas implantaram um sistema de pequenas propriedades, substituindo o sistema antes adotado com a somente exploração de erva-mate e madeira, iniciando um novo modelo de desenvolvimento na região com o predomínio da atividade agrícola.

A colonização do extremo oeste paranaense teve um padrão agrícola semelhante ao encontrado nas regiões de origem dos migrantes. Em Peris (2002) se argumenta que foram três fatores que caracterizaram a colonização da região oeste paranaense, sendo o primeiro diz respeito ao tamanho das propriedades havendo o predomínio das pequenas propriedades, com áreas entre 10 e 50 hectares.

O segundo fator se refere a propriedade das terras de acordo com o Censo Agropecuário de 1970 (IBGE), 78% das propriedades eram habitadas por seus proprietários. E o terceiro fator conforme os dados do Censo Agropecuário de 1970 (IBGE), 91% das propriedades tinham culturas temporárias.

Na opinião de Ferrera de Lima, Piacenti e Piffer (2001), foi possível sucesso da colonização na região oeste do Paraná, em razão das características de boa qualidade dos solos e adequação para ao cultivo de grãos, que influenciou diretamente na formação econômica da região. A cultura de milho e soja, foi favorecida pela riqueza do solo aliada ao relevo pouco acidentado e às condições climáticas favoráveis.

O milho é o principal produto regional que promoveu o aumento considerável na produção e na produtividade das culturas. Na tabela 3, a seguir apresenta a evolução da produção agrícola nas culturas de milho e soja na região oeste do Paraná.

Tabela 3 - Comparativo da produção de milho e soja na região oeste do Paraná

Anos	Milho				Soja			
	Quant. produzida (t)	Área colhida (ha)	Rend. médio (kg/ha)	Valor R\$ Correntes	Quant. produzida (t)	Área colhida (ha)	Rend. médio (kg/ha)	Valor R\$ Correntes
1976	911.110	339.976	8.156	253	1.824.831	773.736	6.898	884
1980	1.192.773	334.900	10.880	1.909	2.128.977	871.468	7.206	6.282
1985	1.518.835	461.559	9.698	254.981	1.427.770	738.874	5.758	386.258
1996	1.717.363	450.771	11.261	235.671	1.929.996	693.112	8.335	419.155

Fonte: IBGE apud Peris, 2003.

A cultura do milho teve um aumento na área colhida de 37,82% no ano de 1985 em comparação ao período anterior, assim respectivamente na quantidade produzida e havendo no mesmo ano um aumento expressivo no valor corrente em R\$. A soja é uma cultura em destaque na região, produzida principalmente para a exportação, sendo comercializada em forma de óleo, farelo e ração.

A construção de rodovias e a boa qualidade dos solos permitiram a partir dos anos de 1950, o desenvolvimento na região oeste paranaense. Os aspectos de clima, solo e de relevo influenciaram a modernização tecnológica da agricultura.

O crédito foi incentivado a partir dos anos de 1965, onde teve importância para a mecanização das terras na região e para as culturas temporárias. O crédito subsidiado, foi o fator decisivo na opção do agricultor pela modernização da agricultura e o crédito do governo possibilitou a formação das cooperativas de produtores agrícolas. Na tabela 4, a qual mostra os valores de crédito rural e o volume de produção (t) ao decorrer dos anos de 1965 até 1999.

Tabela 4 - Relação entre crédito rural e produção de grãos no período – 1965/1999

Anos	Crédito (US\$ milhões)	Produção (mil t)	Anos	Crédito (US\$ milhões)	Produção (mil t)
1965	773,3	25.076,00	1983	11.115,30	47.654,60
1966	1.041,90	22.396,20	1984	6.755,50	52.431,00
1967	1.309,20	25.201,00	1985	8.339,50	58.143,30
1968	1.474,60	25.395,90	1986	14.252,50	53.925,20
1969	3.353,40	25.828,70	1987	13.580,30	64.949,30
1970	3.891,40	29.288,20	1988	11.232,40	66.307,60
1971	4.630,30	29.252,30	1989	13.438,00	71.487,60
1972	5.913,60	28.446,00	1990	8.444,70	58.276,20
1973	8.879,80	30.314,40	1991	7.749,70	57.805,00
1974	12.847,20	37.467,50	1992	8.110,30	68.217,10
1975	17.558,00	40.913,90	1993	7.359,80	68.299,20
1976	18.538,30	45.596,90	1994	9.903,30	76.035,40
1977	18.470,00	47.478,30	1995	6.021,90	81.066,30
1978	17.590,30	38.213,40	1996	4.915,30	73.519,20
1979	20.441,80	41.554,70	1997	6.811,74	78.426,70
1980	19.508,30	50.871,20	1998	8.301,13	76.524,30
1981	18.977,50	52.212,20	1999	6.490,91	82.437,90
1982	18.475,70	50.861,10			

Fonte: Peris, 2002.

A política de crédito rural a partir dos anos de 1965, foi necessária para o desempenho da produção de grãos na região oeste paranaense. O montante de crédito cresceu de forma contínua até meados de 1979. O volume de produção de grãos aumentou na mesma proporção, como o crédito rural havendo oscilações na década de 1980. Mais tarde nos anos de 1990, houve a diminuição nos valores disponibilizados do crédito rural para os produtores agrícolas.

No contexto da região oeste paranaense Rippel (2005, p. 80-81), comenta sobre os fluxos imigratórios e dois merecem destaque:

O primeiro é resultante da ocupação do norte do Estado onde as áreas de café passaram a ser substituídas por outras atividades que utilizavam menos mão-de-obra e que liberaram contingentes populacionais que avançaram em direção ao Oeste do Estado. O segundo, o maior fluxo imigratório da área foi oriundo do Rio Grande do Sul, de modo que, [...] na região podem ser encontradas, de maneira destacada, marcas características de diversas áreas do Rio Grande do Sul, seja nas feições dos indivíduos que compõem diversas comunidades da área, seja nos costumes e hábitos, ou ainda em suas atividades econômicas.

Os movimentos imigratórios colonizadores ocorreram com grande ênfase nos anos de 1940 até 1970, resultado da facilidade de fronteira agrícola com o desenvolvimento agrário de pequenas propriedades rurais com o plantio de culturas temporárias¹⁴. Desse modo, houve o crescimento demográfico e econômico decorrentes da expansão de fronteira.

Segundo Rippel (2005) as taxas de crescimento populacional anual do oeste do Paraná até o ano de 1980, foram superiores quando comparadas com o estado do Paraná e do Brasil, em razão por ser uma área de grande atração de migrantes no país. Apenas na década de 1990 e 2000, este quadro se reverte tornando a taxa de crescimento anual do oeste do Paraná inferiores ao estado do Paraná e do Brasil, uma das explicações deste fato é o esgotamento de fronteira agrícola na região oeste paranaense.

Nas décadas de 1970 e 1980, se caracterizou pela inserção da política nacional de modernização com a difusão da mecanização na agricultura e a utilização de insumos modernos na produção agrícola.

Para Colognese, Gregory e Schallenberger (1999, p. 117), a expansão dos processos de modernização e especialização da produção agrícola nas décadas antes mencionadas, foram marcadas por:

Profundas transformações no Oeste do Paraná. O modelo de desenvolvimento associado e dependente assumido a nível nacional, atrelou a produção agrícola às demandas do mercado, impondo novos patamares tecnológicos e de seletividade aos produtores, a partir de interesses localizados a nível internacional. Estas mudanças tornaram inviável a manutenção da pequena propriedade rural, estruturada em bases familiares e devotada ao atendimento das necessidades diversificadas de subsistência. Pelo caráter seletivo e excludente deste processo, os pequenos proprietários que não conseguiram reconverter os patamares tecnológicos e de organização da produção, tornaram-se inviáveis e foram sendo gradativamente excluídos. As consequências sociais mais visíveis deste processo foram o esvaziamento populacional do meio rural e o crescimento desordenado das cidades.

É possível perceber na tabela 5, a seguir que a população rural do oeste do Paraná representava 80% em 1970, e no ano de 1980 caiu para 49,6% e passou a representar apenas 28% em 1991 e já o crescimento da população urbana, que no

¹⁴ Culturas temporárias, sendo elas a cana-de-açúcar, algodão, milho, arroz, feijão, trigo e soja.

ano de 1970 era de 20% e passou para 72% em 1991. A população total do oeste do Paraná cresceu 34,5%, sendo antes de 753.432 e passou para 1.015.929 de habitantes.

Tabela 5 - População rural e urbana no oeste do Paraná – 1970/1991

Anos	Urbana		Rural		Total
	Nº	%	Nº	%	
1970	149.516	20	602.916	80	753.432
1980	484.504	50,4	476.205	49,6	960.709
1991	728.126	72	287.803	28	1.015.929

Fonte: FIBGE apud Colognese, Gregory e Schallenberger, 1999.

Por sua vez, a modernização tecnológica da agricultura segundo Peris (2002) trouxe desvantagens e vantagens para a região oeste do Paraná. Em relação, as desvantagens principais ocorridas foram os impactos ambientais e o êxodo rural, pois à modernização tecnológica da agricultura diminui a quantidade de mão-de-obra no campo.

As vantagens relacionadas com este processo foram à melhoria da produtividade e o aumento da produção, juntamente com a introdução da atividade criatória de animais, de aves e de suínos, foram os principais fatores que possibilitaram o desenvolvimento da agroindustrialização na região.

As atividades ligadas com a pecuária em especial as criações de suínos e de aves, ou seja, o mercado de carnes está bastante presente no oeste paranaense. Pois, Toledo é a tradicional produtora de suínos em escala comercial na região e foi à cidade escolhida na década de 1960, para fornecer e garantir abastecimento da matéria-prima para FRIGOBRÁS-SP.

Em meados dos anos de 1970, o parque agroindustrial FRIGOBRÁS de Toledo iniciou-se um processo de crescimento e expansão contínua, diversificando suas atividades. No ano de 1988, a filial de Toledo foi transformada em uma das matrizes do Grupo Sadia, este processo ocorreu de forma tão intensa que os encadeamentos produtivos do complexo passaram a consolidar-se cada vez mais. A empresa atualmente obtém papel importante na economia local de Toledo e para ao

agronegócio do estado do Paraná, em resultado da formação do maior polo industrial do oeste paranaense (RIPPEL; FERRERA DE LIMA; BORGES, 2007).

Na tabela 6, verifica-se o rebanho suíno no município de Toledo entre as décadas de 1960 até 1996.

Tabela 6 - Rebanho suíno em Toledo entre 1960/1996 em cabeças

Município	Censos Agropecuários				
	1960	1970	1980	1985	1996
Toledo	6.920	214.555	181.140	209.169	233.476

Fonte: IBGE apud Peris, 2003.

Analisando os resultados da tabela acima obtidos pelos Censos Agropecuários (IBGE), revelam que ao decorrer do período o número de cabeças de rebanho suíno do município de Toledo expandiu-se até 1970, havendo no ano de 1980 uma queda de 15,58% e posteriormente no ano de 1985 aumentou 15,47% o número de rebanho suíno, assim possuindo no ano de 1996 um montante de 233.476 mil cabeças. Portanto, o desenvolvimento econômico do oeste do Paraná teve uma relação com a evolução da produção agropecuária e sua transformação industrial.

Para Colognese, Gregory e Schallenberger (1999) o contexto de desenvolvimento do oeste paranaense foi dividido em três fases principais. Os autores argumentam que, a primeira predominou durante a década de 1950 e 1960, foi uma rápida migração de descendentes de alemães, italianos e outros imigrantes acostumados com a produção agrícola. Pois, neste período foi caracterizada uma economia extrativista, por meio da extração da madeira e de subsistência familiar.

A segunda ocorreu na década de 1970 e 1980, este período foi a fase de formação e consolidação de uma economia agrícola de exportação e um período de modernização da produção agrícola, via mecanização com o uso de insumos e equipamentos modernos.

A terceira iniciou-se na década de 1980, e se estende até dias atuais, esta fase possibilitou a diversificação e a especialização da base agropecuária com a busca de alternativas de agroindustrialização e de manutenção da competitividade

dos produtos. Do mesmo modo, ocorre de forma persistente à consolidação e ampliação da diversificação da base econômica com o aumento do número de produtos e processamento, através da agroindustrialização que está adequando cada vez mais com os novos padrões tecnológicos no contexto globalizado.

Com base nas fases de desenvolvimento da região mencionadas, possibilitou um aumento nos valores de PIB *per capita* dos municípios na região administrativa de Toledo (tabela 7).

Tabela 7 - Evolução do PIB *per capita* (R\$ 1,00)

Municípios	Anos		
	1994	1995	1996
Quatro Pontes	4.405,33	8.355,29	9.338,80
Entre Rios do Oeste	5.051,65	8.431,47	12.236,72
Maripá	5.140,14	8.613,37	12.094,02
Palotina	4.449,49	7.618,06	9.651,85
Marechal Cândido Rondon	3.684,37	5.641,28	7.661,86
Toledo	3.840,39	5.829,24	7.035,71
Pato Bragado	3.284,87	5.587,39	7.619,61
Mercedes	3.500,66	6.175,68	8.290,58
Tupãssi	3.470,25	6.304,09	9.472,17
Nova Santa Rosa	4.321,55	7.755,37	9.470,48
Santa Helena	2.555,68	4.008,58	5.777,05
Formosa do Oeste	2.571,86	4.397,28	5.378,06
Assis Chateaubriand	3.225,66	4.803,90	6.591,11
Guairá	1.670,57	2.878,35	3.781,78
Terra Roxa	3.195,08	4.234,86	5.775,12
Ouro Verde do Oeste	3.082,98	5.468,38	7.339,73
Jesuítas	2.364,70	3.777,42	4.634,26
São Pedro do Iguaçu	2.249,21	3.818,95	5.999,86
São José das Palmeiras	1.498,03	2.998,65	2.452,24
Iracema do Oeste	2.325,99	3.602,24	5.314,07

Fonte: Ipardes apud Plano de Desenvolvimento Regional, 2000.

A tabela 7 revela que houve um aumento acentuado de PIB *per capita* nos municípios ao decorrer de 1994 a 1996, mas também há oscilação nos valores obtidos entre os municípios nos respectivos anos, desta forma não havendo igualdade no PIB *per capita* dos municípios.

Os reflexos das fases do desenvolvimento na região não se distribuíram de forma homogênea entre os municípios, pois a agropecuária diversificada adotada

como meio de produção na região, possibilitou alguns municípios da região oeste do Paraná a obter resultados mais satisfatórios no IDH-2000.

Os vinte municípios que compõem a região administrativa de Toledo neste comparativo, dez municípios obtiveram o IDH-2000 acima de 0,8 e ficaram entre os vinte primeiros colocados no *ranking* dos 399 municípios do estado do Paraná, vistos na tabela abaixo.

Tabela 8 - IDH-M 2000 e respectivas posições dos municípios no *ranking* estadual

Municípios	IDH-M Geral	Posição no estado ⁽¹⁾	IDH-L (Longevidade)	IDH-E (Educação)	IDH-R (Renda)
Quatro Pontes	0,851	2º	0,878	0,944	0,73
Entre Rios do Oeste	0,847	4º	0,872	0,923	0,745
Maripá	0,845	5º	0,845	0,931	0,729
Palotina	0,832	7º	0,818	0,922	0,756
Marechal Cândido Rondon	0,829	8º	0,808	0,932	0,747
Toledo	0,827	9º	0,823	0,927	0,73
Pato Bragado	0,821	11º	0,833	0,91	0,72
Mercedes	0,816	13º	0,818	0,88	0,75
Tupãssi	0,809	16º	0,848	0,876	0,704
Nova Santa Rosa	0,806	17º	0,789	0,928	0,702
Santa Helena	0,799	25º	0,789	0,909	0,699
Formosa do Oeste	0,788	43º	0,847	0,865	0,652
Assis Chateaubriand	0,787	47º	0,726	0,887	0,749
Guairá	0,777	69º	0,769	0,868	0,695
Terra Roxa	0,764	105º	0,789	0,841	0,661
Ouro Verde do Oeste	0,764	106º	0,79	0,861	0,64
Jesuítas	0,762	119º	0,797	0,816	0,672
São Pedro do Iguaçu	0,732	233º	0,769	0,816	0,612
São José das Palmeiras	0,724	259º	0,767	0,794	0,61
Iracema do Oeste	0,7	340º	0,722	0,78	0,599

Fonte: Ipardes, 2012.

⁽¹⁾ Trata-se da colocação no *ranking* entre os 399 municípios do estado do Paraná.

Conforme descrito na tabela 8, foram seis municípios (30%) apresentaram índices inferiores a 0,77, ficando após a 100ª colocação no *ranking* estadual. O município de Quatro Pontes apresentou o melhor índice que obteve o IDH-M 0,851, colocando-se em segundo lugar entre os municípios paranaenses e o mais baixo foi Iracema do Oeste que obteve IDH-M 0,700, com a 340ª posição.

3.2.1 Desigualdades demográficas

A região administrativa de Toledo tem uma população de 372.753 habitantes e uma PEA (População Economicamente Ativa) de 216.979 pessoas (IBGE, 2012).

No comparativo entre os resultados obtidos pelos Censos de 2000 e 2010, ocorreu um aumento de pessoas nas áreas urbanas e por outro lado, houve uma redução da população rural no mesmo período mencionado, a qual foi superior quando comparada com a média do estado do Paraná e com a média nacional. Este fato pode ser observado na tabela a seguir, que mostra a evolução da população total (urbana e rural) nos municípios que constituem a região administrativa de Toledo.

Tabela 9 - Evolução da população total, urbana e rural dos municípios no período – 2000/2010

Municípios	População Total	Variação populacional 2000 /2010		
		Urbana	Rural	Total
	2010	%	%	%
Toledo	119.313	26,03	-9,89	21,54
Marechal Cândido Rondon	46.819	25,24	-21,47	14,12
Assis Chateaubriand	33.025	7,27	-35,99	-0,87
Guaíra	30.704	13,26	-34,07	7,01
Palotina	28.693	18,88	-19,76	11,33
Santa Helena	23.413	28,29	1,46	14,32
Terra Roxa	16.759	15,94	-24,67	2,84
Jesuítas	9.001	12,24	-33,75	-8,45
Tupãssi	7.997	15,98	-34,14	-0,26
Nova Santa Rosa	7.626	36,39	-28,44	7,02
Formosa do Oeste	7.541	-1,31	-30,77	-13,84
São Pedro do Iguaçu	6.491	1,32	-25,6	-10,79
Maripá	5.684	8,86	-16,07	-3,36
Ouro Verde do Oeste	5.692	19,42	-21,01	3,98
Mercedes	5.046	63,03	-16,23	9,51
Pato Bragado	4.822	27,66	7,39	19,12
Entre Rios do Oeste	3.926	32,65	-4,19	17,85
São José das Palmeiras	3.830	6,77	-23,01	-6,61
Quatro Pontes	3.803	35,79	-26,13	4,33
Iracema do Oeste	2.578	-6,05	-29,76	-12,64
Região de Toledo	372.753	20,07	-19,5	10,3

Fonte: IBGE apud Barbosa, 2012.

A análise da tabela 9, apresentada evidencia as disparidades na variação da população urbana e rural dos municípios no período dos anos de 2000 a 2010, e nota-se um aumento da população urbana na grande maioria dos municípios que compõem a região administrativa de Toledo.

Com isso, observa-se que ocorreu na maioria dos municípios um processo rápido de urbanização, em consequência da acelerada modernização da agricultura que liberou mão-de-obra para o meio urbano.

Sendo apenas os municípios de Formosa do Oeste (-1,31%) e Iracema do Oeste (-6,05%) que obtiveram uma redução da população urbana. Em relação a população rural quase todos os municípios tiveram uma variação negativa, em exceção apenas os municípios Pato Bragado (7,39%) e Santa Helena (1,46%).

Alguns municípios da região, tais como Assis Chateaubriand (-0,87%), Jesuítas (-8,45%), Tupãssi (-0,26), Formosa do Oeste (-13,84%), São Pedro do Iguaçu (-10,79%), Maripá (-3,36%), São José das Palmeiras (-6,61%) e Iracema do Oeste (-12,64%) apresentaram uma variação negativa na população total. A tabela a seguir apresenta a densidade rural de habitantes, área rural agropecuária em hectare (gráfico 2) e o valor bruto da produção agropecuária dos municípios.

Tabela 10 - Área rural agropecuária, densidade de habitantes na área rural e o valor bruto da produção por hectare

Municípios	Área rural agropecuária	Densidade	VBP/(ha)
	(ha)	hab./Km ² (*)	
Quatro Pontes	10.185	15,38	10.638,68
Entre Rios do Oeste	7.221	18,03	13.174,56
Maripá	21.737	9,56	7.770,51
Palotina	57.059	7,53	7.724,58
Marechal Cdo. Rondon	54.389	15,11	8.659,93
Toledo	87.273	12,66	11.173,84
Pato Bragado	7.560	24,96	11.543,99
Mercedes	15.558	19,02	6.335,07
Tupãssi	26.423	6,7	6.711,42
Nova Santa Rosa	13.127	13,47	11.484,21
Santa Helena	41.359	24,72	7.942,49
Formosa do Oeste	25.053	10,75	5.449,77

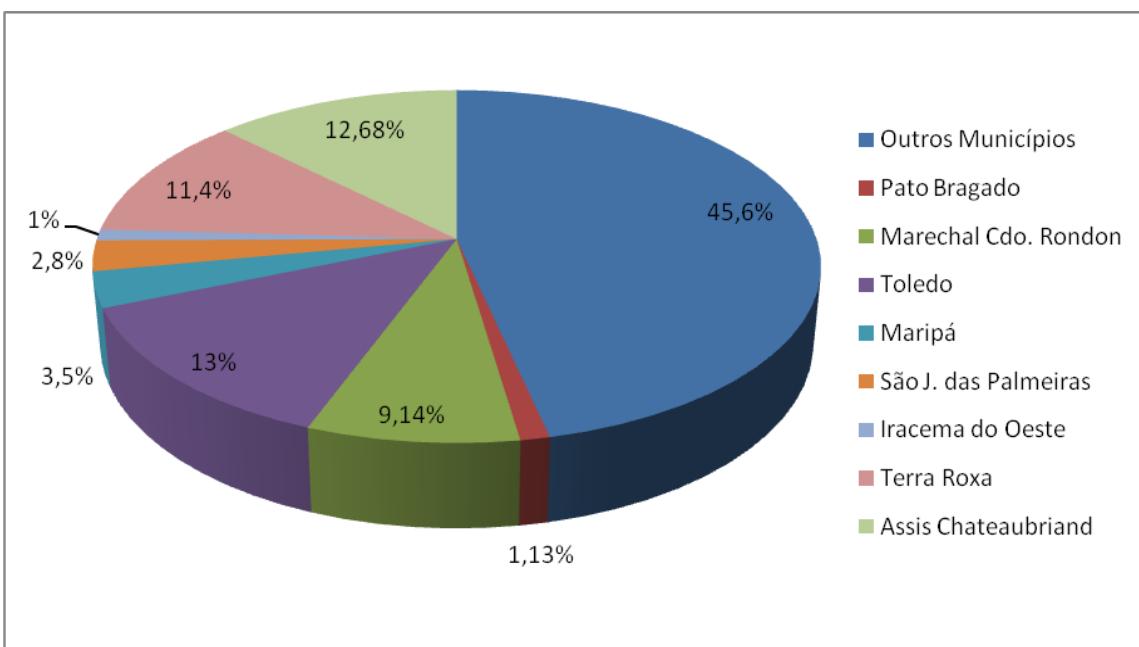
Assis Chateaubriand	84.725	4,74	5.119,05
Guaíra	35.058	6,67	3.828,74
Terra Roxa	76.229	5,37	3.170,35
Ouro Verde do Oeste	29.017	6,47	4.518,53
Jesuítas	24.827	12,55	6.478,35
São Pedro do Iguaçu	25.482	10,31	4.424,85
São José das Palmeiras	18.739	9,13	3.627,55
Iracema do Oeste	6.814	8,02	4.941,61

Fonte: IBGE apud Barbosa, 2012.

(*) número de habitantes do meio rural distribuídos pela área rural explorada.

Percebe-se conforme os dados apresentados na tabela 10 que, há uma ocupação desigual no espaço rural dos municípios pertencentes a região pesquisada. O município de Pato Bragado é o maior em densidade rural com uma taxa de 24,96 hab./Km² e o município de Entre Rios do Oeste obtém a superioridade no VBP (Valor Bruto da Produção Agropecuária) por hectare em vantagem sobre os municípios mencionados na tabela.

Gráfico 2 - Distribuição da área rural agropecuária por alguns municípios



Fonte: IBGE, 2012 (adaptado pelo autor).

O município de Toledo é considerado o maior em termos de área rural agropecuária e posteriormente Assis Chateaubriand, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Maripá, São José das Palmeiras, Pato Bragado e por último, o menor município em área rural é Entre Rios do Oeste.

3.2.2 Disparidades de PIB *per capita*

Os níveis de PIB *per capita* na região administrativa de Toledo apresentam discrepâncias, ou seja, desigualdades nos valores obtidos entre os municípios e podem ser analisados na tabela 11.

Tabela 11 - PIB *per capita* (valores em R\$ 1,00) no ano – 2009

Municípios	PIB <i>per capita</i> (2009)	Municípios	PIB <i>per capita</i> (2009)
Quatro Pontes	R\$ 18.606	Santa Helena	R\$ 11.892
Entre Rios do Oeste	R\$ 15.671	Formosa do Oeste	R\$ 13.245
Maripá	R\$ 24.222	Assis Chateaubriand	R\$ 13.203
Palotina	R\$ 30.288	Guaíra	R\$ 11.047
Marechal Cândido Rondon	R\$ 18.935	Terra Roxa	R\$ 15.360
Toledo	R\$ 20.780	Ouro Verde do Oeste	R\$ 12.346
Pato Bragado	R\$ 10.971	Jesuítas	R\$ 11.436
Mercedes	R\$ 15.561	São Pedro do Iguaçu	R\$ 12.860
Tupãssi	R\$ 17.277	São José das Palmeiras	R\$ 8.516
Nova Santa Rosa	R\$ 15.833	Iracema do Oeste	R\$ 14.239

Fonte: Ipardes, 2012.

Os números disponibilizados na tabela acima mostram os municípios que tem maiores valores no seu PIB *per capita* na microrregião, que é primeiramente Palotina (R\$ 30.288), posteriormente Maripá (R\$ 24.222) e em seguida Toledo (R\$ 20.780). No entanto, o município com o maior valor inferior de PIB *per capita* é São José das Palmeiras (R\$ 8.516).

Com base nos dados apresentados, é possível perceber neste contexto as desigualdades encontradas nos vinte municípios que compõem a região administrativa de Toledo, seja por disparidades de demografia, ocupação desigual no espaço rural, discrepâncias no rendimento PIB *per capita* e pelos diferentes níveis de IDH dos municípios.

A pesquisa evidencia o desenvolvimento local desigual na região estudada, por meio de uma análise dos municípios que possui um dos melhores colocados no IDH-2000 que obteve o índice IDH-M 0,821 (Pato Bragado) e um dos mais baixo medida de desempenho IDH-M 0,724 (São José das Palmeiras). Possuindo desse modo, estas localidades características semelhantes em aspectos populacionais, de proximidade territorial e de localização.

É importante destacar que a definição dos municípios da amostragem, atendeu primeiramente ao critério de estar entre os municípios de maior ou menor desenvolvimento na região pesquisada. Na tabela 12, a seguir será apresentado o comparativo IDH-2000 nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras.

Tabela 12 - Comparativo IDH-2000, *ranking*, respectivas distâncias, área territorial e população total

Municípios	IDH-2000	Posição no estado (*)	Distância de Toledo (Km) (**)	Área	
				territorial	População total (***)
Pato Bragado	0,821	11º	62,7	136,781	4.822
São José das Palmeiras	0,724	259º	49,4	182,419	3.830

Fonte: Ipardes, 2012.

(*) Ranking dos 399 municípios paranaenses.

(**) Trata-se da distância entre as sedes municipais e a sede de Toledo.

(***) IBGE – Censo de 2010.

Neste panorama constata-se que, na região administrativa de Toledo o desenvolvimento não se distribuiu igualmente entre os municípios, pois Pato Bragado ocupa 11º colocação e São José das Palmeiras 259º posição no *ranking* estadual. Conforme observado, tenha-se uma disparidade na posição dos municípios pertencentes a região oeste paranaense evidenciando um processo de desenvolvimento desigual. Segundo a literatura, um dos fatores responsáveis por esta desigualdade no processo de desenvolvimento dos ambientes locais que compõem uma região é pelo nível de capital social que, cada município obtém.

3.3 Capital social

O capital social tem sua origem nas ciências sociais e o responsável por trazer aos debates acadêmicos foi o sociólogo James Coleman (1988), que destacou a existência de alguns tipos de capital tais como: capital físico, capital humano e capital social.

O primeiro representa materiais (ferramentas, equipamentos), ou seja, é o conjunto de instalações para que a produção se realize e se distribua. O segundo representa as habilidades adquiridas pelos indivíduos e por último o capital social, é considerado pelo autor intangível e representa as relações entre as pessoas.

No trabalho do cientista político Robert Putnam (1990), teve mais impacto o conceito que usou como referencial teórico e empírico o caso da “Terceira Itália” uma das trajetórias de desenvolvimento local mais conhecida no contexto internacional e o conceito popularizou-se no Brasil e na América Latina, após a publicação do livro Comunidade e Democracia que trata da evolução de duas regiões italianas.

Os principais conceitos de capital social começaram a ter importância a partir da década de 1980, conforme Sehnem (2011, p. 50-51) com os autores:

- a) Ekkehart Schlicht (1980) que, utilizou o conceito para sublinhar a importância da organização social e da ordem moral que tem para o desempenho da economia;
- b) Pierre Bourdieu (1980) o capital social é tratado como um agregador de recursos, reais ou potenciais que possibilitam o pertencimento duradouro a determinados grupos e instituições;
- c) James Coleman (1980) normas sociais são como guias de ação para o indivíduo, como expectativas que expressam se ações estão certas ou erradas;
- d) Albert Hirshman (1984) capital social é aquele que aumenta dependendo da intensidade de seu uso, no sentido de que praticar cooperação e confiança produz mais cooperação e confiança, assim mais prosperidade;
- e) Banco Mundial (1990) capital social constitui e mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando a produção do bem comum;
- f) Robert Putnam (1990) debate sobre o papel do capital social e da sociedade civil na Itália;
- g) Francis Fukuyama (2000) traduz as relações entre prosperidade econômica, cultura e de capital social.

Pierre Bourdieu (1986), considera o capital social como a soma dos recursos decorrentes da existência de uma rede de relações e destaca a apresentação do capital social em três formas: capital econômico, capital cultural e o capital social composto das obrigações sociais.

Para Coleman (1990), o capital social refere-se aos aspectos da estrutura social que facilitam certas ações comuns dos atores dentro da estrutura e aplica o conceito na área da educação. Este autor, ao definir o capital social como componente do capital humano permite que os membros de uma sociedade dada confiaram uns nos outros e cooperaram na formação de novos grupos e associações e admite que da mesma forma que outros tipos de capital, o capital social é produtivo.

Putnam (1990) e seus seguidores afirmam primeiramente que o capital social é necessariamente um fenômeno local. Em segundo, faz referência a revitalização do conceito, e por terceiro faz o uso da noção capital social com questões focadas às dimensões sociais dos territórios desenhados pelo desenvolvimento local como a dinâmica da Terceira Itália que, acabou sendo vista pelo mundo e na própria Itália.

O autor aplicou o conceito na compreensão da participação e engajamento das pessoas na sociedade e os seus efeitos nas instituições democráticas e na qualidade do governo em algumas regiões da Itália.

A característica principal do capital social se refere de um bem público. Nesta perspectiva Putnam (1990) e Coleman (1990) afirmam que o capital social é um conjunto de recursos (no qual maior parte simbólica) com apropriação dependendo em grande parte ao destino de certa comunidade. É importante destacar no trabalho de Putnam, com êxito o capital social na promoção de estratégias nos níveis de desenvolvimento socioeconômico de uma população e características de organização social para aumentar a eficiência da sociedade.

Para Milani (2004) o capital social na literatura nacional é um bem coletivo que garante o respeito de normas de confiança mútua e de compromisso cívico. O capital social, depende diretamente das associações horizontais entre pessoas

(redes associativas), das redes verticais entre pessoas e organizações (indo além das mesmas classes sociais, das pessoas da mesma religião, dos membros do mesmo grupo étnico) e do ambiente social e político em que se situa a estrutura social.

Para este autor o termo social refere-se a associação, ou seja, o capital pertence a uma coletividade ou a uma comunidade e ele é compartilhado e não pertence a indivíduos. O capital social não se gasta com o uso, ao contrário, o uso do capital social o faz crescer. A noção de capital social indica que os recursos são compartilhados no nível de um grupo e sociedade, mais além dos níveis do indivíduo e da família e o capital social tem referência também aos recursos que são acumulados e que podem ser utilizados e mantidos para uso futuro.

3.3.1 Formação do capital social

O termo capital social é geralmente definido em termos de grupos, redes, normas e confiança de que as pessoas dispõem para os fins produtivos.

O conceito surgiu com o intuito de ressaltar a importância das redes e das relações baseadas em confiança, cooperação e ação coletiva¹⁵. O capital social passa neste momento, a ser representado por características de organização social e os principais elementos para sua formação são: redes sociais, confiança, reciprocidade¹⁶, participação cívica e as normas sociais.

As redes sociais (a família, os amigos e as associações) são ativos que podem, segundo os teóricos do capital social ser mobilizados com outros ativos para conseguir ganhos materiais, se caracteriza principalmente por ações coletivas dos

¹⁵ A teoria da ação coletiva se concentra na questão de descobrir porque os indivíduos cooperariam numa espécie de dilema social, quando poderiam continuar livres em relação às contribuições dos outros e o dilema social refere-se a um cenário em que os indivíduos escolhem ações em uma situação interdependente. (OSTROM, 2007).

¹⁶ A reciprocidade é desenvolvida a partir do intercâmbio de bens tangíveis e intangíveis, desenvolvendo-se à medida que essas relações ganham maior estabilidade, ou seja, aumenta através da confiança e da interação entre os indivíduos.

indivíduos. Na opinião de Marteleto e Silva (2004, p. 44) as redes sociais passam a ser definido:

Como um recurso da comunidade construído pelas suas redes de relações. A construção de redes sociais e a consequente aquisição de capital social estão condicionadas por fatores culturais, políticos e sociais. Entender sua constituição pode levar à sua utilização, como mais um recurso, em favor do desenvolvimento e da inclusão social, especialmente das comunidades. Para isso, deve-se ter em conta que as redes se constituem em canais pelos quais passam informação e conhecimento.

Para Régis, Dias e Melo (2006, p. 41) as redes sociais podem ser configuradas como “um sistema de atores em que as fronteiras podem, ou não, possuir limites. Podem ser consideradas uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou uma rede”.

Um segundo elemento do capital social é a confiança que se refere às relações sociais, isso gera cooperação entre as pessoas e a confiança deriva das regras de reciprocidade e dos sistemas de participação cívica. O outro elemento do capital social é a reciprocidade, para Putnam este se torna o elemento decisivo pelo qual o capital social gera instituições propícias à participação cívica.

Para Ostrom e Ahn (2003 apud Milani, 2007, p. 204) confiança é tratada como:

Ligaçao central entre capital social e ação coletiva. A confiança é promovida quando indivíduos são confiáveis, quando eles se encontram em redes múltiplas (*networked*) e quando há instituições (regras formais e informais) que facilitem o crescimento da confiança. Diferentemente de Putnam, não consideram a confiança como uma forma de capital social, mas sim um resultado (um produto) de formas de capital social. A confiança é a ligação central entre capital social e ação coletiva; ela integra a previsibilidade de comportamentos dos agentes e, por isso, envolve a avaliação do risco de que um comportamento não seja efetivamente seguido. A confiança põe em relação as três formas de capital social citadas acima. A confiabilidade resulta de características particulares daqueles em quem confiamos (os valores intrínsecos dos indivíduos são também elementos essenciais para se saber se um indivíduo coopera ou não); no entanto, além da motivação individual, também devem ser levadas em consideração estruturas sociais e regras (sanção, punição) que marcam o contexto em que se situa o indivíduo. A confiabilidade é fundamental por quanto constitui um elemento que incentiva a reciprocidade: um indivíduo que baliza o seu comportamento pela reciprocidade é um indivíduo confiável. As redes incentivam a cooperação, mas, sobretudo ajudam a conformar normas de reciprocidade. As instituições (prescrições, regras) também incluem o estado de direito, a atmosfera democrática, um governo transparente e com objetivos claros; no entanto, deve-se pensar tanto na prática das regras quanto em seu aspecto formal.

Ostrom (2007) afirma que a diminuição das principais variáveis, sendo a confiança, reciprocidade e reputação podem gerar um declínio na ação coletiva, ocasionado influência negativa no comportamento dos indivíduos.

A participação cívica para Coleman (1988) é entendida como a atuação em associações de diferentes tipos, e a teoria formulada por Putnam (1996) a partir do conceito comunidade cívica¹⁷, com enfoque na associação relacionada com o desempenho institucional, desenvolvimento econômico e o grau de civismo. Portanto, quanto mais cívica a região, mas eficaz é seu governo e as evidências históricas tanto de épocas passadas quanto as recentes, indicam fatores importantes na explicação nas diferenças regionais.

Na hipótese de Coleman (1990) defendida por ele, é de que existe uma complementação entre o capital físico-econômico (insumos, infra-estrutura e financiamento), o capital humano (educação) e o capital social (relações de confiança). A otimização do capital físico-econômico e do capital humano é alcançada na medida em que as relações de confiança e a reciprocidade aumentam nas relações na sociedade.

A educação é vista nesta perspectiva, como um processo de valorização da cultura local, onde permitiria o fortalecimento das redes e estes podem contribuir nos cidadãos os índices favoráveis de capital social (NAZZARI; LAZZAROTTO, 2006).

Muitos estudiosos enfatizam a correlação entre o grau de confiança geral e as normas de cooperação na sociedade, assim quanto menores a diferenças entre ricos e pobres, maiores serão os índices de capital social e consequentemente uma maior participação das pessoas nas associações. Tanto a cooperação como a administração pública, traduz uma melhora na qualidade dos serviços públicos e o conjunto de características da organização social contribui para aumentar a eficiência da sociedade e facilitam a coordenação de ações no mercado.

¹⁷ Comunidade cívica se caracteriza pela existência de fortes obrigações dos cidadãos com a comunidade, expressas em intensa participação, mecanismos de igualdade política, sentimentos de solidariedade, de confiança, de tolerância e por redes de associações. Pois, o compromisso cívico se expressa no desempenho dos cidadãos em interesse de bens públicos e a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos (PUTNAM, 1996).

Nazzari e Lazzarotto (2006) enfatizam que as instituições, a integração e a cooperação da sociedade civil podem ser consideradas agentes de modernização e transformação de uma região. Assim, o capital social possa ser produtivo para a economia e para a vitalidade das instituições democráticas. Os valores cívicos e os mecanismos de confiança existentes em uma sociedade servem para reduzir custos de transação nas economias de mercado e a participação é uma necessidade humana e uma forma de se facilitar a organização.

E por último, as normas sociais é outro elemento do capital social conforme Coleman (1988) refere-se ao controle existente de uma determinada comunidade, a fim de que seja mantida a ordem, o que evita a estabelecer sanções formais.

3.3.2 Tipos de capital

O capital social por sua vez, é definido pelos autores como normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais.

Diferentes tipos de capital social foram identificados pelos pesquisadores do tema, tais como: *bonding social capital*, *bridging social capital* e *linking social capital*. Os tipos de capital social refletem sobre as redes que podem também influenciar no desenvolvimento econômico de uma sociedade.

Monastério (2000 apud Castilhos, 2002, p. 50) exemplifica os tipos de capital social:

- a) *bonding social capital* (capital social comunitário): geralmente cumpre funções para o bem-estar da sociedade. É aquele que corresponde às relações sociais comunitárias dos indivíduos e refere-se principalmente a capacidade que estes indivíduos possuem para gerar relações sociais baseadas em reciprocidade e confiança nas suas comunidades. Além do potencial organizativo que, estas comunidades possuem e envolve as ligações entre agentes da mesma posição e são os grupos homogêneos voltados para dentro nos quais as identidades dos membros são vigoradas;

b) *bridging social capital* (capital social extracomunitário): é o que representa as relações sociais produtoras de capital que uma determinada comunidade e se estabelece com grupos sociais e econômicos externos, este tipo de capital social é muito importante. Pois, permite que os indivíduos estabeleçam as relações sociais em que são efetuadas trocas econômicas e o acesso as informações presentes em meios externos a sua comunidade e ao que se refere aos laços fracos¹⁸ entre pessoas e atores de grupos sociais diferentes. São relações sociais mais distantes que ultrapassem as fronteiras sociais nos quais as virtudes cívicas se mostram entre pessoas com distintas situações demográficas, étnicas e ocupacionais. Trata-se de um óleo lubrificante social e as informações sobre o comportamento de outros agentes e oportunidades disponíveis fluem por meio do capital social do tipo *bridging* é fértil e há uma sociedade integrada na qual, por exemplo, a respeito das diferenças sociais, pobres e ricos confiam uns nos outros e compartilham informações;

c) *linking social capital* (capital social institucional): é o que descreve as relações sociais existentes entre a sociedade civil e o Estado. São as ligações verticais entre os pobres e as pessoas ocupantes de postos de decisão em organizações formais. Nas comunidades nas quais há esse tipo de capital, têm governos que atravessam as procuras oriundas dos estratos inferiores da pirâmide social e Putnam supõe que os capitais sociais *bridging* e *bonding* promoveriam o *linking social capital*.

¹⁸ Laços fracos é aqueles nos quais o investimento é menor ou nulo como, por exemplo, os mantidos com pessoas conhecidas e os laços fortes é definido como aqueles nos quais os indivíduos despendem mais tempo, intensidade emocional, confiança e reciprocidade exemplo disto é a amizade.

3.3.3 Dimensões e mensuração do capital social

No âmbito das dimensões do capital social segundo Régis (2005 apud Sehnem, 2011) são: cognitiva (representada pela visão compartilhada entre as unidades), relacional (representada principalmente pela confiança) e estrutural (representada pela estrutura rede).

- a) a dimensão cognitiva do capital social aborda as significações que são compartilhadas pelos atores sociais da rede, estas significações constituem de idéias comuns referentes a diversos assuntos que fazem parte especificamente do contexto da rede e que norteiam as decisões e os comportamentos;
- b) a dimensão relacional do capital social é que representa os tipos de relações que as pessoas desenvolvem umas com as outras nos processos de interação;
- c) a dimensão estrutural destaca duas perspectivas de análise: de nível micro, como a força das relações, os laços da rede, assim como o do nível macro, a exemplo da configuração da rede.

As dimensões do capital social (cognitiva, estrutural e relacional) e seus principais elementos podem ser visualizados no quadro a seguir.

Quadro 1- Três dimensões do capital social

Cognitiva	Estrutural	Relacional
Valores	Redes de relacionamento	Confiança
Narrativas compartilhadas	Estabilidade	Normas de reciprocidade
Cultura	Densidade	Participação
Códigos	Configuração	Obrigações
	Conectividade	Tolerância à diversidade

Fonte: Adaptado por Nahapiet e Ghoshal apud Sehnem e Macke, 2011.

Uma segunda diferenciação do capital social remete às duas dimensões necessárias para sua formação e incremento, para que ele se converta num fator positivo no desenvolvimento de uma comunidade.

Diversos autores adotam a seguinte diferenciação de dimensões segundo Castilhos (2002, p. 12):

- a) dimensão enraizamento: refere-se a integração, imbricação ou inserção dos indivíduos nas relações sociais. Isto significa que as relações sociais devem estar culturalmente enraizadas na realidade dos indivíduos para que ocorra a formação de capital social e o conceito de *embeddedness*¹⁹ desde o início faz parte da noção de capital social;
- b) dimensão autonomia: refere-se a postura ou a qualidade que os agentes sociais expressam, permitindo estabelecer relações sociais benéficas, baseadas em reciprocidade e confiança que possibilitam a criação de capital social. A dimensão autonomia do capital social institucional é medida pela eficiência, integridade e independência que apresentam os governantes, funcionários públicos, instituições, agentes de intervenção durante o exercício da gestão pública do Estado. E por último, o capital social comunitário e extracomunitário estão na mesma dimensão e referem-se principalmente a capacidade cívica que possuem os indivíduos.

Contudo, a concepção adotada para o estudo do capital social nos municípios pesquisados que fazem parte da região administrativa de Toledo é a dimensão autonomia, pois tanto por parte dos governantes, funcionários públicos, sociedade civil e os presidentes das associações é a relativa capacidade destes agir conforme os interesses públicos e coletivos, do que em seus interesses individuais.

¹⁹ Este conceito revela que o capital social, independente dos tipos está enraizado, incrustado, embebido nas relações sociais e quando existe tal incrustamento nas relações sociais, também existem precursores culturais como a confiança que promovem a integração dos indivíduos ou grupos sociais (CASTILHOS, 2002).

Pereira, Carnielo e Santos (2010, p. 2) comentam sobre as variadas unidades de análise de dimensões e mensuração do capital social encontrados:

No questionário elaborado pelo *New South Wales Study* não consta uma divisão das dimensões utilizadas, há apenas uma divisão entre as questões sobre capital social e questões pessoais, como sexo, idade, renda, filhos etc. O questionário criado pelo *World Values Survey* tão pouco divide suas questões em secções ou dimensões, trata se de um instrumento complexo e longo, os enunciados das questões extensos e por vezes de difícil compreensão. Para estes dois estudos não foi encontrada tradução ou equivalente na língua portuguesa, mas são bastante conhecidos e conceituados no mundo acadêmico. O questionário do Banco Mundial deixa bem claro as dimensões utilizadas e as questões relacionadas a cada uma delas, que são: Grupos e redes, Confiança e solidariedade, Ação coletiva e cooperação, Informação e comunicação, Coesão e inclusão social e Autoridade e ação política. O questionário NEPO – Núcleo de Estudos de População da UNICAMP, está dividido em duas grandes partes: Módulo 1 – quadro sócio- demográfico e módulo 2 – relações sociais, nos interessa aqui a subdivisão realizada no modulo 2, que se aproxima de uma divisão das dimensões, que esta definida quatro tópicos: relações pessoais, relações familiares, amigos e vizinho e poder público.

Após mais de uma década de estudos e debates em torno da concepção de capital social, já dispõe-se de várias revisões da literatura relacionadas à metodologia envolvidas no conceito. Neste estudo foram feitas pesquisas para levantar o número de indivíduos participantes em associações em cada município da amostragem, com a finalidade de demonstrar o nível de agrupamento de pessoas, ou seja, a coletividade por um intuito comum, sendo este o mecanismo como indicador de capital social para o município de Pato Bragado e São José das Palmeiras.

3.3.4 Índices de capital social

Os índices de capital social elaborados pelos pesquisadores costumam reunir diversos indicadores que serão mencionados a seguir, portanto não existe um índice padrão na literatura devido as diferentes concepções sobre o conceito.

Para Correa (2003, p. 216) os pesquisadores têm buscado medi-lo de diferentes maneiras tais como:

- a) averiguando o nível de confiança interpessoal e as atitudes favoráveis a cooperação com os outros, a questão comum é: “pode-se confiar na maioria das pessoas?” Um alto índice de respostas positivas é tomado como um indicador de um elevado capital social;

- b) averiguando a intensidade de relações familiares, de vizinhança e de participações frequentes e regulares nas relações de participação nos espaços locais, maior será o capital social;
- c) medindo o grau de envolvimento das pessoas em organizações (associações horizontais) nas suas diferentes manifestações (entidades recreativas e entre outros). Tanto sob o aspecto do número de organizações quanto da efetiva participação dos cidadãos, portanto, um forte associativismo horizontal é tomado como indicador de alto capital social;
- d) investigando a dedicação dos cidadãos a atividades de voluntariado e filantropia. Alto grau de voluntariado em uma sociedade é entendido como indicador de elevado capital social;
- e) investigando o grau de compromisso cívico e a participação política dos cidadãos - interesse por envolvimento em atividades políticas (eleições, manifestações de reivindicação de protesto, partidos e grupos de pressão). O elevado compromisso cívico é tomado como um indicador de forte capital social.

Entre os indicadores mencionados, utilizou-se o terceiro índice para mostrar o capital social dos municípios da amostragem, sob o aspecto do número de organizações e número de integrantes (associações horizontais) identificados em cada município pesquisado. O desenvolvimento local requer o crescimento do nível da organização social, sendo que maior a capacidade das pessoas se associarem em torno de objetivos comuns, maior será o indicador de capital social e se torna melhores as condições de desenvolvimento.

3.3.5 Organizações associativas de Pato Bragado e São José das Palmeiras

Os municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras possuem uma rede de organizações associativas. Quando estas comparadas no aspecto de número de organizações e de representação civil, percebe-se uma diferença na quantidade de entidade de um município para o outro.

As associações segundo Barbosa (2012) são formadas por agrupamentos de pessoas, reunidas de maneira formal ou informal, criadas a partir da união de idéias e de esforços em prol de um objetivo material ou imaterial, cujo propósito seja lícito e com a livre adesão de seus membros. Sendo que, o desenvolvimento de uma comunidade acontece por meio da boa vontade, solidariedade, interação, cooperação e associação das pessoas para uma finalidade comum.

No levantamento de informações realizado na pesquisa, o município de Pato Bragado apresentou um número superior de entidades possuindo um total de 39 organizações associativas, enquanto o município de São José das Palmeiras foram 17 organizações associativas.

A gastronomia em Pato Bragado, procura ressaltar a tradicional festa nacional e o concurso do cupim assado, a qual vem atraindo ao decorrer do período crescente número de participantes no oeste do Paraná.

Portanto, neste município ocorre no mês de fevereiro a festa dos navegantes, março a festa nacional, o concurso do cupim assado e o aniversário do município, no mês de maio há a festa da comunidade evangélica. Em junho, ocorre a festa junina da escola e a festa do padroeiro da igreja católica, setembro acontece a semana da pátria, no mês de outubro a Oktoberfest e por último, em dezembro o concurso comercial e residencial de enfeites natalinos.

No aspecto religioso o município de Pato Bragado, tem a igreja Católica, igreja Evangélica, Assembléia de Deus, Batista, Congregacional, Luterana São João, Quadrangular dentre outras.

Em São José das Palmeiras, há a festa em comemoração a emancipação política-administrativa do município que acontece na primeira quinzena do mês de abril. Esta festa comemorativa geralmente acontece durante três dias sendo a maior atração a festa do peão, onde há shows com bandas de animação, praça de alimentação e parque de diversão para as pessoas e no domingo, ou seja, no último dia do evento, é servido o prato típico do município a costela desossada e recheada.

No município existe outro evento o chamado campanha natal de luz, que acontece todo final do ano e por fim, a maior festa comunitária do município é

realizada no mês de março em homenagem a São José, considerado pelos católicos o padroeiro do município que pela manhã há a missa em celebração, ao meio-dia é servido o almoço e posteriormente a tarde há matinê, sorteios e leilões de animais.

No aspecto religioso, o município de São José das Palmeiras, predomina o catolicismo, devido a tradição nordestina e a igreja Católica ser a primeira a instalar-se no município, posteriormente a ter sede foi a Luterana do Brasil no ano de 1979. Na localidade há outras igrejas como a Presbiteriana do Brasil, Adventista do Sétimo Dia, Assembléia de Deus, Congregação Cristã no Brasil, Quadrangular, Deus é Amor, Avivamento Bíblico e a Presbiteriana Renovada.

4 ABORDAGEM E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo está descrito os procedimentos metodológicos que norteiam a pesquisa, para atingir o foco deste trabalho serão discriminados o tratamento metodológico, em seguida os procedimentos metodológicos, objetivos e por último, a caracterização dos municípios sob análise.

4.1 Tratamento metodológico

A metodologia de pesquisa compreende a utilização de métodos e pressupõe o estabelecimento de procedimentos didáticos, metodológicos e técnicos.

A pesquisa na visão de Maren (1995) não deve utilizar apenas um método, uma vez que a metodologia de pesquisa necessita analisar de diferentes formas, os dados da realidade. Para tanto, é possível a utilização de mais de um método para se explicar uma determinada realidade, bem como a aplicação de vários instrumentos ou técnicas²⁰ na operacionalização de uma pesquisa.

Gil (2009, p. 41) afirma em relação a pesquisa que é “usual a classificação com base em seus objetivos gerais. Assim, é possível classificar as pesquisas em três grandes grupos: exploratórias, descritivas e explicativas”.

Nesta perspectiva a pesquisa é apresentada em caráter descritiva e exploratória, ao que se refere a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de uma determinada população. Já em relação a pesquisa exploratória, segundo Gil (2009) tem como objetivo principal proporcionar maior familiaridade com o problema, e torná-lo mais explícito ou a constituir as hipóteses e na maioria dos casos assume a forma de estudo de caso.

O estudo de caso pode ser aprimorado, por meio das mais variadas técnicas e de métodos que facilitam a compreensão do fenômeno a ser estudado. Portanto, nesta pesquisa adotou-se o método de estudo de caso, em que consiste facilitar a compreensão dos fenômenos sociais complexos e se aplica geralmente nas áreas

²⁰ Técnicas compreende a aplicação de instrumentais, regras e procedimentos que facilitam o processo ensino-aprendizagem e a construção do conhecimento.

das ciências humanas e sociais. Para Yin (2005 apud Oliveira, 2010, p. 55), o método de estudo de caso permite:

Uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real, tais como: ciclo de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação dos setores econômicos.

Com base na citação do autor, o estudo de caso adotado na presente pesquisa é um método eclético e se aplica em diferentes áreas de conhecimento, incluindo também as ciências naturais. Sendo que, a aplicação do método estudo de caso deve ser utilizado para atender aos objetivos preestabelecidos pelo pesquisador, como um estudo aprofundado a fim de nortear os fundamentos e explicações para determinado fenômeno da realidade empírica.

Yin (2010, p. 147), argumenta em relação a base de dados do estudo de caso que, suas próprias notas são:

Provavelmente, o componente mais comum do banco de dados. Essas anotações tomam formas variadas. Elas podem ser resultantes das entrevistas, observações ou da análise de documentos. Elas podem ser manuscritas, digitadas, registradas em fitas de áudio ou em arquivos de processamento de palavras ou outros arquivos eletrônicos, e podem ser reunidas na forma de diário, em fichas ou em alguma outra maneira menos organizada.

Para a pesquisa que utiliza mais de uma realidade para confrontar os dados, com a finalidade de buscar razões e fundamentos para os fenômenos que caracterizam objeto de estudo, como o caso da pesquisa atual de dois municípios do oeste do Paraná, chama-se de estudo de caso múltiplo.

Para atingir o objetivo de análise do desenvolvimento local, partiu-se das análises referentes aos indicadores socioeconômicos nos municípios da amostragem. Aplicou-se também em caráter descritivo para demonstrar a trajetória de desenvolvimento, onde realizou a pesquisa de campo, ou seja, buscou-se informações com a técnica de entrevistas.

O estudo de campo apresenta semelhanças com o levantamento de dados, pois tem maior alcance e procura com mais profundidade, as questões propostas do que a distribuição das características da população com determinadas variáveis.

Para a mensuração do capital social, utilizou-se a técnica de pesquisa por levantamento de número das organizações associativas entre pessoas (associações horizontais) em cada município estudado. Na pesquisa foi realizado o quadro socioeconômico dos municípios por meio de indicadores, tais como: PIB (Produto Interno Bruto), IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), dados populacionais, atividades econômicas dentre outros.

Monastério (2002, p. 7) em sua tese, adotou indicadores na caracterização e comparação dos resultados do capital social nas regiões estudadas por ele. Neste âmbito, o autor explica que:

A bibliografia mostra que o capital social está positivamente relacionado com melhorias nos diversos aspectos da vida humana que tais indicadores buscam capturar, como saúde, educação e segurança. Portanto, as sociedades que, por falta de capital social, forem mais pobres terá também os piores indicadores de desenvolvimento. A limitação da análise apenas à renda implica a adoção de um critério mais exigente para a avaliação da hipótese de que o capital social importa para o desenvolvimento; se as áreas com menos capital social forem mais pobres, logo o seu Índice de Desenvolvimento Humano, por exemplo será também mais baixo.

Com base nos argumentos do autor, foram também utilizados nesta pesquisa indicadores relacionados à educação, longevidade, renda, saúde e dados referentes a caracterização dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras.

4.2 Procedimentos metodológicos

Na presente pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas para elaborar uma base de dados qualitativa.

De acordo com Oliveira (2010, p. 60), a pesquisa qualitativa pode ser considerada como:

Sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade. Esse procedimento visa buscar informações fidedignas para se explicar em profundidade o significado e as características de cada contexto em que encontra o objeto de pesquisa. Os dados podem ser obtidos através de uma pesquisa bibliográfica, entrevistas, questionários, planilhas e todo instrumento (técnica) que se faz necessário para obtenção de informações.

A base de dados qualitativa desta pesquisa efetuada, foi obtida por meio de pessoas ligadas a sociedade local, ao poder público e órgãos com a atuação em organização local. Portanto, foram identificadas as principais organizações, sendo elas associações de empresários locais, associações de pessoas e dentre outras entidades associativas.

Foram realizadas entrevistas nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras. Sendo três entrevistas formais em São José das Palmeiras, com perguntas relacionadas ao processo de colonização, ocupação e emancipação-política do município. Após a realização destas entrevistas, todo material foi digitado sem alterações na concordância verbal e nominal nos depoimentos dos entrevistados.

No município de São José das Palmeiras, a pesquisa teve como principal entrevistador a própria pesquisadora sob a coordenação da professora Zoraíde, residente na localidade, e os principais critérios para a escolha dos entrevistados, foram em razão dos mesmos fazerem parte das primeiras famílias colonizadoras do município e porque viveram os ciclos econômicos da economia local. Já em Pato Bragado, foram realizadas entrevistas informais.

O processo de identificação das organizações associativas em Pato Bragado e São José das Palmeiras foi possível somente, devido a colaboração do quadro de servidores públicos das prefeituras locais e pela permissão dos presidentes das associações em repassar informações sobre aspecto de número de integrantes que cada entidade obtém.

A fonte de coleta de dados também ocorreu com dados secundários, por meio de censos utilizando-se da técnica de amostragem de dados estatísticos decorrente de páginas de internet, sendo os principais: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o Ipardes (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social).

A análise e interpretação segundo Marconi e Lakatos (2010) são duas atividades distintas, mas estreitamente relacionadas, é como um processo que

envolve duas operações. Para tanto, a análise é uma tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores.

A interpretação é a atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas vinculando-as a outros conhecimentos. Pois, neste estudo ocorreu uma interpretação comparativa das informações coletadas dos municípios da amostragem.

Na pesquisa, houve a análise qualitativa de textos (discursiva) e análise dos dados com representação em: tabelas (construída através de dados secundários), quadros (elaborado por base de dados primários), gráficos (informativos e analíticos) e a análise do conteúdo que teve a finalidade de dar informações sobre os resultados da pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 1992).

4.3 Objetivos

Tendo como base a abordagem exposta, o seguinte objetivo foi levantado:

4.3.1 Objetivo geral

A pesquisa teve como objetivo geral analisar a trajetória histórica de desenvolvimento nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras.

4.3.2 Objetivos específicos

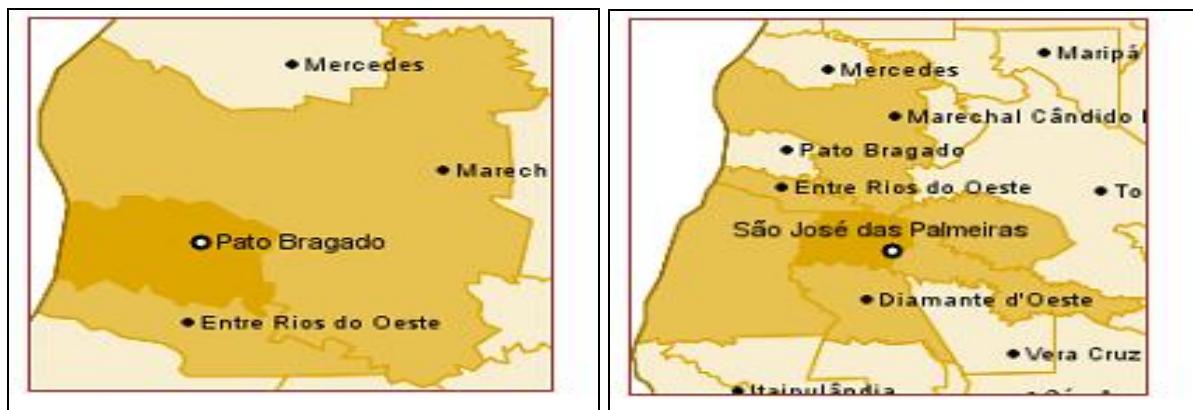
- a) descrever a trajetória de desenvolvimento desde a colonização e ocupação dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras;
- b) analisar o desenvolvimento local dos municípios pesquisados a partir dos dados socioeconômicos;
- c) identificar o número de organizações associativas e integrantes em cada associação, servindo como indicadores de capital social nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras;
- d) tecer considerações comparativas entre os níveis de desenvolvimento dos municípios da amostragem.

4.4 Caracterização dos municípios sob análise

O município de Pato Bragado situa-se na região oeste do Paraná, limitando-se ao sul com o município de Entre Rios do Oeste, ao norte e leste com o município Marechal Cândido Rondon, e a oeste com a República do Paraguai.

O município de São José das Palmeiras encontra-se limitado ao sul com o município de Diamante d'Oeste, ao norte com os municípios Marechal Cândido Rondon e Entre Rios do Oeste, e leste com o município de São Pedro do Iguaçu, e a oeste com o município de Santa Helena e a nordeste com o município de Ouro Verde d'Oeste e estes podem ser visualizados na figura 2.

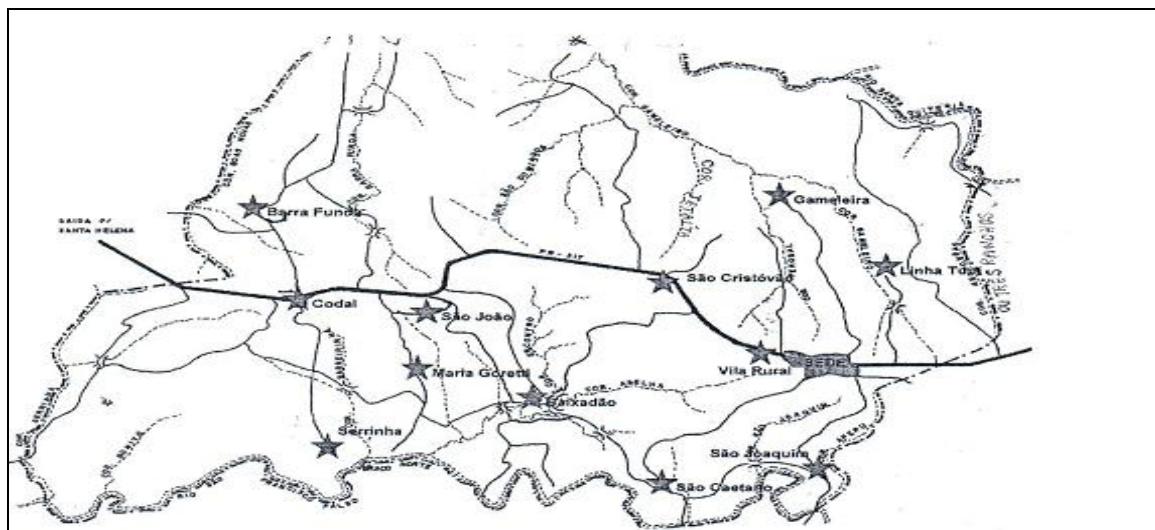
Figura 2 - Localização e mapa dos municípios Pato Bragado (esquerda) e São José das Palmeiras (direita) na região oeste do Paraná



Fonte: Ipardes, 2012 (adaptado pelo autor).

O município São José das Palmeiras possui a rede hidrográfica composta pelos afluentes do Rio São Francisco Falso e Braço do Norte que correm no sentido norte e sendo seus principais córregos: Córrego Três Rancho ou Arapongas, Gameleiro e seus principais afluentes: Jetaíta, Perobal, São Domingos e além dos córregos Barra Grande e Barra Funda vistos na figura 3 a seguir.

Figura 3 - Rede hidrográfica do município São José das Palmeiras



Fonte: Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras.

Acervo: Projeto Memórias e História.

A rede hidrográfica de Pato Bragado é composta pelo lago de Itaipu (representado pelo rio Paraná) a oeste, localiza-se o rio São Francisco ao sul, o rio Branco ao norte, arroio Fundo a sudeste. No município há também o lajeado Sargent e as sanganas Barigui, Biriva, Caranchan, Coqueiro, da Glória, Guará, Jataí, Naranjito, Palmeira, Petronius e Taquara.

O solo predominante no município de Pato Bragado é o latossolo roxo eutrófico e o clima é o subtropical, com temperaturas oscilando entre 22º e 40º Celsius em boa parte do ano, com raras ocorrências de geadas nos meses de junho a agosto. Segundo Gregory V., Myskim e Gregory L. (2004, p. 23) as características de Pato Bragado entre elas, de “relevo, solo, índices pluviométricos e oscilações de temperaturas proporcionam condições propícias para atividades e tipos de cultivos agrícolas e de criação, que são a base da economia local”.

No município de São José das Palmeiras, o solo é composto de terra estruturada e litólicos, sendo a grande maioria de terra roxa e a parte da área territorial do município, conta com regiões de espiões (morros), e outros lugares com a predominância de planícies. O clima é o subtropical úmido mesotérmico, com temperaturas médias superiores a 22º Celsius e ocorrência de geadas no período de junho e julho.

Pato Bragado foi instalado no ano de 1993, atualmente com 19 anos de emancipação e já São José das Palmeiras foi instalado no ano de 1986, com 26 anos de emancipação. É importante destacar que até ocorrer o processo de emancipação, os dois municípios encontravam-se em condição de distritos e pertencentes até dias atuais na região administrativa de Toledo, constituindo o polo regional. Na tabela 13, a seguir será demonstrado os aspectos gerais dos municípios mencionados no estudo.

Tabela 13 - Aspectos gerais nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras

Dados	Pato Bragado	São José das Palmeiras
Data de instalação	01/01/1993	01/01/1986
Origem/desmembramento	Marechal Cândido Rondon	Santa Helena
Altitude	288 m	530 m
Latitude	24° 37' 35" S	24° 50' 15" S
Longitude	54° 13' 29" W	54° 03' 49" W
Distância da sede municipal a capital	609,93 km	580,55 Km
Distância da sede do município polo regional	62,7 Km	49,4 Km
População – Censo 2010	4.822 habitantes	3.830 habitantes
Número de eleitores – 2011	3.964	3.037
Taxa de crescimento geométrico – 2010	1,76%	-0,68%
Grau de urbanização – 2010	62,07%	62,95%
Densidade demográfica – 2012	36,11 hab/km ²	20,67 hab/km ²
Taxa bruta de natalidade – 2010	11,61	13,58
Área territorial	136,781 km ²	183,282 km ²

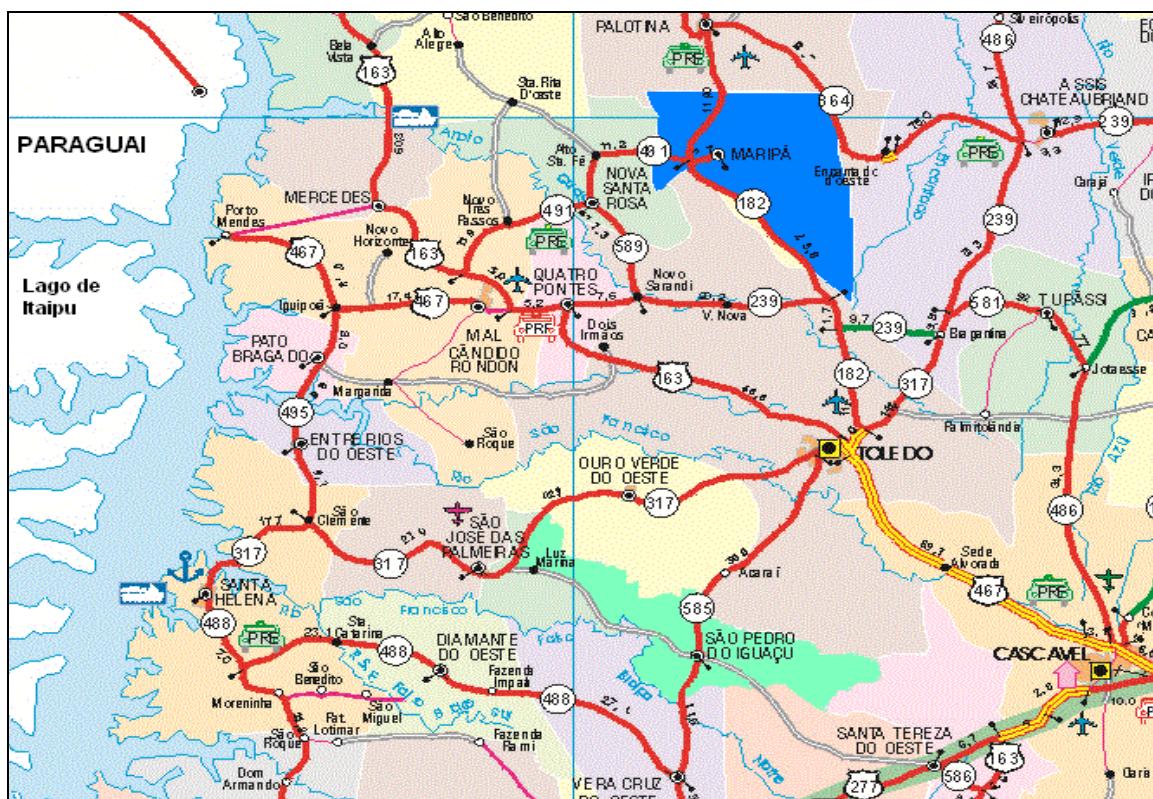
Fonte: IBGE, IPARDES, SESA, TRE-PR, 2012.

No aspecto populacional conforme mencionado na tabela acima, a população de Pato Bragado de acordo com o Censo 2010 (IBGE) é de 4.822 habitantes, sendo superior ao município de São José das Palmeiras em 992 habitantes. Em relação ao número de eleitores aptos a exercer o direito de votar nos municípios, Pato Bragado apresenta 3.964 eleitores cadastrados pelo TRE-PR (Tribunal Regional Eleitoral do Paraná) na atualização de 01/03/2012, pois há uma diferença de 927 eleitores, enquanto São José das Palmeiras apresenta 3.037 eleitores.

A tabela 13, indica que a área territorial dos dois municípios confrontados apresenta diferenças na extensão, que no qual o município de Pato Bragado possui uma área territorial de 136,781 km² inferior a do município de São José das Palmeiras que é de 182,419 km².

A taxa de urbanização no município de Pato Bragado corresponde a 62,07% e no município de São José das Palmeiras 62,95%, neste aspecto é semelhante a taxa dos dois municípios e ambos fazem parte da região administrativa de Toledo. O município de Pato Bragado tem de distância 62,7 Km e São José das Palmeiras possui 49,4 Km de distância da sede polo regional de Toledo conforme pode ser visto na figura 4.

Figura 4 - Mapa rodoviário com a localização dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras



Fonte: DER/PR Recorte do Mapa Rodoviário do Paraná.

Os municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras possuem acesso rodoviário ligando ao seu polo regional de Toledo e também aos municípios vizinhos. O acesso do município de Pato Bragado é via pela BR-277 seguindo pela rodovia PR-495, chamada por rodovia Costa Oeste que marca o lago de Itaipu. É

importante destacar que Pato Bragado está localizado ao lado do município de Marechal Cândido Rondon e São José das Palmeiras respectivamente perto de Santa Helena.

Segundo o IBGE (2012), no ano de 2005 a população de Pato Bragado era de 4.370 habitantes e no Censo 2010 a população é de 4.822 habitantes, isto indica que houve uma variação positiva na quantidade de habitantes no município, ou seja, ocorreu um aumento demográfico.

De acordo com o Censo 2010 (IBGE), a população do município de São José das Palmeiras é de 3.830, possuindo uma taxa de crescimento geométrico negativa de -0,68%. A densidade demográfica do município de Pato Bragado é 36,11 hab/km² e no outro município é menor a taxa correspondendo a 20,67 hab/km².

A taxa de natalidade no município de Pato Bragado com base nos dados do SESA (Secretaria da Saúde) corresponde a 11,61 por (mil habitantes) e no município de São José das Palmeiras é de 13,58 por (mil habitantes). Verifica-se que no município de Pato Bragado é menor a taxa de natalidade do que o município São José das Palmeiras.

A população do sexo masculino no município de Pato Bragado é de 2.368 habitantes e 2.454 habitantes são do sexo feminino. No município de São José das Palmeiras é de 1.926 habitantes são do sexo masculino e 1.904 do sexo feminino. Portanto, no município de Pato Bragado predomina a maior quantidade de habitantes no sexo feminino e já no município de São José das Palmeiras predomina a maior quantidade de habitantes do sexo masculino (IBGE, 2012).

A distribuição da população por sexo e faixa etária do município de Pato Bragado é demonstrada na tabela 14 e o percentual da população em faixa etária no gráfico 3.

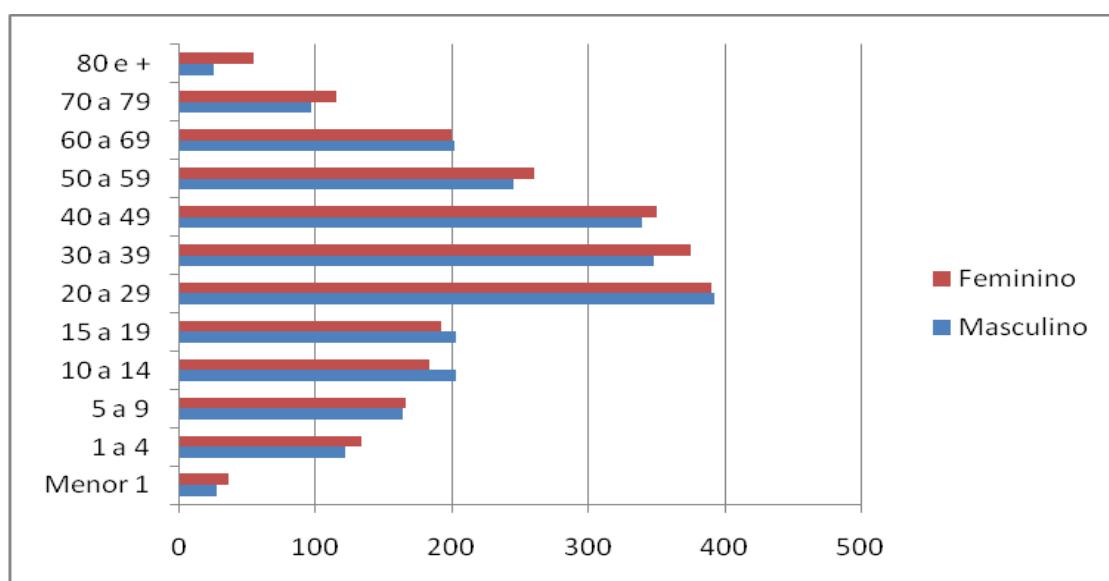
Tabela 14 - Distribuição da população por sexo e faixa etária de Pato Bragado – 2010

População residente por faixa etária e sexo, 2010			
Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
Menor 1	27	36	63
1 a 4	121	133	254
5 a 9	164	166	330
10 a 14	203	183	386
15 a 19	203	192	395
20 a 29	393	390	783
30 a 39	348	375	723
40 a 49	340	350	690
50 a 59	245	260	505
60 a 69	202	200	402
70 a 79	97	115	212
80 e +	25	54	79
Ignorada	-	-	-
Total	2.368	2.454	4.822

Fonte: IBGE, 2012.

No município de Pato Bragado na faixa etária de 20 a 29 anos tem maior quantidade de habitantes tanto para o sexo masculino e feminino, a partir de 30 anos há uma queda acentuada de números de habitantes em ambos os sexos e existe uma predominância maior número de pessoas no sexo feminino a partir da faixa etária de 30 anos.

Gráfico 3 - População de Pato Bragado por sexo em faixa etária – 2010



Fonte: IBGE, 2012 (adaptado pelo autor).

Na tabela 15, será apresentada a população censitária por tipo de domicílio e sexo no município de Pato Bragado, que no qual há a maior concentração de habitantes no tipo de domicílio urbano.

Tabela 15 - População censitária segundo tipo de domicílio e sexo de Pato Bragado – 2010

Tipo de domicílio	Masculino	Feminino	Total
Urbano	1.432	1.561	2.993
Rural	936	893	1.829
Total	2.368	2.454	4.822

Fonte: IBGE, 2012.

A distribuição da população residente por faixa etária e sexo do município de São José das Palmeiras é demonstrada na tabela 16.

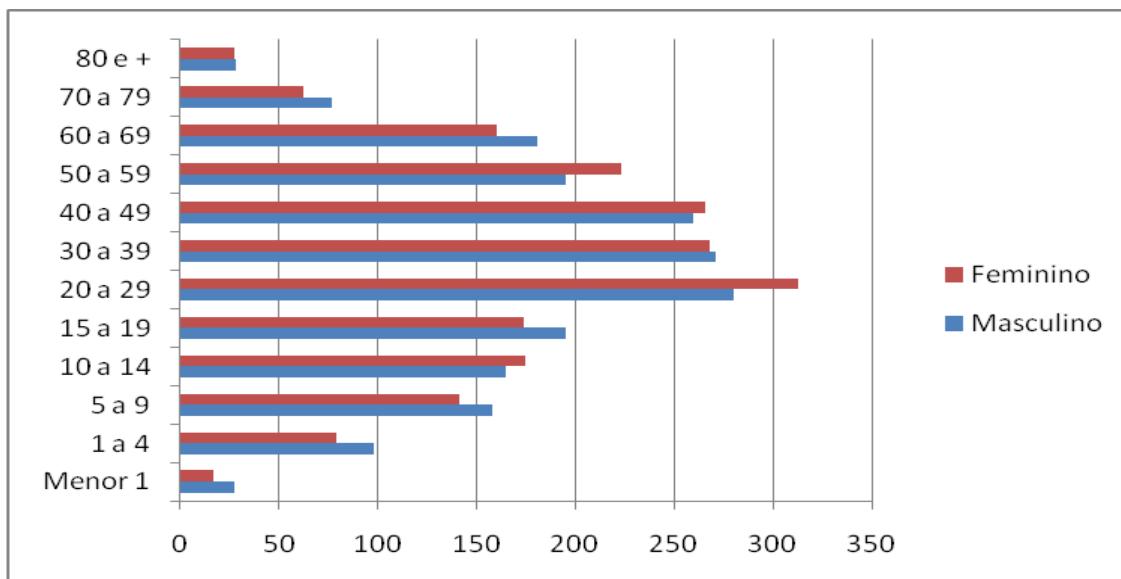
Tabela 16 - Distribuição da população por sexo e faixa etária de São José das Palmeiras – 2010

População residente por faixa etária e sexo, 2010			
Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
Menor 1	27	17	44
1 a 4	98	79	177
5 a 9	158	141	299
10 a 14	165	175	340
15 a 19	195	174	359
20 a 29	280	313	593
30 a 39	271	268	539
40 a 49	260	266	526
50 a 59	195	223	418
60 a 69	181	160	341
70 a 79	77	62	139
80 e +	28	27	55
Ignorada	-	-	-
Total	1.926	1.904	3.830

Fonte: IBGE, 2012.

O gráfico 4, a seguir mostra a população de São José das Palmeiras, indicando a quantidade de habitantes no sexo masculino e feminino nos respectivos anos.

Gráfico 4 - População de São José das Palmeiras por sexo em faixa etária – 2010



Fonte: IBGE, 2012 (adaptado pelo autor).

O município São José das Palmeiras tem maior quantidade de habitantes do sexo feminino e masculino no período de 10 a 19 anos, e a partir da faixa etária de 60 anos é maior o número de habitantes no sexo masculino.

Na tabela 17, apresenta a população censitária por tipo de domicílio e sexo no município de São José das Palmeiras.

Tabela 17 - População censitária segundo tipo de domicílio e sexo de São José das Palmeiras – 2010

Tipo de domicílio	Masculino	Feminino	Total
Urbano	1.186	1.225	2.411
Rural	740	679	1.419
Total	1.926	1.904	3.830

Fonte: IBGE, 2012.

A tabela acima, revela que o município de São José das Palmeiras é caracterizado com maior número de pessoas no domicílio urbano com o montante de 2.411 habitantes e no domicílio rural com 1.419 habitantes.

De acordo com o Ipardes (2012), o município de Pato Bragado possui um percentual de 46,66% e São José das Palmeiras 41,16% de índice de idosos. Percebe-se que em Pato Bragado há maior quantidade de pessoas idosas em comparação ao município de São José das Palmeiras.

Atualmente, segundo Souza (2007) o idoso é a parcela da população que mais cresce no Brasil, e este fenômeno é evidenciado em quase todas as sociedades e para Woltereck (1959 apud Souza, 2007, p. 2) pode-se tomar envelhecimento como:

[...] todas as transformações que ocorrem em todos os organismos no curso do seu desenvolvimento normal e nas diferentes formas de atividade que o acompanham. Neste sentido, o termo “envelhecimento” abrange toda a vida, desde o nascimento até a morte, e é usado para descrever uma seqüência cronológica ou um período definido de tempo.

Os municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras apresentam semelhanças em alguns aspectos citados anteriormente e possuem níveis distintos de desenvolvimento. A trajetória histórica, modelo de colonização, origem étnica e a quantidade de organizações associativas destes municípios possam ser os responsáveis pela diferença de nível de desenvolvimento entre eles. Para testar a hipótese, esta pesquisa propõe mostrar a trajetória de desenvolvimento desde a colonização e ocupação dos municípios pesquisados.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS DE PESQUISA

O modelo de colonização e os aspectos históricos de ocupação apresentados neste capítulo, teve como base as entrevistas realizadas que, em suma fazem parte das informações disponibilizadas nas fontes consultadas até o presente momento. Primeiramente, será descrito a trajetória de desenvolvimento do município de Pato Bragado e posteriormente de São José das Palmeiras.

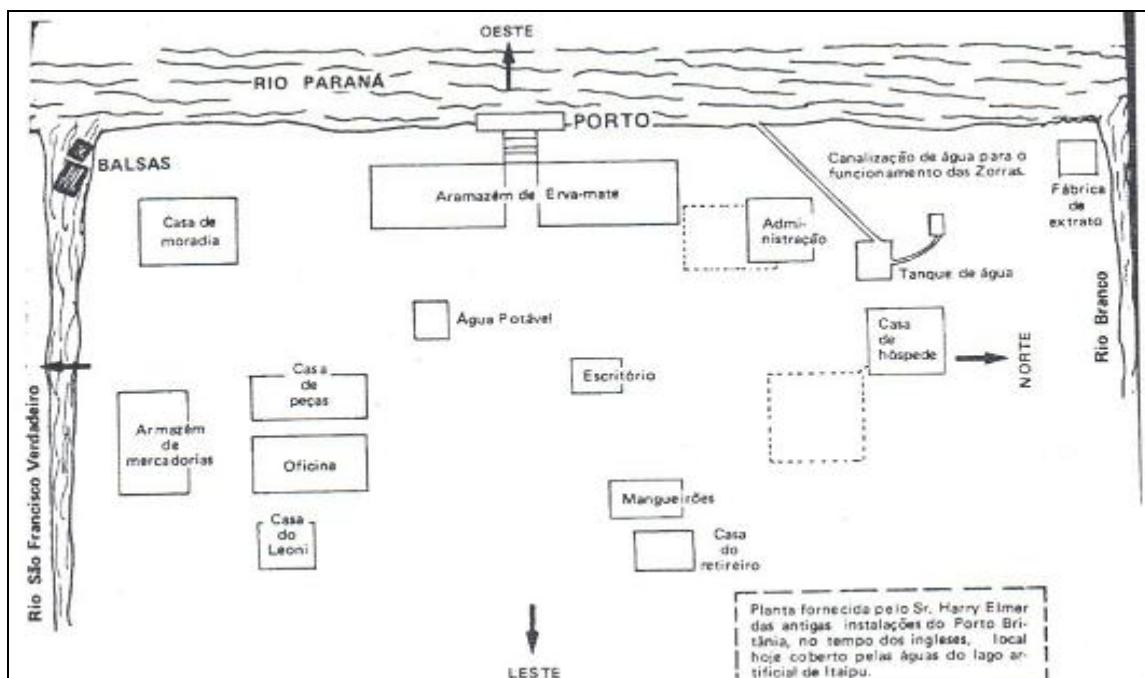
5.1 A trajetória histórica do desenvolvimento em Pato Bragado

Os aspectos históricos de ocupação do município de Pato Bragado, teve como base o projeto de colonização implementado pela colonizadora Maripá, sendo uma colonização iniciada no início da década de 1950, com a formação da localidade, que começou a ser designada de Pato Bragado.

A Maripá ao colonizar o município, foi responsável pela influência cultural mais predominante, a alemã e italiana. Via, descendentes de origem européia que migraram para a região sul do país, especificamente os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com o objetivo de buscar terras para o desenvolvimento da agricultura.

A exploração de madeiras na região oeste paranaense aconteceu na medida que eram abertos novos caminhos, picadas e estradas. A existência de duas picadas-tronco, que cortavam a Fazenda Britânia no sentido leste-oeste, que facilitou o transporte dos pinheiros e de outras madeiras nobres até o Porto Britânia (figura 5) e outros portos. As toras de madeiras nobres e as tábuas de pinheiro foram responsáveis pela principal fonte de lucros da Maripá entre os anos de 1946 a 1949.

Figura 5 - Planta baixa do Porto Britânia



Fonte: Gregory V., Myskim e Gregory L., 2004.

De acordo com Gregory V., Myskim e Gregory L. (2004) o povoado da atual cidade de Pato Bragado foi projetado no Km 9 da estrada que ligava o Porto Britânia a Toledo, um tempo depois foi deslocado para mais adiante, ocupando as imediações de 10 a 11 quilômetros. Nesta localidade havia um pouso, para abrigar os viajantes que permaneciam em razão das péssimas condições das estradas que, desejavam chegar ao Km 9. Dessa maneira, a vila de Pato Bragado acabou sendo deslocada ao local da pousada.

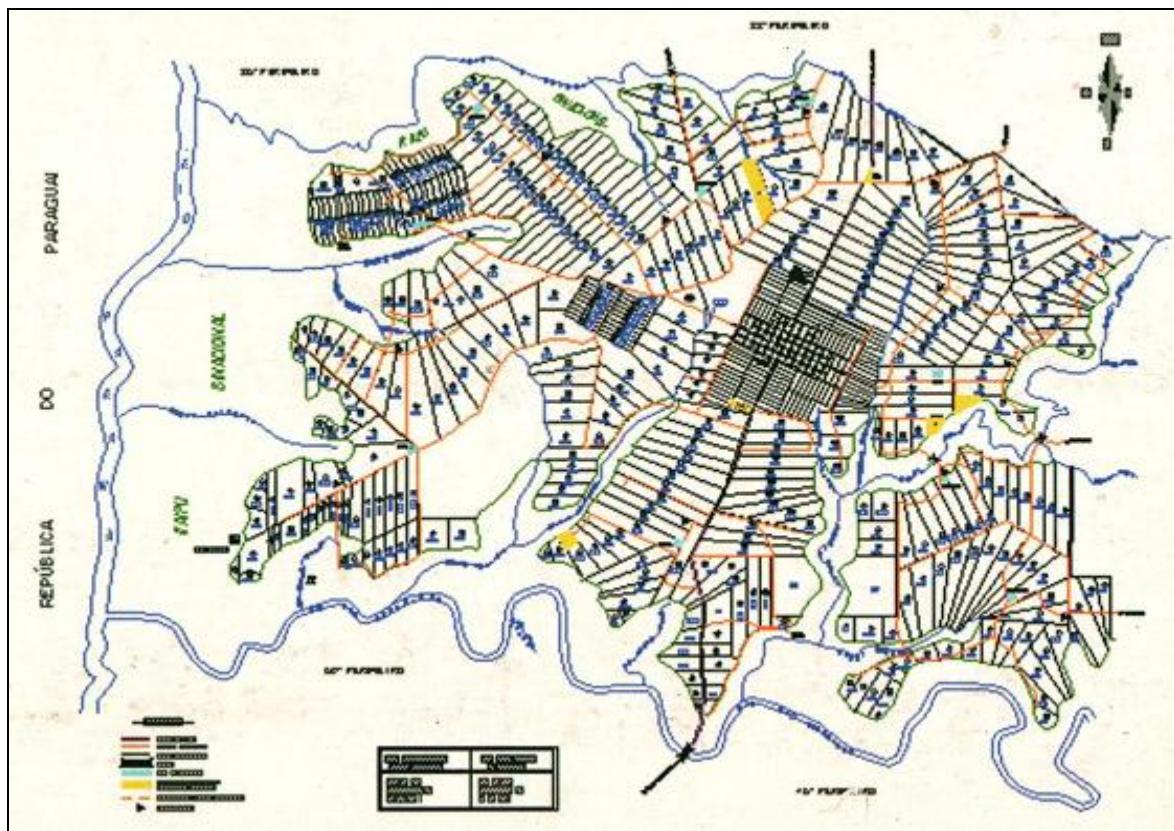
Ocorreu a construção das primeiras casas da vila de Pato Bragado no ano de 1954, aproveitando o cruzamento das estradas em sentido sul (Entre Rios do Oeste) e leste-oeste (Toledo ao Porto Britânia). Naquela época quando a Maripá passou a explorar madeiras do oeste do Paraná, a estrada de Toledo a Porto Britânia servia como meio de transporte de madeiras.

Gregory V., Myskim e Gregory L. (2004) ressaltam que o centro urbano de Pato Bragado foi projetado e contemplado as quadras centrais, terrenos para áreas para obras públicas e comunitárias. As quadras centrais medem 100 x 100 metros, os traçados das ruas são retos, em sentidos paralelos. No município há praças, terrenos, prédios da prefeitura, terrenos para igrejas e ao redor do núcleo urbano

foram projetadas chácaras e entorno destas, as colônias ou lotes de terras do meio rural.

Na figura abaixo é demonstrado o mapa do município.

Figura 6 - Planta geral do município de Pato Bragado



Fonte: Gregory V., Myskim e Gregory L., 2004.

A partir da década de 1950, Pato Bragado passou por grandes mudanças e vem apresentando segundo Gregory V., Myskim e Gregory L. (2004, p. 75) um “crescente volume de produção e desenvolvimento de infra-estrutura urbana e rural”.

Os autores argumentam que, os primeiros migrantes desta fase de ocupação instalaram-se no núcleo urbano, esperando o momento para se fixarem nas suas áreas de terra a serem cultivadas, até que estas colônias estivessem bem definidas. Os primeiros moradores da vila de Pato Bragado, fixaram suas residências após a compra da Fazenda Britânia e o projeto de colonização da Maripá, além dos funcionários da companhia colonizadora estavam as famílias

Scheibner, Schaedler, Tober, Leindecker, Schneider, Frank, Diesel, Thiesen dentre outras.

No município de Pato Bragado tem por base da economia a agropecuária. Pois, o modelo de colonização nas décadas de 1950 e 1960, foi o fator responsável na formação de uma economia com fonte de renda na agricultura e na pecuária. No período de colonização, havia a produção diversificada de milho, feijão, arroz, além de criação de suínos e bovinos para subsistência.

Em dias atuais, existe uma diversificação nas propriedades com o plantio de soja, trigo, milho, mandioca, agricultura orgânica, a criação de suínos, aves bovinos, tendo também a grande produção da bacia leiteira, além de criação de peixes e abelhas. No município existe vários programas gestão por bacias e outro programa, por meio de uma lei municipal de repasse de subsídios, onde os agricultores que tiverem em dia com os tributos municipais são beneficiados com este incentivo.

Pato Bragado tem excelente arrecadação, pois recebe *royalties* da Hidrelétrica Itaipu Binacional, como indenização pela perda de parte de sua extensão territorial com o represamento do Rio Paraná com o repasse atual de US\$ 176,5 mil (ITAIPU, 2012). O município possui um IDH de alto desenvolvimento, com média superior a IDH-M 0,800, estando entre os melhores níveis do estado do Paraná.

Römer (1998 apud Gregory V., Myskim e Gregory L., 2004, p. 95) comenta sobre as principais culturas produzidas e comercializadas ao decorrer das décadas, em Pato Bragado:

A soja passou a ser cultivada em grande escala no município durante a década de 1970. Hoje se constitui num dos produtos mais importantes do município, ocupando uma área de 3.300 ha, com uma produção média anual de 4.800 toneladas. O milho é produzido desde do início da colonização, como fonte de alimentação principalmente para a criação de animais como aves, suínos, bovinos e caprinos, ocupando uma área de 7.000 ha e uma produção de 18.810 toneladas/ano. A mandioca também é cultivada desde a colonização, como alimento. Mas, a partir dos anos 80, passou a ser comercializada, destacando-se na produção do município, e ocupa uma área de 550 ha e uma produção de 13.750 t/a. O algodão representa uma produção de 30 t/a.

Gregory V., Myskim e Gregory L. (2004) afirmam que a agricultura possui uma superioridade na economia local, tendo uma participação de 69,4%, e posteriormente ocupando a segunda posição a atividade doméstica com 21,6%, a qual pode ser desempenhada no meio rural e havendo um número de 4,4% na atividade de empregado, e respectivamente 3,7% de autônomo e 0,7% ocupando o cargo de comerciante. Com os números apresentados, confirma-se a predominância da vida rural no município de Pato Bragado.

O nome dado ao município, teve como base um navio de mesmo nome, o maior deles que ancorou no Porto Britânia. Em dias atuais, Porto Britânia está submerso pelas águas represadas do Rio Paraná. É importante mencionar que, as tradições sulistas são reforçadas e destacadas no verso do hino do município.

5.1.1 A emancipação de Pato Bragado

No dia 29 de dezembro de 1962, a localidade de Pato Bragado foi elevada a distrito do município de Marechal Cândido Rondon pela lei nº 52/62. Em 12 de abril de 1965, tornou-se distrito administrativo e judiciário pela lei nº 5079/65. Houve o interesse do distrito emancipar-se ainda na década de 1980, sendo iniciada por lideranças locais sob a coordenação de Leonir Domingos Gentilini.

A partir deste momento, aconteceu diversas reuniões com as principais lideranças que, estivessem interessadas em apoiar e contribuir para a emancipação do distrito. Com os encontros realizados formou-se o Conselho de Desenvolvimento Comunitário, que contava a presidência do médico Juan Rodolfo Rivas Vilela.

A comissão do Conselho de Desenvolvimento Comunitário, realizou todo levantamento necessário sobre a possibilidade do desmembramento do distrito com Marechal Cândido Rondon.

A comissão organizou o processo plebiscitário e o encaminhamento das medidas legais para a tramitação e aprovação da emancipação. Os membros do Conselho de Desenvolvimento Comunitário eram de diversas posições partidárias, sendo que com as diferenças partidárias conseguiram superar as divergências políticas e lideraram o movimento. O Conselho de Desenvolvimento Comunitário ficou a cargo de Luís Alberto Rosinski (presidente), Cláudio Shaeffer (vice-

presidente), Esio Rasch (secretário), Celso Stulp (vice-secretário), Luiz Grando (tesoureiro). No Conselho Fiscal, ficaram Lauro Seibert, Elegar Vorpagel, Décio Shuster, Evaristo Marcki, Laudélio Schneider, Libert Schott e Silvestre de Oliveira.

Os trabalhos mais concretos para a realização do processo de emancipação político-administrativo intensificou-se mais nos anos de 1989 a 1990. Com base nos registros e atas, foram levados pessoalmente ofícios sobre a pretensão da emancipação do distrito para à Presidência Legislativa Estadual e aos representantes da população bragadense, os deputados estaduais Gernot Kirinus (PMDB) e Werner Wanderer (PFL).

A luta para o desmembramento e emancipação do distrito se intensificava e ganhava mais união dos habitantes da vila de Pato Bragado, pois havia muito desinteresse de políticos e administradores do município de Marechal Cândido Rondon em relação ao distrito. A localidade de Pato Bragado não recebia investimentos em infra-estrutura que produzia pela sua contribuição que, este representaria expressiva força econômica para o município de Marechal Cândido Rondon e não receberia retorno.

A primeira barreira encontrada por parte da emancipação de Pato Bragado, era em relação a população do distrito que seria insuficiente, pois teria que ter no mínimo 10.000 habitantes para de fato acontecer a emancipação.

O Conselho de Desenvolvimento Comunitário considerava, segundo Gregory V., Myskim e Gregory L. (2004, p. 86) que o “distrito de Pato Bragado possuía suficiente infra-estrutura e capacidade para atender às principais necessidades da população”. Posteriormente, houve a liberação para a realização do plebiscito pela resolução nº 195/911 (de 01/09/1991), para que a população local se posicionasse em relação a emancipação.

Os autores argumentam que ocorreu no plebiscito a seguinte votação: com um total de 3.154 eleitores habilitados, compareceram às urnas para votar 2.318 (73,49%), havendo uma ausência de 836 (26,51%) eleitores. Entre os eleitores presentes, 2.272 (98%) opiniram com sim, votando a favor da criação do novo município e apenas 29 (1,28%) foram contrários à emancipação de Pato Bragado.

O Conselho de Desenvolvimento Comunitário (1991 apud Gregory V., Myskim e Gregory L., 2004, p. 87), emitiu uma nota de agradecimento:

Agradece a todos os bragadenses que apoiaram a luta para esta conquista. Agradece também às emissoras de rádio de Marechal Cândido Rondon, à impresa local, às autoridades locais e estaduais. À Justiça Eleitoral, aos brasiguaios que são eleitores brasileiros que moram no país vizinho e que votam no município de Pato Bragado e ao comércio em geral. O Conselho também lembrou das pessoas que procuraram prejudicar o trabalho de seus membros, usando artifícios egoísticos e os omissos; a estes a comunidade oferece a oportunidade para redimirem-se [...].

O resultado do plebiscito ratificou a emancipação de Pato Bragado, que já tinha sido criado com a lei estadual nº 9.299 (18/06/1990), do diário oficial do estado de 19/06/1990, e alterada pela lei nº 9.665 (16/06/1991), conforme diário oficial do estado de 18/07/1991. Foi realizada a primeira eleição no município de Pato Bragado no dia 03 de outubro de 1992.

Para Petry (1995 apud Gregory V., Myskim e Gregory L., 2004, p. 90), a emancipação administrativa de Pato Bragado trouxe “uma significativa mudança na situação econômica e social, tanto para a população, quanto para infra-estrutura local”. Foram feitas promessas, que ao decorrer após emancipação do município foram cumpridas sendo uma delas a criação do Conselho de Segurança.

5.2 A trajetória histórica do desenvolvimento em São José das Palmeiras

O município de São José das Palmeiras pertenceu a Marechal Cândido Rondon até a década de 1960, e no ano de 1967 Santa Helena foi elevada à categoria de município. Desse modo, São José passou a pertencer na posição de distrito ao município de Santa Helena. Após este período tenha-se o início da colonização desta localidade. Sendo a emancipação ocorreu em 17 de abril de 1985.

Na figura 7, a seguir será apresentada a vista aérea atual do município de São José das Palmeiras.

Figura 7 - Vista área do município de São José das Palmeiras



Fonte: Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras.

Acervo: Projeto Memórias e História.

Em São José das Palmeiras, não há informações de que a área atualmente pertencente ao município, tenha sido explorada por *obrageros*²¹, ou até mesmo pelas empresas Maripá e Madalozzo, que colonizaram Marechal Cândido Rondon e Santa Helena nas décadas de 1940 e 1950. No entanto, segundo Carniel (2003, p. 73) é possível dizer que “estas terras tinham dono muito antes de serem colonizadas no final da década de 1960”.

A Bentheim era considerada a principal colonizadora a atuar na área pertencente ao município de São José das Palmeiras no começo de sua ocupação. Constatase que as terras pertencentes ao município pertenciam a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (F.P.C.I.) que dividiu estas terras em áreas, glebas e colônias.

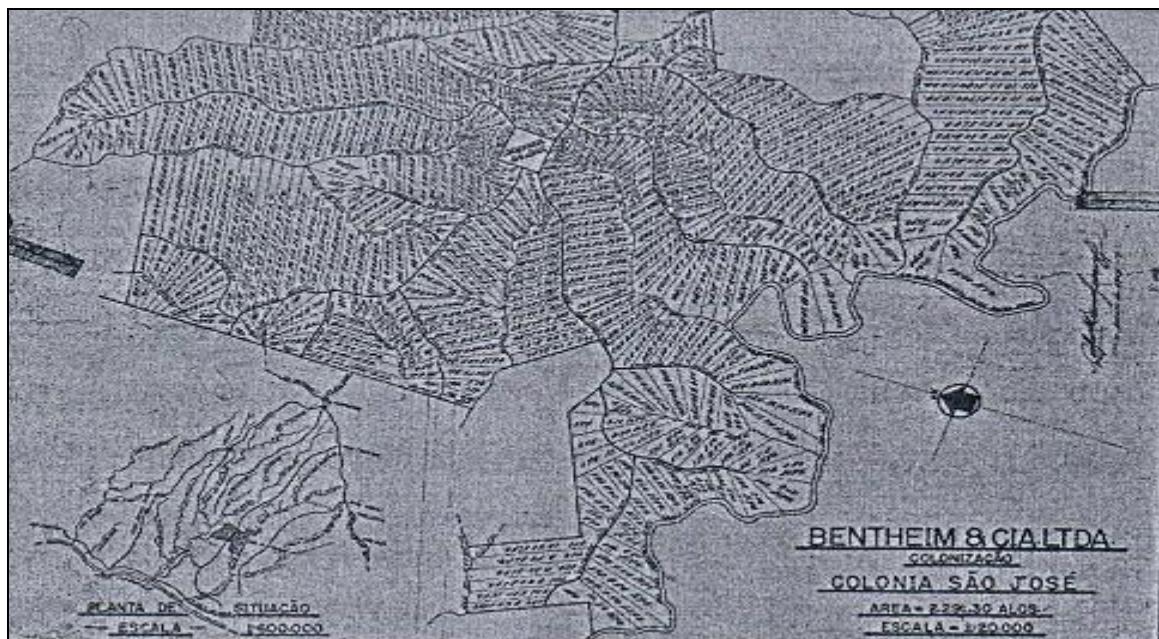
De acordo com os documentos arquivados no Cartório de Registro de Imóveis de Foz do Iguaçu, a área que compõem São José das Palmeiras havia

²¹ São identificados como grandes propriedades, como um sistema de exploração da erva-mate e da madeira, típica de áreas de matas subtropicais.

várias empresas que trabalhavam na negociação, ou seja, na venda destas terras. Sendo as principais a Firma Daniel e Morski, Francisco Antônio Sciarra, Codal, Kenia Industrial Mercantil Agrícola, Amil Sociedade Anônima dentre outras empresas (CARNIEL, 2003).

Os dados da certidão nº 8472, do dia 28 de abril de 1962, consta que São José foi adquirida por Caetano Carmo Mercante e Antonio Celso de Carvalho Pinto da F.P.C.I.²² Desta maneira, os proprietários da área de São José, sendo eles Caetano Carmo Mercante e Antonio Celso de Carvalho Pinto, firmaram compromisso de compra e venda no dia 11 de outubro de 1965, com a Colonizadora Bentheim e Cia Ltda., com sede em Maringá - Paraná, para que a colonizadora loteassem e vendessem os 5.499,12 hectares que, em dias atuais constituem o município de São José das Palmeiras. A empresa Bentheim dividiu a área em lotes de 1,5 a 10 hectares, e os lotes variavam de tamanho, em razão da sua localização de estar próximos de estradas e de córregos que, também seria uma das estratégias usadas pela colonizadora para vender as propriedades rurais (CARNIEL, 2003).

Figura 8 - Área colonizada pela Bentheim na Colônia São José



Fonte: Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras.
Acervo: Projeto Memórias e História.

²² Esta fundação era a responsável pela demarcação, venda e titulação de terras a empresas colonizadoras (CARNIEL, 2003).

A colonizadora Bentheim atuou sobre uma área de 2.291,30 alquieres o que equivalente a 5.499,12 hectares, chamada Colônia São José. A figura 8, demonstra a divisão do território de São José das Palmeiras na área colonizada pela empresa Bentheim, juntamente com o loteamento urbano.

Segundo Schnorr (2010, p. 5) nos primeiros anos de colonização de São José, houve muito conflito pela posse da terra quando:

A colonizadora vendia terras que já eram ocupadas por posseiros, ou quando um grande latifundiário, desejasse comprar um lote de terra para expandir o latifúndio. Matavam gente e jogavam dentro do Rio São Francisco. Devido a esse fato, o rio leva o nome de Corvo Branco até hoje. Em diversos casos, posseiros individuais e mesmo grupos inteiros foram forcados a deixar a terra que haviam cultivado sem receber nenhuma compensação, indenização ou pagamento. Por vezes, era empregada a violência aberta com a destruição de plantações, queima das casas e assassinatos dos posseiros. Porém, esse tipo de ação era mais freqüente na região da Fazenda Mesquita, que fazia divisa com o Baixadão e pertencia ao município de Diamante do Oeste.

São José das Palmeiras é visto como um município onde houve muitos conflitos pela posse da terra principalmente na região do Baixadão, sendo este é um local pertencente à São José, mas não foi colonizada pela empresa Bentheim. Portanto, percebe-se com base nas entrevistas que, naquele tempo ocorreu bastante brigas pela posse de terra, sendo que as áreas negociadas pela colonizadora Bentheim era legalizado e na localidade havia um representante da empresa.

Em entrevista o Sr. Neto²³ relatou sobre a compra de sua propriedade pela colonizadora Bentheim:

[...] comprei a chácara no dia 29 de novembro de 1965, um tempo ficou mato e depois vinha pagar imposto em 3 a 4 anos, depois vim derrubar o mato e vender a madeira e depois de derrubado se mudamos para São José em 1971 [...] chegamos com \$100 cruzeiros em São José, nesse mato aqui lugar novo, não tinha conhecimento, minha esposa sempre estava com problema de saúde que, nesta época quase trabalhava vinte e quatro horas eu e ela.

A partir dos anos de 1970, o governo levou a adiante a regularização fundiária na região oeste do Paraná, para diminuir as crises provocadas pela construção das usinas hidrelétricas e pelo processo de modernização da agricultura

²³ NETO, Zacarias Crizol Bernabe. **Entrevista**. São José das Palmeiras, 03 set. 2012.

que propiciou a expropriação e a expulsão dos agricultores para a cidade. O processo de substituição de mão-de-obra por tecnologias de insumos modernos e o rápido processo de concentração da propriedade da terra, tornou-se um forte fator de expulsão de trabalhadores no campo ocorrendo o êxodo rural. Estas pessoas sem oportunidades de trabalho na agricultura, em grande maioria se deslocam para os centros urbanos (CARNIEL, 2003).

O uso de novas tecnologias na agricultura tem sido reforçada pelo governo em algumas décadas, via política de financiamento à mecanização que, consequentemente diminui a ocupação da mão-de-obra no campo. De um lado, tenha-se a concentração fundiária e a expulsão que, se mostra no alto índice de terras improdutivas nos latifúndios que, corresponde a um padrão de concentração de terras com um certo desenvolvimento tecnológico que na prática conforme Schnorr (2000, p. 26) torna-se “a implantação de pastagens com uma pecuária meramente extensiva, sem gerar empregos”.

5.2.1 A agricultura como base para o desenvolvimento de São José das Palmeiras

As primeiras culturas cultivadas no município de São José das Palmeiras, foram a hortelã e o café que, no qual tinha na época bastante produtividade e bons preços, também havia o cultivo de outros produtos para subsistência familiar. Neste período, começaram a cultivar o café que exigia grande quantidade de mão-de-obra que, na figura a seguir mostra pessoas na área de cultivo do café em São José.

Figura 9 - Área de cultivo do café



Fonte: Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras.

Acervo: Projeto Memórias e História.

A cultura do hortelã na década de 1970 ocupava grande parte das terras baixas, onde o café não podia ser cultivado em áreas de ocorrência de geadas, esta cultura exigia condições ambientais favoráveis para seu cultivo, como também mão-de-obra.

Carniel (2003, p. 92) comenta como era cortada a rama da hortelã, em São José:

Com enxadas ou gadanhas, juntada com rastelos, carregada em caminhões ou carroças e conduzida até o alambique, onde sofria o processo de evaporação por aquecimento de água em caldeiras. Com o vapor, o óleo era extraído. Em praticamente todas as comunidades havia alambiques de destilação de óleo [...] São José das Palmeiras teve excelentes safras em 1975/76, possibilitando bons rendimentos aos pequenos e médios produtores.

A cultura da hortelã necessitava grande número de trabalhadores para seu cultivo, por este motivo aconteceu uma grande migração populacional para São José das Palmeiras no ano de 1975.

Segundo Sr. Silva²⁴, nascido no norte do Paraná em Jardinópolis afirma que, a primeira cultura que plantou em São José foi o café, depois a hortelã. Ele relatou como foi sua chegada em São José:

[...] uma tarde do dia 28 de janeiro de 1969, minha mãe chorou logo que chegou ficou emocionada nunca antes tinha saído no lugar que morava, lá era uma cidadezinha. Logo que chegou em São José era tudo mato, só tinha quatro casas, não tinha rua, uma das casas era do Civirino Bezerra e do Trajano Novaes, ficaram no rancho²⁵ e quem fez o rancho foi o pessoal do corretor da Bentheim, que no qual era parente do meu pai. O principal motivo que o povo veio para São José, porque era a terra do café e depois houve a geada, [...] e a hortelã só dava quatro anos quando a terra é nova. A hortelã exigia muita mão-de-obra e depois veio a mamona que dava bastante que era na época boa e depois veio o algodão.

Desse modo como visto no relato, ocorreu um intenso crescimento populacional no distrito, durante o ano de 1973 até o ano de 1976, pois era produzida a hortelã produto que, na época era lucrativo e tinha bons patamares de produtividade. Neste período, grande número de famílias dirigiram-se à São José em busca de trabalho nas plantações e também para a extração de madeira nas propriedades.

A hortelã foi cultivada somente num período de cinco a seis anos, em razão ao forte desgaste que provoca no solo, e o cultivo do café sofreu forte geada no ano de 1975, fazendo com que os agricultores passassem a substituir as lavouras de café pelo cultivo de algodão (SCHNORR, 2010).

Para Carniel (2003), o que mais atraiu a chegada da população foi o interesse na produção de café na década de 1970, mas no final deste período houve fortes geadas, levando a monocultura ser praticamente dizimada em São José. Na mesma década, outro produto estava iniciando seu cultivo na localidade, o algodão que, também necessitava de um grande número de mão-de-obra braçal, permitindo que fosse absorvida a mão-de-obra ainda disponível da monocultura do café. A figura 10, a seguir demonstra trabalhadores rurais na colheita no ciclo do algodão.

²⁴ SILVA, José Maria. **Entrevista**. São José das Palmeiras, 03 set. 2012.

²⁵ Ranchos eram construídos com a madeira de palmito e coqueiro.

Figura 10 - Trabalhadores rurais na colheita do algodão



Fonte: Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras.

Acervo: Projeto Memórias e História.

O cultivo do algodão possibilitou um desenvolvimento importante para São José, pois a maior parte da produção do algodão de Santa Helena tinha origem do distrito. Este produto dava bons lucros e gerava divisas, foi o fator principal que influenciou os moradores a desenvolverem projetos de emancipação, pois o município de Santa Helena era quem ganhava o nome de grande produtora de algodão (SILVA, 1994).

O ramo do cultivo do algodão, teve uma boa produção, mas o setor entrou em decadência devido aos altos custos de produção que, segundo Carniel (2003) tornando-se cada vez menos atrativo a sua produção por não haver uma política de preços, os pequenos proprietários rurais foram se endividando e vendendo suas propriedades.

O declínio de São José, iniciou-se com a geada sobre o café que teve continuidade com o algodão. O relevo do município de São José das Palmeiras é caracterizado por um relevo acidentado com declividade e inclinado nas depressões existentes na região. Pois, estas terras são consideradas como diferente do resto da

região oeste paranaense, fazendo com que elas tenham menor valor financeiro, por isso, as maiores áreas de terras são utilizadas para a pastagem de gado.

Em entrevista com o Sr. Novaes²⁶, relata sobre as culturas plantadas em São José:

A primeira cultura plantada nessas terras foi o café, depois o hortelã aonde gerou bastante dinheiro e depois o algodão. [...] Pois, o algodão dava muito trabalho e houve muita produção e oferta, fez com o preço caísse lá embaixo, muitos financiava naqueles planos de governo de juros altos, muitas pessoas perderam suas propriedades. [...] Para nós que somos de uma terra declínio, muito quebrada então as lavouras começaram ficar fraca principalmente com a hortelã, a turma começou a ir para Mato Grosso, depois para Rondônia, Acre. A maior parte deles trabalhavam como arrendatários, como eles ganhavam dinheiro e compravam terra, venderam e compraram terra em Rondônia e Mato Grosso, pois eles não quiseram ficar mais em São José devido o terreno ter muito declínio, muito quebrado e muita pedra, assim os fazendeiros foram comprando e formando fazendas. Geralmente são médicos, advogados os donos de grandes propriedades, não são pessoas do município e dificilmente deixam renda no município. [...] Se tornou tudo a base da agropecuária com a criação de gado. [...] Os proprietários de fora vinha e comprava barato geralmente adquiria de muito proprietário de 5 e 10 alqueires, onde que os médicos e advogados comprava os pequenos lotes e se formou fazendas.

Assim como relatado, houve em São José o enfraquecimento do solo, depois o algodão deixou de proporcionar colheitas satisfatórias devido aos altos custos, fez com que os pequenos e médios colonos optassem pelo cultivo de outras culturas e a atividade de pastagens para gado.

Na opinião de Carniel (2003) São José das Palmeiras, começou a ter declínio passando por uma série de transformações em relação a concentração fundiária e as formas de uso do solo, ocasionando uma redução populacional e uma forte migração de pessoas para novas frentes agrícolas em outros municípios da região. Dessa maneira, o município cada vez mais vem possuindo grandes extensões de terras sendo ocupadas principalmente pela atividade de pastagens, que traz menor retorno e possibilidades de emprego para a população local.

Na década de 1980, São José também sofreu consequências pela inserção da Usina Hidrelétrica de Itaipu na região. Segundo Schnorr (2010, p. 6), as cooperativas preocupadas com a “insegurança proporcionada pela construção da

²⁶ NOVAES, Ruy. **Entrevista**. São José das Palmeiras, 03 set. 2012.

Usina de Itaipu, incentivaram as pessoas a comprarem terras em Rondônia e Mato Grosso. Um número elevado de colonizadoras, entre elas, a Sinop e Brasnort²⁷. Para o autor estas empresas fizeram muita propaganda em São José, conseguindo assim levar muitas famílias para tais regiões mencionadas. No momento que os agricultores de São José colocavam suas propriedades à venda, conseguiam com facilidade o comprador, sendo na maioria das vezes, profissionais liberais, médico ou advogado. Estes eram normalmente de outras localidades, e adquiriam estas terras para transformá-las em fazendas de gado.

Também ainda na década de 1980, alguns destes pequenos agricultores foram se endividando, em razão da crise existente no setor, passando a vender suas propriedades para grandes latifundiários. A partir desse momento, de acordo com Schnorr (2010) São José das Palmeiras começou a passar uma fase de concentração fundiária, ocorrendo uma migração em massa de agricultores para novas frentes em cidades próximas ao município e outra grande parte da população trabalharam como “bóias frias”²⁷. Estas pessoas permanecem residindo na localidade, mas saem de suas casas utilizando ônibus para se deslocarem para outros municípios vizinhos para trabalhar na Sadia, Copagril, Fiasul e Prati Donaduzzi para consequentemente obter emprego e renda.

Cabe ressaltar que os agricultores, em grande parte foram vendendo as suas pequenas propriedades e passaram a procurar novas fronteiras agrícolas. Deste modo, a área agricultável do município deve ficar em torno de 25% da área total, sendo o restante ocupado por área destinada a pastagens. Sobretudo, ocorreu no município de São José das Palmeiras uma mudança na estrutura fundiária relacionado ao fator de topografia bastante acentuada e a tendência de preços baixos das terras, havendo a formação de grandes áreas.

Em relação, a análise é importante destacar o número e o tamanho das áreas dos estabelecimentos agropecuários no período de 1995 a 2006, vistos na tabela 18.

²⁷ Bóia-fria são atividades sazonais, cujos rendimentos são baixíssimos, chegando a ser inferiores para assegurar a mínima sobrevivência do trabalhador de sua família.

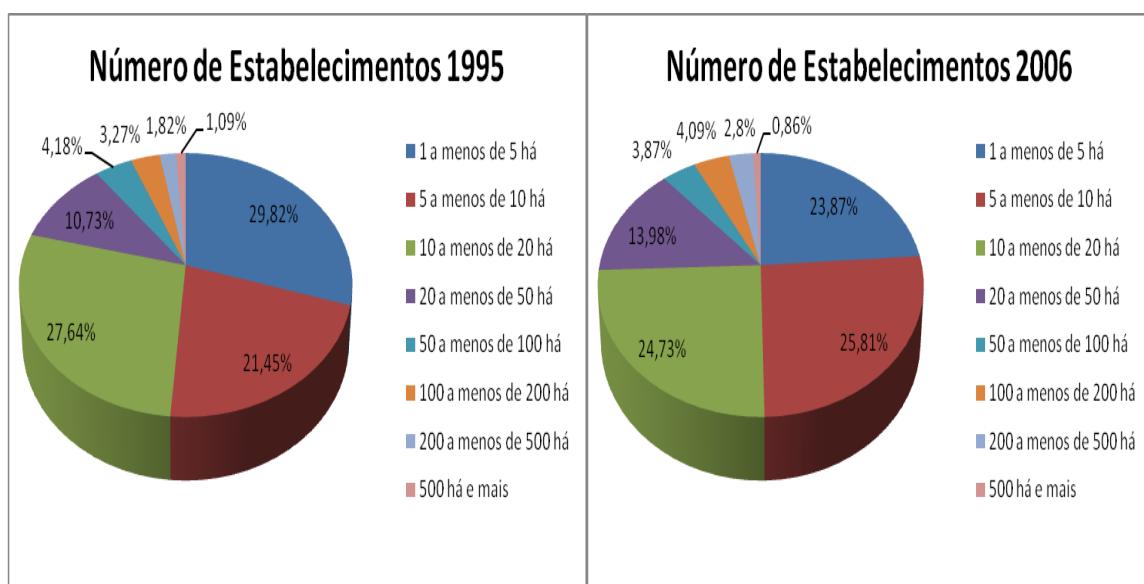
Tabela 18 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total no período – 1995/2006

Grupos de área total	Número de estabelecimentos				Área total			
	1995	%	2006	%	1995	%	2006	%
1 a menos de 5 ha	164	29,82	111	23,87	520,19	3,1	306,00	1,63
5 a menos de 10 ha	118	21,45	120	25,81	923,5	5,5	911,00	4,86
10 a menos de 20 ha	152	27,64	115	24,73	2.051,36	12,22	1.546,00	8,25
20 a menos de 50 ha	59	10,73	65	13,98	1.773,15	10,56	2.035,00	10,86
50 a menos de 100 ha	23	4,18	18	3,87	1.501,85	8,94	1.235,00	6,56
100 a menos de 200 ha	18	3,27	19	4,09	2.660,72	15,84	2.963,00	15,81
200 a menos de 500 ha	10	1,82	13	2,8	2.866,27	17,07	3.803,00	20,29
500 ha e mais	6	1,09	4	0,86	4.496,36	26,77	5.940,00	31,7
Total	550	100,0	465	100,0	16.793,40	100,0	18.739,00	100,0

Fonte: IBGE apud Alves et al., 2011.

No ano de 1995 havia 164 propriedades de 1 a menos de 5 hectares, representando 29,82% do total de estabelecimentos. Para o ano de 2006, houve uma redução acentuada no número de pequenas propriedades sendo apenas 23,87% da área total do município e havendo neste período um aumento no percentual de grandes propriedades (gráfico 5).

Gráfico 5 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários no período – 1995/2006



Fonte: IBGE, 2012 (adapatdo pelo autor).

Na tabela 19, será apresentada a taxa de variação negativa dos dados populacionais ao decorrer das décadas de 1985 até 2010.

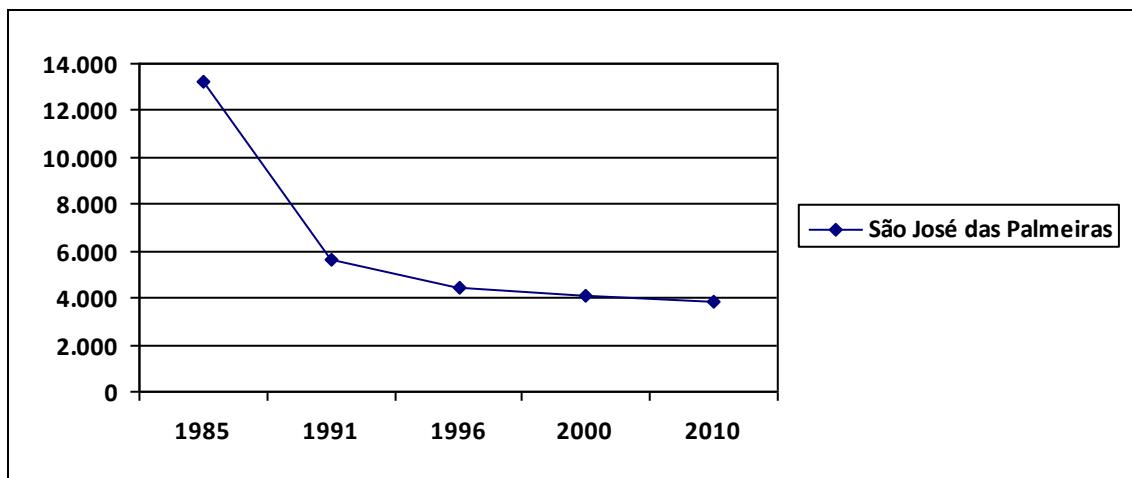
Tabela 19 - Dados populacionais e variações percentuais (var %) município de São José das Palmeiras – 1985/2010

Ano/Censo	1985	1991	1996	2000	2010
População	13.260	5.600	4.452	4.102	3.830
Variação (%)		-57,76	-20,44	-7,86	-6,63

Fonte: IBGE, 2012.

Percebe-se com base nos dados da tabela que na década de 1980, São José das Palmeiras havia 13.260 habitantes, sendo que grande maioria dos habitantes viviam na zona rural com atividades no setor agrícola. Os dados relativos da população demonstra que houve uma queda na ordem de 71,11% da população no período de 1985 a 2010, conforme observado no gráfico abaixo.

Gráfico 6 - População total de São José das Palmeiras no período – 1985/2010



Fonte: IBGE, 2012 (adapatdo pelo autor).

Conforme os dados apresentados, observa-se que no decorrer do período analisado houve uma redução drástica da população no município, soma-se também que muitas pessoas que viviam no campo, foram viver na cidade e outro motivo constatado foi à falta de uma atividade diversificada na economia local, levando as pessoas a migrar para outras frentes agrícolas.

5.2.2 A emancipação de São José das Palmeiras

A emancipação administrativa do distrito de São José, aconteceu no dia 17 de abril de 1985, pela lei nº 8.075 e a instalação oficial do município e a posse do primeiro prefeito, vice-prefeito e dos primeiros vereadores ocorreram no dia 01 de janeiro de 1986.

No final de 1960 e início da década de 1970, chegaram os primeiros migrantes na localidade. Desse modo, dando origem ao local da sede do município que denominava-se Colônia São José, que no ano de 1972 possuía 700 habitantes. Com o plantio do café e hortelã, a população aumentou em grande proporção e o crescimento de São José tornou-se resultado da boa produtividade das culturas cultivadas na época.

O rápido desenvolvimento e crescimento populacional da colônia, no dia 07 de junho de 1979 sob a lei nº 7159, São José se tornou distrito administrativo subordinado ao município de Santa Helena.

Carniel (2003, p. 137) argumenta que, São José das Palmeiras era considerada por seus habitantes um:

Distrito forte, com todas as possibilidades de sobreviver como um município, ou seja, como boa produtividade e capaz de garantir a base financeira necessária, na forma de tributos, para a constituição de uma estrutura administrativa básica de educação, saúde, bem-estar social e condições razoáveis de desenvolvimento por meio da agricultura.

Segundo a autora, o projeto de emancipação do distrito de São José estava justificado pelo fato de que, o distrito não fazia parte dos anseios e preocupações das autoridades do município de Santa Helena e também em relação ao emprego dos impostos, que não eram na época revertidos a favor do distrito. São José não recebia investimentos necessários para investir em infra-estrutura e melhorias, neste momento houve o começo de um movimento, ou seja, comissões para conseguir a emancipação do distrito. O projeto de emancipação do distrito de São José, teve início no ano de 1980.

As comissões emancipatórias de São José, foram formadas por duas comissões, sendo a primeira comissão formada e composta por lideranças políticas

do partido do PFL (Partido da Frente Liberal), PDS²⁸ antes da troca de sigla e foi liberada por Alcindo Damasceno, Antônio Aparecido de Oliveira, José Alves Cabral, Pedro Francisco da Silva, Valdomiro Luckmann, Valmor Silveira e Valter Vanzella, ocorreu no ano de 1980 e 1981.

A segunda comissão pró-emancipação que atuou no início de 1984 e 1985 foi constituída por pessoas filiadas do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Sendo os principais emancipacionistas Alípio Francisco Salvador, Geraldo Neves, Geraldo Souza Santos, Helceu Pacheco, Ilton Veiga, João José Fontes, João Surian e José Neri das Chagas.

Na segunda comissão, deu-se o processo de emancipação de São José, pois o governo do estado do Paraná que estava no poder era o Sr. José Richa do PMDB, e este acabou facilitando os trâmites da emancipação, já que se tratava de representantes do mesmo partido político (CARNIEL, 2003).

Outro fator que segundo o Sr. Neto²⁹ relatou sobre a necessidade de São José se tornar município “porque era longe de Santa Helena, foi bom para São José se tornar município, pois se desmembrou de Santa Helena, São José é independente e agora a comarca é Santa Helena, que antes era Medianeira”.

A priori, os líderes políticos fizeram um abaixo assinado com o apoio da população para saber a porcentagem de prós e contra a emancipação, sendo que na primeira consulta foi incluída a localidade de Luz Marina que na época era distrito do município de Toledo. Os moradores de Luz Marina, tinham a intenção que o distrito fosse constituído por São José.

A realização do plebiscito foi em Luz Marina, em que houve a autorização do TRE (Tribunal Regional Eleitoral), com a resolução nº 105/81, para resolver a criação do município de São José, mas parte da população de Luz Marina não queriam o desmembramento de Toledo.

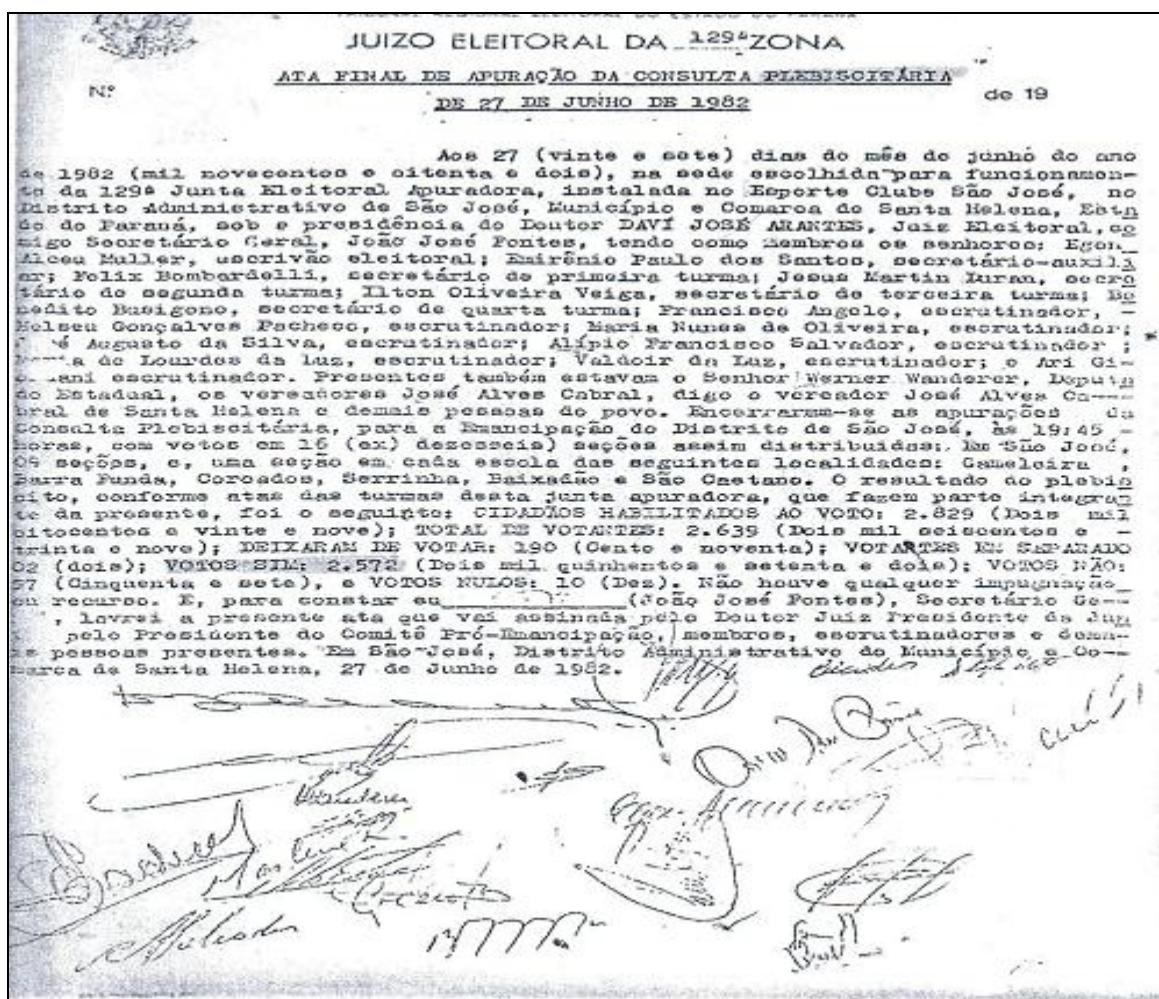
²⁸ PDS (Partido Democrático Social) foi extinto no ano de 1982, nascendo o atual o PFL.

²⁹ NETO, Zacarias Crizol Bernabe. **Entrevista**. São José das Palmeiras, 03 set. 2012.

Com os argumentos apresentados para Assembléia Legislativa do Estado, Luz Marina ficou de fora da consulta plebiscitária que houve no dia 27 de junho de 1982 no distrito de São José.

O plebiscito foi autorizado pela Assembléia Legislativa do Paraná, pela resolução nº 03/82 (figura 11). No dia do plebiscito foram instaladas urnas na escola municipal e estadual, sendo que as pessoas aptos a votar teriam que residir dentro da área delimitada para a criação do município de São José. Na época o distrito contava com 2.829 eleitores e no dia compareceram nas urnas 2.639 eleitores e destes 2.572, onde que 98% dos eleitores disseram sim, desmontrando o interesse a emancipação e 57 eram desfavoráveis ao desmembramento de São José (CARNIEL, 2003).

Figura 11 - Ata do plebiscito



Fonte: Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras.

Fonte: Prefeitura Municipal de São José dos Campos.

Para que um distrito possa emancipar-se existem critérios que devem ser seguidos, segundo a lei complementar nº 01 de 1967. Entre os critérios exigidos deve obter o distrito um número mínimo de 200 casas e mais de mil eleitores e também tem que haver condições básicas de infra-estrutura. O distrito tinha 13.240 habitantes, mas havendo 3.540 eleitores analfabetos que não possuíam títulos de eleitor. Com o resultado do plebiscito, a comissão sentiu-se apoiada pela população para enviar projetos ao legislativo estadual com a intenção de autonomia político-administrativa (CARNIEL, 2003).

A liderança política do distrito de São José, por meio de seus representantes na câmera municipal, afirmavam que o distrito sempre ficava esquecido pela administração do município de Santa Helena, nas reuniões da câmara municipal.

Com base em atas de reuniões da câmera municipal de Santa Helena, e de alguns boletins do Programa Frente Ampla de Notícias da Rádio Difusora de Marechal Cândido Rondon, constata-se que havia discussões em razão da demora na efetivação da emancipação do distrito São José.

Conforme os depoimentos de pessoas segundo Carniel (2003) que, estiveram em parceria no processo de emancipação, a comissão e a população aguardavam a aprovação dos projetos de emancipação pela Câmara Legislativa do Estado para ser votados, o que não aconteceu até o início do ano de 1984. Entretanto, houve a necessidade de uma nova comissão pró-emancipação liderada por pessoas do PMDB, esta comissão teve apoio da bancada estadual e o apoio dos deputados Gernote Kirinus, Antônio Belinati, Tércio Albuquerque e Sabino Campos.

A segunda comissão teve facilidade com os trâmites, pois os documentos já estavam aprovados, apenas faltava a assinatura do governador e pelo fato de ser também do mesmo partido dos emancipacionistas facilitou a emancipação do distrito.

No dia 18 de abril de 1985, o projeto de lei de emancipação político-administrativo de São José foi votado e aprovado, após a assinatura do governador José Richa, sancionado a lei nº 8075 e a oficialização da emancipação. O deputado Gernote Kirinus fez um pronunciamento por via da Rádio Difusora, emissora a qual

era ouvida constantemente na época na localidade, afirmando e comunicando a oficialização da emancipação para a população que naquele momento, iniciaram uma grande comemoração de satisfação nas ruas de São José (CARNIEL, 2003).

A ata nº 730, do dia 20 de maio de 1985, a qual se referia a escolha do prefeito e vereadores, por meio do decreto nº 2183 de 19 de dezembro de 1984, o TRE autorizou as eleições aos municípios considerados de áreas de segurança nacional.

Com base nas entrevistas da pesquisa, ficou claro a presença da população no processo de emancipação de São José, onde os habitantes se organizavam e faziam manifestações, passeatas e protestos. A população acreditava que, a partir da emancipação, ocorreria maiores possibilidades de investimentos em infra-estrutura e nos setores de educação e saúde do município.

É importante destacar a opinião de Carniel (2003, p. 165), sobre o processo de emancipação de São José:

A emancipação político-administrativa foi concretizada. Se aconteceu, foi porque a população também interferiu na decisão, como podemos verificar nos 98% de "sim" no plebiscito. Com isto percebe-se que o poder não está restrito à esfera do Estado e das instituições. A população também busca atender suas necessidades e interesses construindo práticas e diferenciadas de poder, valendo-se do próprio sistema.

A autora salienta que, houve pequenas melhorias no município, e a população projetou muito mais para a emancipação do que para as satisfações das necessidades materiais.

6 DESENVOLVIMENTO DESIGUAL EM PATO BRAGADO E SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

Os municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras fazem parte da região oeste do Paraná e apesar das similaridades em termos de localização, populacional e proximidade territorial, apresentam fortes diferenças em seus indicadores econômicos. Pato Bragado apresenta índices superiores aos obtidos pelo município de São José das Palmeiras conforme descrito na tabela 20.

Tabela 20 - Principais indicadores econômicos nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras

Indicadores Econômicos	Pato Bragado	São José das Palmeiras
PIB a preços correntes – 2008	R\$ 54.276.000,00	R\$ 33.570.000,00
PIB <i>per capita</i> – 2009	R\$ 10.971	R\$ 8.516
Valor Adicionado Bruto – 2009	R\$ 50.871.000,00	R\$ 32.537.000,00
Valor Bruto da Produção	R\$ 84.594.373,92	R\$ 56.390.276,93
Agropecuária – 2010		
Receitas municipais – 2010	R\$ 17.188.033,56	R\$ 8.543.660,09
Receitas trib. municipais – 2010	R\$ 478.908,93	R\$ 152.297,08
Impostos – 2010	R\$ 400.595,88	R\$ 125.228,99
Taxas – 2010	R\$ 63.882,94	R\$ 27.068,09
Contribuição de melhorias – 2010	R\$ 14.430,11	-
Despesas municipais – 2010	R\$ 18.360.476,38	R\$ 7.956.606,00
Despesas correntes – 2010	R\$ 15.378.028,95	R\$ 7.212.252,64
Despesas de capital – 2010	R\$ 2.982.447,43	R\$ 744.353,36
Fundo de Participação dos Municípios – 2010	R\$ 4.045.089,30	R\$ 4.045.089,30
ICMS por município de origem do contribuinte – 2010	R\$ 131.671,37	R\$ 16.926,11

Fonte: Ipardes, 2012.

O PIB (Produto Interno Bruto) a preços correntes alcançado no ano de 2008 pelo município de Pato Bragado, apresentou um superávit de R\$ 20.706.000,00 em comparação, ao obtido por São José das Palmeiras. Estes valores quando divididos pelo montante de seus respectivos habitantes confere um PIB *per capita* no ano de 2009, superior para Pato Bragado em relação a São José das Palmeiras.

Esta superioridade também ocorre com o VAB (Valor Adicionado Bruto) no ano de 2009, pois no município de Pato Bragado tem uma cifra de R\$ 50.871.000,00 milhões de reais obtidos em 2009, sendo desta forma a mais do que auferido pelo município de São José das Palmeiras que foi de R\$ 32.537.000,00 milhões de reais. O VBP (Valor Bruto da Produção Agropecuária) alcançado pelo município de Pato Bragado, também teve vantagem em relação a São José das Palmeiras no ano de 2010.

No que se refere a arrecadação do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), em razão dos coeficientes individuais de participação elencados pelo CTN (Código Tributário Nacional) - lei 5.172/1967, sendo assim iguais os valores para ambos os municípios. O total das receitas municipais no ano de 2010, houve uma superioridade nos valores do município de Pato Bragado comparando com São José das Palmeiras no mesmo período, sendo inferior com um percentual de 49,7%.

Especificamente com referência as receitas tributárias municipais no ano de 2010, ocorreu também um superávit na arrecadação do município de Pato Bragado de R\$ 326.611,85 em relação a São José das Palmeiras.

Entre as arrecadações municipais a diferença mais pronunciada e com uma grande lacuna entre os municípios está na arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) por município de origem do contribuinte. No ano de 2010, o valor arrecadado pelo município de São José das Palmeiras é de 87,1% inferior do arrecadado pelo município de Pato Bragado, significa que o valor da arrecadação é de 7,8 vezes superior ao obtido de São José das Palmeiras. Esta discrepância se confirma quando analisado ao número de empreendimentos geradores de emprego existentes nos municípios que podem ser analisados individualmente na tabela 21.

Tabela 21 - Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas – 2010

Atividades econômicas	Pato Bragado		São José das Palmeiras	
	Estabeleci- mentos	Empregos	Estabeleci- mentos	Empregos
Indústria de produtos minerais não metálicos	4	56	-	-
Indústria metalúrgica	4	18	1	1
Indústria mecânica	3	24	-	-
Indústria da borracha, fumo, couros, peles e outros	-	-	2	16
Indústria da madeira e do mobiliário	4	20	-	-
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	1	2	-	-
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	9	185	-	-
Indústria de calçados	1	77	-	-
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	5	236	1	0
Serviços industriais de utilidade pública	1	13	-	-
Construção civil	3	5	1	1
Comércio varejista	85	257	31	73
Comércio atacadista	6	125	1	8
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	1	8	1	2
Administradoras de imóveis, valores mobil.,	9	28	-	-
Serv., técn., profis., aux., ativ., econ.				
Transporte e comunicações	11	48	2	6
Serviços de alojamento, alim., reparo., manut., radiodifusão e televisão	24	56	5	5
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	6	15	3	8
Ensino	3	7	-	-
Administração pública direta e indireta	2	247	2	165
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	25	60	22	332
Total	207	1.487	72	332

Fonte: MTE – RAIS, Ipardes, 2012.

Nota: Posição em 31 de dezembro de 2010.

A tabela 21, indica que o município de Pato Bragado é mais expressivo o número de estabelecimentos e empregos do que São José das Palmeiras. Nota-se que em Pato Bragado, há uma concentração de empregos no comércio varejista e atacadista, nas indústrias, na agricultura e na administração pública. Sendo estas atividades econômicas importantes para Pato Bragado.

Por sua vez, São José das Palmeiras existe um maior número de empregos na agricultura, sendo uma atividade econômica mais concentrada e a administração pública emprega também muitas pessoas no município e há ausência de atividades no setor secundário (indústrias) para gerar emprego e renda na economia local.

6.1 A economia dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras

A principal base produtiva encontrada nos municípios que pertencem a região oeste do Paraná é o setor primário, ou seja, predomina as atividades agrícolas. Segundo o Ipardes (2012), a grande maioria dos municípios que compõem a região tem na atividade agrícola a utilização do solo rural e outros municípios tem a predominância da atividade pecuária.

A agricultura é uma atividade caracterizada no contexto regional de altos índices de produtividade, devido a utilização de insumos modernos, técnicas agrícolas avançadas e o alto grau de mecanização.

Em Pato Bragado, a agricultura tem peso significativo na economia local. Portanto, é possível observar isso na tabela a seguir, e também verifica os principais produtos da agricultura, área colhida e outros valores. Posteriormente na tabela 24 (ver p. 114), se refere aos respectivos valores do município de São José das Palmeiras.

Tabela 22 - Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola (Pato Bragado /2010)

Produtos	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (R\$1000,00)
Amendoim	12	34	2.833	68
Cana-de-açúcar	15	900	60.000	360
Feijão	50	45	900	63
Mandioca	50	1.500	30.000	375
Milho	6.150	32.960	5.359	7.581
Soja	4.500	15.681	3.485	8.875
Trigo	120	300	2.500	108

Fonte: Ipardes, 2012.

No município de Pato Bragado, o principal produto agrícola por volume de produção é o milho, seu cultivo no ano de 2010 ocupou 6.150 mil hectares e com a produção de 32.960 mil toneladas. Embora, a soja é menor em termos de produção, área colhida e rendimento médio, mais o valor expresso em reais são maiores do que a cultura do milho, por seu maior valor agregado. Também são cultivados outros produtos como trigo, mandioca, feijão, amendoim e cana-de-açúcar, mas estas culturas em relação seu volume de produção não são expressivos. Na tabela 23, será apresentado o número de estabelecimentos agropecuários e a área segundo as atividades econômicas.

Tabela 23 - Estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas (Pato Bragado /2006)

Atividades econômicas	Estabelecimentos	Área (ha)
Aquicultura	3	8
Horticultura e floricultura	9	44
Lavoura temporária	164	5.240
Pecuária e criação de outros animais	232	2.237
Pesca	2	-
Produção florestal de florestas nativas	1	-
Produção florestal de florestas plantadas	4	22
Total	415	7.551

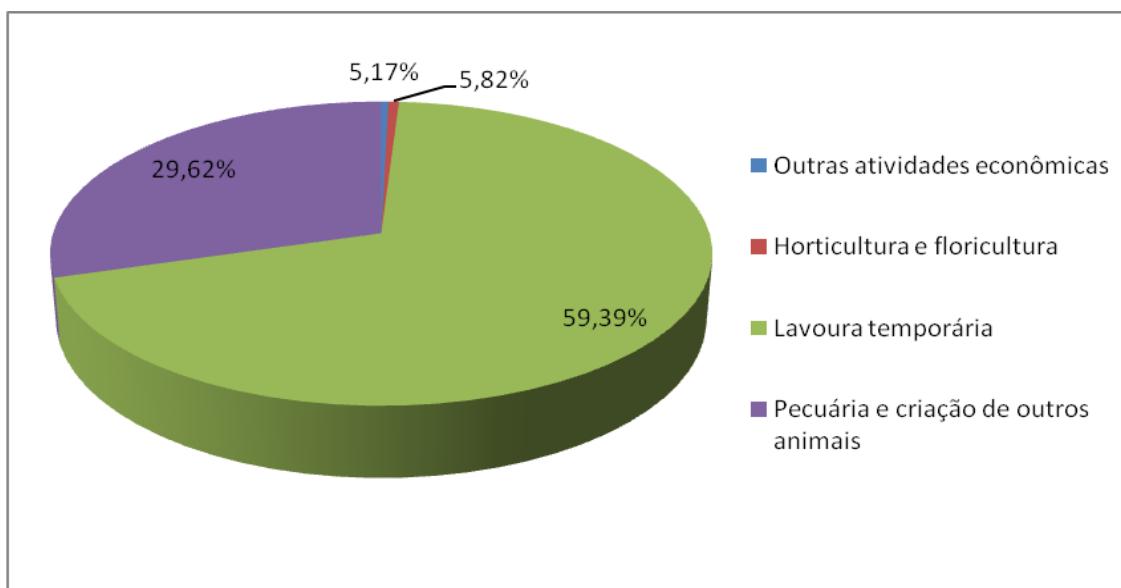
Fonte: Ipardes, 2012.

A atividade econômica mais importante em número de estabelecimentos é a pecuária e a criação de outros animais com 232 unidades, mas no aspecto área em hectares a atividade econômica que há superioridade é a lavoura temporária com um montante de 5.240 mil hectares. A economia do município depende da

agropecuária, principalmente das atividades de lavoura temporária e posteriormente, tendo a criação de frangos como a principal atividade da pecuária.

Segundo Denardi et al. (2000) o desenvolvimento local é beneficiado pela presença de atividades econômicas diversificadas e voltadas para o mercado, assim como o caso de Pato Bragado há neste município melhor nível de desenvolvimento na região. No gráfico 7, abaixo é expresso as atividades econômicas segundo a área ocupada em hectares.

Gráfico 7 - Atividades econômicas segundo a área (ha) em Pato Bragado



Fonte: Ipardes, 2012 (adaptado pelo autor).

No município de Pato Bragado a utilização das terras em boas condições em pastagens plantadas é de 463 hectares e de acordo com o IBGE (2012) os valores obtidos na pecuária no ano de 2010, sendo de rebanho de bovinos 7.480 cabeças, de suínos 18.200 e de frangos no montante de 710.600 cabeças.

Tabela 24 - Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola (São José das Palmeiras /2010)

Produtos	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (R\$1000,00)
Banana	2	40	20.000	32
Café (em côco)	40	63	1.575	151
Cana-de-açúcar	100	5.000	50.000	2.000
Feijão	70	119	1.700	167
Fumo (em folha)	108	301	2.787	1.726
Maçã	2	30	15.000	39
Mandioca	1.100	33.000	30.000	8.250
Milho	2.180	10.948	5.022	2.518
Noz (fruto seco)	50	50	1.000	60
Soja	2.150	7.635	3.551	4.321
Trigo	180	486	2.700	175
Uva	1	15	15.000	20

Fonte: Ipardes, 2012.

O primeiro produto que tem mais volume em área colhida no município de São José das Palmeiras é o milho. Já a cana-de-açúcar é o produto que tem maior rendimento médio e na variável produção em toneladas, a mandioca é o produto mais produzido. Portanto, a mandioca é uma cultura vinda da busca de novas alternativas econômicas de produção na região. A tabela 25, mostra as atividades econômicas segundo o número de estabelecimentos e área colhida do município São José das Palmeiras.

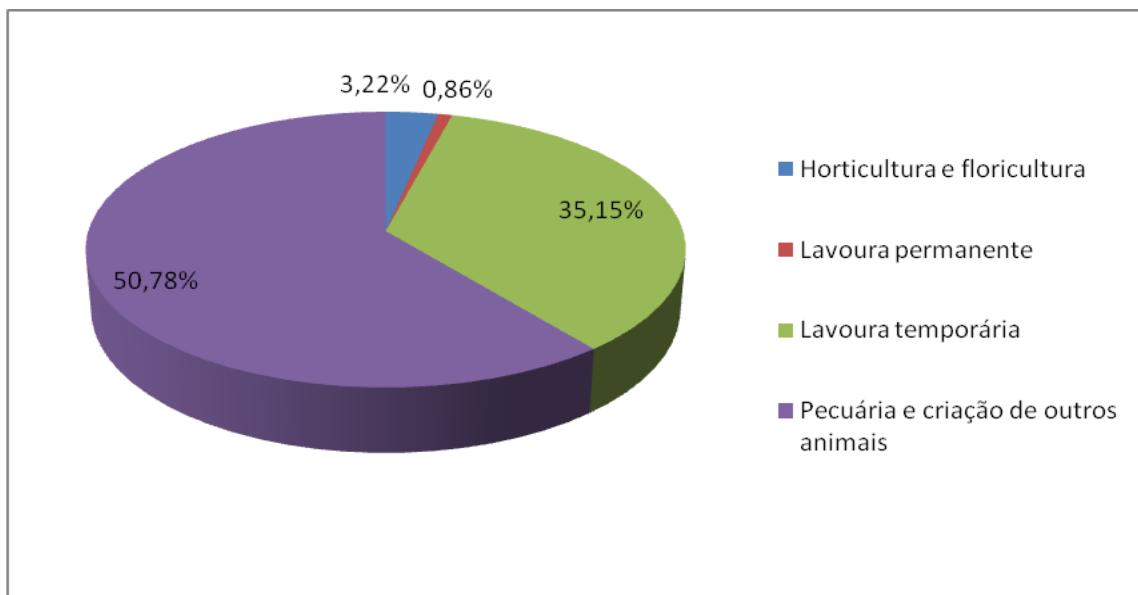
Tabela 25 - Estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas (São José das Palmeiras /2006)

Atividades econômicas	Estabelecimentos	Área (ha)
Horticultura e floricultura	11	601
Lavoura permanente	12	160
Lavoura temporária	197	6.568
Pecuária e criação de outros animais	250	11.357
Produção florestal de florestas nativas	2	-
Total	472	18.686

Fonte: Ipardes, 2012.

A criação de bovinos é a principal atividade econômica da pecuária em São José das Palmeiras, no entanto esta atividade possui maior número de estabelecimentos e área em hectares no município. No gráfico abaixo, é possível visualizar as atividades econômicas segundo a área ocupada em hectares.

Gráfico 8 - Atividades econômicas segundo a área (ha) em São José das Palmeiras



Fonte: Ipardes, 2012 (adaptado pelo autor).

A utilização das terras em boas condições para pastagens plantadas em São José das Palmeiras segundo o IBGE (2012) tem um volume de 10.558 hectares. Em relação à pecuária com o ano de referência 2010 de acordo com a Emater (2012), o município tem um rebanho de bovinos de corte e de leite no montante de 28.565 cabeças, de suínos 90.000 e um rebanho de frangos de 960.000 cabeças.

A base agrícola encontrada como característica da região favorece a expansão da agroindústria, incluindo ramos de produtos alimentares, de produção animal onde há a presença de estabelecimentos de produção de carnes dentre outros setores. As oportunidades de industrialização inseridas tais como a diversificação do setor agroindustrial, facilita a implantação de indústrias voltadas para o mercado internacional.

Uma principal vantagem do setor agropecuário na região é a organização em cooperativas agrícolas fortes, sendo a participação da cooperativa vai desde o cultivo até o produto final, possuindo atividades de armazenamento. Tanto para o

município de Pato Bragado e São José das Palmeiras possui apenas um entreposto da Cooperativa Agroindustrial Copagril e uma agência da Cooperativa de Crédito Sicredi Oeste, portanto as duas estão situadas em cada município selecionado da amostragem.

Conforme os resultados obtidos com o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE) é possível verificar na tabela 26, o número de unidades e a quantidade de hectares dos estabelecimentos agropecuários nos respectivos municípios.

Tabela 26 - Estabelecimentos agropecuários em unidades e hectares – 2006

Informações	Pato Bragado		São José das Palmeiras	
	Unidades	Hectares	Unidades	Hectares
Condição legal de produtor proprietário individual	415	7.559	472	18.740
Proprietários do sexo masculino	365	7.213	436	18.429
Proprietários do sexo feminino	50	346	36	311

Fonte: IBGE, 2012.

A tabela acima, revela que no município de Pato Bragado tem 415 unidades pertencentes a proprietário individual dos estabelecimentos agropecuários com equivalente 7.559 hectares e no município de São José das Palmeiras há 472 unidades de proprietário individual gerando um montante de 18.740 hectares. Portanto, em São José das Palmeiras, tem-se maior quantidade de volume em hectares nos estabelecimentos agropecuários de proprietário individual e proprietários do sexo masculino e sendo apenas similar o número de estabelecimentos agropecuários com Pato Bragado.

Denardi et al. (2000) afirmam que os municípios que têm uma estrutura fundiária melhor distribuída como o caso de Pato Bragado, apresentam melhores indicadores de desenvolvimento humano e de condições de vida.

A base agrícola encontrada na região oeste paranaense favorece as atividades ligadas com a agroindústria de produtos alimentares e de produção animal, com a instalação de estabelecimentos de produção de carnes de aves e suínos. Na tabela 27, serão demonstrados os números de estabelecimentos e empregos das indústrias nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras relacionados com atividades do setor secundário.

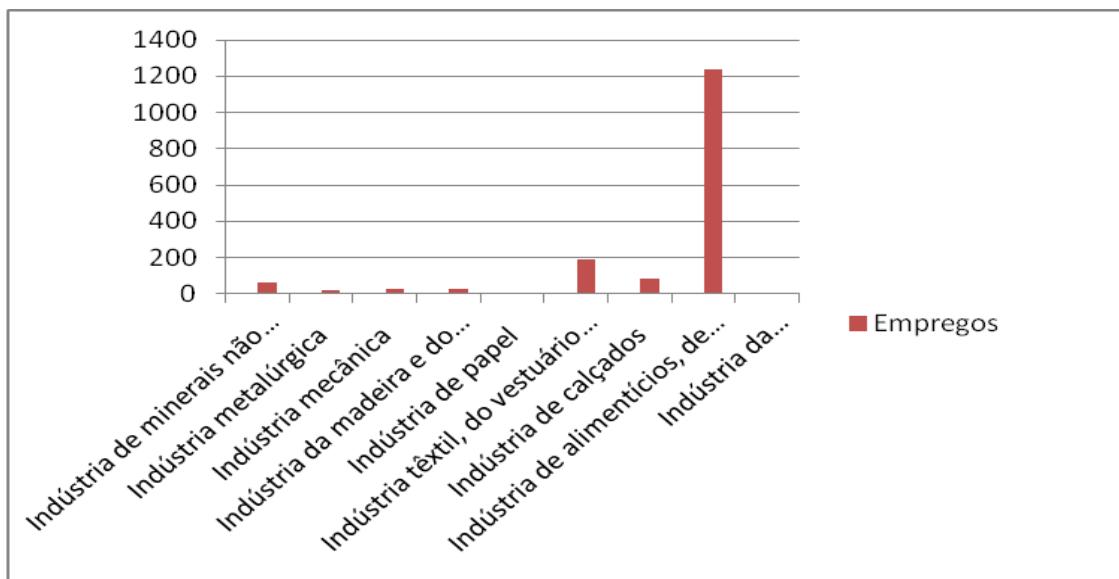
Tabela 27 - Número de estabelecimentos e empregos no setor secundário – 2010

Atividades econômicas	Pato Bragado		São José das Palmeiras	
	Estabeleci- mentos	Empregos	Estabeleci- mentos	Empregos
Indústria de produtos minerais não metálicos	4	56	-	-
Indústria metalúrgica	4	18	1	1
Indústria mecânica	3	24	-	-
Indústria da madeira e do mobiliário	4	20	-	-
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	1	2	-	-
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	9	185	-	-
Indústria de calçados	1	77	-	-
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	5	1236	1	-
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, prod.sim.e ind.diversa	-	-	2	16
Total	31	1.618	4	17

Fonte: Ipardes, 2012.

O município de Pato Bragado é de grande valia para a economia local as atividades relacionados com as indústrias, apresentam número maior de empregos na indústria de produtos alimentícios, bebida e álcool etílico (ver gráfico 9). Portanto, Pato Bragado apresenta uma economia mais acentuada nas atividades industriais, ou seja, tem um melhor perfil distributivo e diversificado, enquanto São José das Palmeiras não há especialização neste setor.

Gráfico 9 - Empregos segundo as atividades das indústrias em Pato Bragado



Fonte: Ipardes, 2012 (adaptado pelo autor).

Em São José das Palmeiras as atividades ligadas com a indústria não é expressivo, ou seja, incipiente tendo poucos estabelecimentos e apenas 17 empregos nas indústrias instaladas no município, sendo elas do ramo de borracha, fumo e outros.

As atividades relacionadas com o comércio varejista, atacadista e setor de serviços fazem parte do setor terciário. A tabela 28, apresenta os números de estabelecimentos e empregos no comércio varejista, atacadista e serviços nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras.

Tabela 28 - Número de estabelecimentos e empregos no setor terciário – 2010

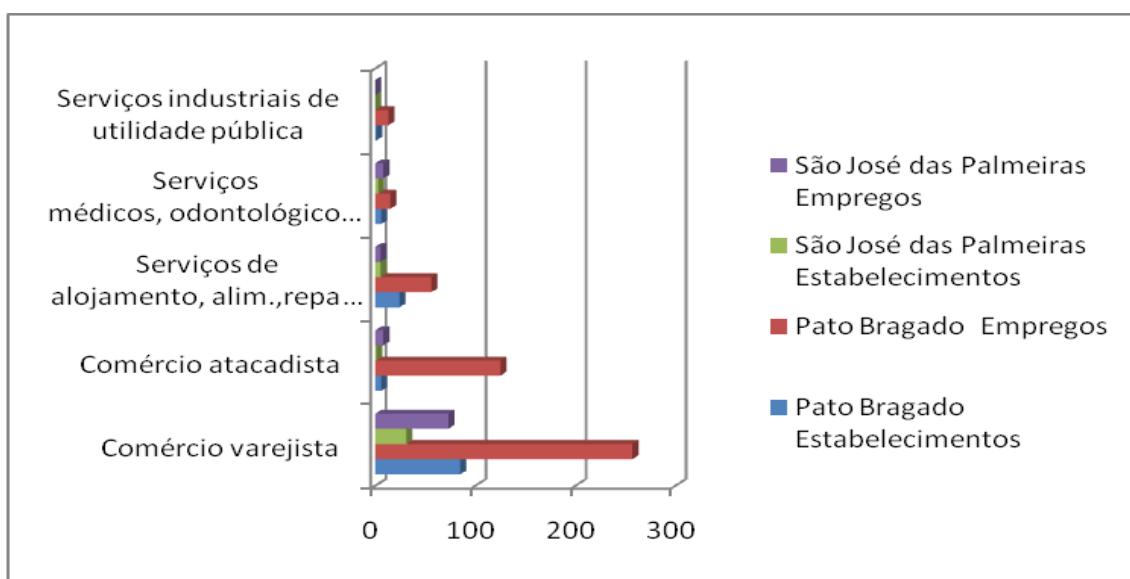
Atividades econômicas	Pato Bragado		São José das Palmeiras	
	Estabeleci- mentos	Empregos	Estabeleci- mentos	Empregos
Comércio varejista	85	257	31	73
Comércio atacadista	6	125	1	8
Serviços de alojamento, alim., reparo, manut., radiodifusão e televisão	24	56	5	5
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	6	15	3	8
Serviços industriais de utilidade pública	1	13	-	-
Total	122	466	40	94

Fonte: Ipardes, 2012.

Nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras no setor terciário, há um maior número de estabelecimentos e empregos no comércio varejista. Entretanto, no município de Pato Bragado entre as atividades econômicas do setor tem grande destaque é o número de estabelecimentos no comércio varejista e nota-se a liderança de empresários locais (sociedade civil em forma de associações horizontais) para a promoção do desenvolvimento local.

No gráfico abaixo é demonstrado o número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas nos municípios pesquisados.

Gráfico 10 - Estabelecimentos e empregos segundo as atividades no setor terciário – 2010



Fonte: Ipardes, 2012 (adaptado pelo autor).

Colognese, Gregory e Schallenberger (1999) afirmam que, o setor do comércio e dos serviços em municípios com baixa concentração populacional, impede a instalação de setores especializados, pois eles exigem maiores investimentos internamente no município. Na medida em que os consumidores possuidores das melhores condições financeiras tendem a procurar serviços no comércio dos municípios de maior polarização.

Os resultados obtidos sobre o perfil socioeconômico de São José das Palmeiras mostraram que o município tem a superioridade na base agrícola, ou seja sua especialização está na agropecuária não havendo na economia local uma

diversificação do setor secundário. Isto mostra que, está ocorrendo nos últimos anos uma queda populacional em razão do município não ter setores econômicos desenvolvidos e por não possibilitar opções de emprego para a população local.

São José das Palmeiras foi ocupado por migrantes de diferentes etnias, conhecidos de modo geral como nortistas e Pato Bragado foi colonizado por uma empresa preocupada com o elemento humano, ou seja, a origem étnica do migrante era a maior exigência da colonizadora que, tinha como preferência pessoas da região sul do Brasil, vistos como sulistas, sendo que esta colonizadora tinha a prática de desenvolvimento agrário de pequena propriedade rural. Neste contexto, confirma-se que a trajetória histórica é decisiva para as desigualdades intra-regionais.

6.2 Desigualdades nos indicadores de IDH

O IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) é elaborado com base nos indicadores de longevidade, educação (alfabetização e taxa de frequência escolar) e renda da população. O conjunto de indicadores compõe o índice, sendo eles: IDH-L (longevidade), IDH-E (educação) e IDH-R (renda), cuja média aritmética simples resulta no IDH-M. O índice varia de 0 (zero) a 1 (um), sendo 1 (um) a posição correspondente a melhor valor (IPARDES, 2012).

Nas duas medições do IDH municipal, segundo os municípios do estado do Paraná nos anos de 1991 e 2000, na tabela 29 observa-se uma significativa oscilação nos resultados obtidos entre os municípios pesquisados.

Tabela 29 - IDH nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras – 1991/2000

Município	Ano	IDH – M Geral	IDH – L Longevidade	IDH - E Educação	IDH - R Renda	Ranking no estado
Pato Bragado	1991	0,733	0,726	0,836	0,637	12º
	2000	0,821	0,833	0,910	0,720	11º
São José das Palmeiras	1991	0,647	0,670	0,705	0,567	247º
	2000	0,724	0,767	0,794	0,610	259º

Fonte: Ipardes, 2012.

Conforme a análise da tabela 29, o município de Pato Bragado obteve avanço no seu IDH-M, pois no ano de 1991 ocupava 12º no ranking e posteriormente no ano de 2000, melhorou sua posição na colocação dos municípios paranaenses. Isto claro devido ao melhor desempenho do IDH - longevidade, educação e renda.

O município de São José das Palmeiras, embora houvesse uma pequena melhora nos resultados obtidos no IDH-2000 nos três elementos que compõe o índice comparando com o ano referência 1991, não garantiram melhor posição ao contrário, ocupou 259º posição no mesmo ranking.

6.3 O índice ipardes de desempenho municipal

O IPDM (Índice Ipardes de Desempenho Municipal) avalia a situação dos municípios paranaenses, considerando o desenvolvimento econômico e social no emprego, renda e produção agropecuária, educação e saúde.

O desempenho municipal é expresso por um índice cujo valor varia de 0 e 1. Sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o nível de desempenho do município. Com base no valor do índice os municípios são classificados em quatro grupos: baixo (0 a < 0,4), médio (0,6 a < 0,8) e (0,8 a 1) para o nível alto de desempenho (IPARDES, 2012).

Na tabela abaixo, será mostrado os índices IPDM nas três áreas de desenvolvimento nos municípios pesquisados.

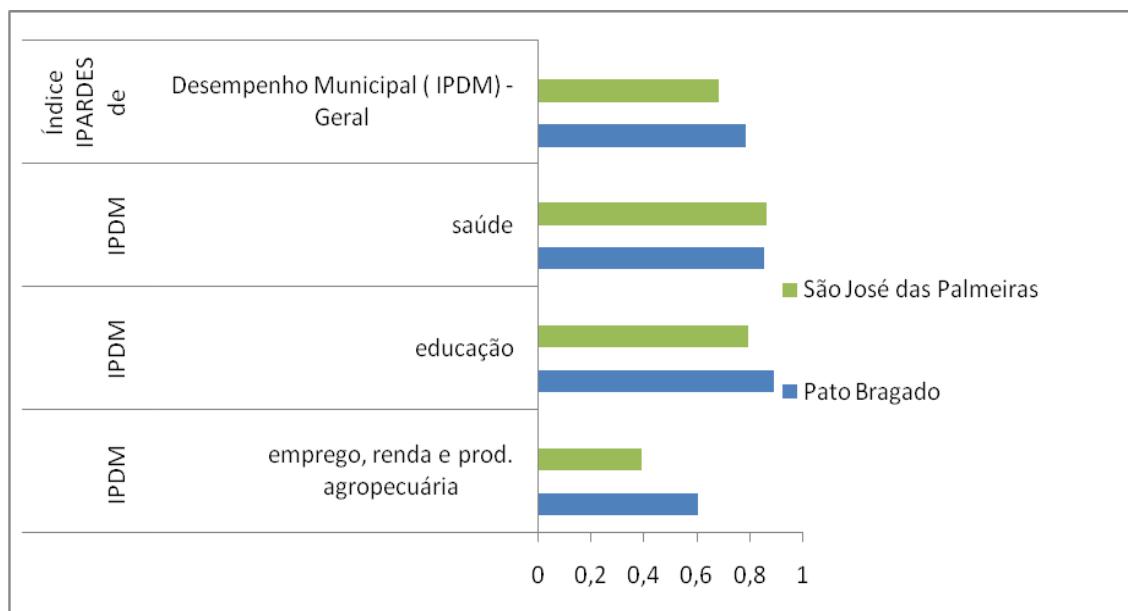
Tabela 30 - IPDM nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras – 2009

Município	IPDM Emprego, Renda e Prod. Agropecuária	IPDM Educação	IPDM Saúde	Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM) Geral
Pato Bragado	0,6065	0,8924	0,8555	0,7848
São José das Palmeiras	0,3938	0,7957	0,864	0,6845

Fonte: Ipardes, 2012.

O município de Pato Bragado nesta análise no ano de referência 2009, obteve índice (IPDM 0,7848) superior ao município de São José das Palmeiras (IPDM 0,6845), o qual é possível verificar no gráfico 11.

Gráfico 11 - IPDM nas áreas de desenvolvimento



Fonte: Ipardes, 2012 (adaptado pelo autor).

As informações demonstradas no gráfico acima, revelam que o município de Pato Bragado, possui superioridade no índice de IPDM nas áreas de desenvolvimento de emprego, renda, produção agropecuária e educação em relação ao município de São José das Palmeiras, exceto no IPDM de saúde.

6.4 Saúde e educação como indicadores de capital social

Os municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras apresentam indicadores de saúde relacionados a mortalidade infantil e mortalidade geral que podem ser observados na tabela abaixo.

Tabela 31 - Coeficientes de mortalidade – 2010

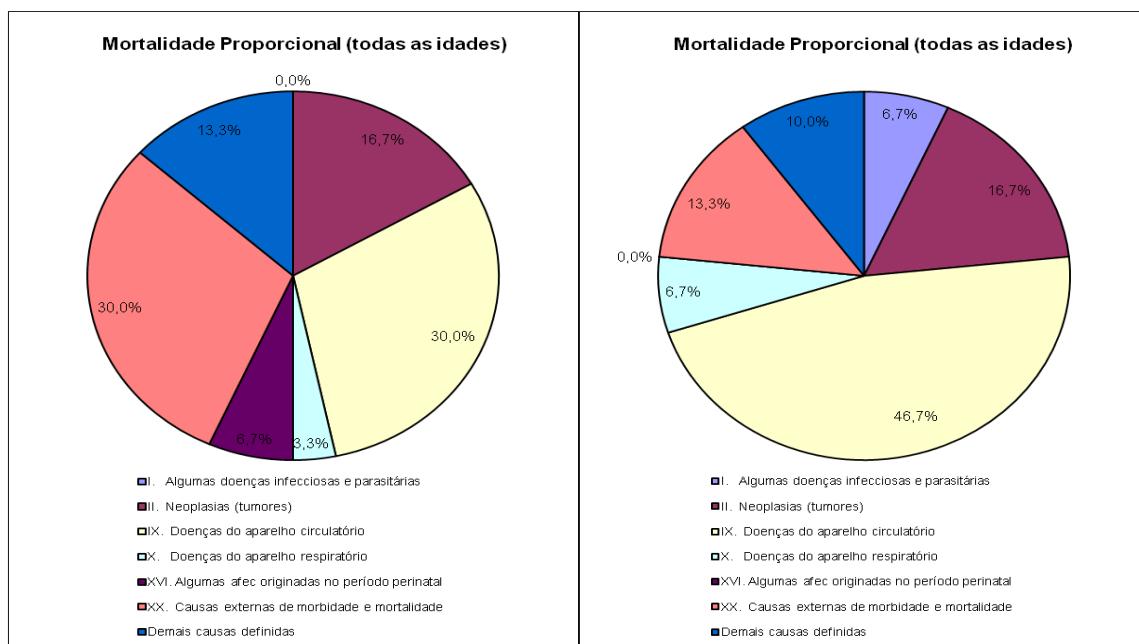
Informação	Pato Bragado		São José das Palmeiras	
	Coeficiente	Unidade	Coeficiente	Unidade
Mortalidade infantil (CMI)	35,71	mil nascidos vivos	19,23	mil nascidos vivos
Mortalidade geral	8,50	mil habitantes	11,23	mil habitantes

Fonte: Ipardes, 2012.

O município de Pato Bragado possui um coeficiente de mortalidade infantil no ano de 2010, segundo o Ipardes (2012) equivalente a 35,71 por mil nascidos vivos e no município de São José das Palmeiras é de 19,23 por mil nascidos vivos.

No entanto, o município de São José das Palmeiras possui um menor coeficiente de mortalidade infantil do que o município de Pato Bragado, mas em relação a mortalidade geral Pato Bragado detém menor coeficiente. No gráfico 12, será demonstrado estatisticamente a mortalidade proporcional por doenças selecionadas nos municípios pesquisados.

Gráfico 12 - Mortalidade por doenças nos municípios de Pato Bragado (esquerda) e São José das Palmeiras (direita) – 2008



Fonte: DATA SUS, 2012.

A taxa de esperança de vida ao nascer, ou seja, a longevidade do município de Pato Bragado é de 75 anos e do município de São José das Palmeiras é de 71,01 anos. Há de destacar que o município de Pato Bragado é maior o índice de longevidade.

O nível de escolaridade da população pode ser visualizado pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa bruta de frequência escolar descritas na tabela a seguir.

Tabela 32 - Informações relacionados à educação (IDH-M) – 2000

Informação	Pato Bragado		São José das Palmeiras	
	Índice	Unidade	Índice	Unidade
Taxa de alfabetização de adultos	77,54	(%)	94,74	(%)
Taxa bruta de frequência escolar	83,27	(%)	83,61	(%)

Fonte: Ipardes, 2012.

A taxa de alfabetização de adultos é maior o índice no município de São José das Palmeiras e a tabela 33, apresenta a taxa de analfabetismo segundo a faixa etária dos habitantes.

Tabela 33 - Taxa de analfabetismo segundo faixa etária – 2010

Pato Bragado	São José das Palmeiras		
Faixa etária (anos)	Taxa (%)	Faixa etária (anos)	Taxa (%)
De 15 ou mais	3,80	De 15 ou mais	14,4
De 15 a 19	0,25	De 15 a 19	0,84
De 20 a 24	0,75	De 20 a 24	1,62
De 25 a 29	1,57	De 25 a 29	2,81
De 30 a 39	3,18	De 30 a 39	4,28
De 40 a 49	2,32	De 40 a 49	13,88
De 50 e mais	7,93	De 50 e mais	32,32

Fonte: Ipardes, 2012.

Em relação a taxa de analfabetismo conforme os números disponibilizados do Ipardes (2012) com o ano de referência 2010, constata-se que no município de São José das Palmeiras 14,4% da população na faixa etária de 15 anos ou mais é analfabeta enquanto Pato Bragado é 3,80%. Contudo, São José das Palmeiras obtém maiores taxa de analfabetismo e taxa de alfabetização de adultos neste contexto.

6.4.1 O índice de desenvolvimento da educação básica

O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), varia de 0 a 10 e o responsável por este índice é o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

A meta em nível Brasil é de 6,0 para ser alcançada até 2022, está meta corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos. Na tabela a seguir, percebe-se a vantagem do índice IDEB do

município de Pato Bragado em comparação a São José das Palmeiras nos respectivos anos.

Tabela 34 - IDEB nos anos de referência – 2005/2011

Municípios		2005	2007	2009	2011
Pato Bragado	(4 ^a série)	4,6	5,4*	5,7*	5,6*
	(8 ^a série)	4,7	4,5	4,4	4,8
São José das Palmeiras	(4 ^a série)	4,2	4,6*	4,9*	***
	(8 ^a série)	4,2	3,9	4,3*	***

Fonte: INEP, 2012.

(*) Refere-se ao Ideb que atingiu a meta prevista.

(***) Sem média na prova Brasil 2011.

A meta projetada para o estado do Paraná para os anos iniciais (4^a série) foi de 4,7 e 5,0 e para os anos finais (8^a série) de 3,6 e 3,7. O município de Pato Bragado obteve índices acima da meta prevista, exceto o ano de 2005 para 4^a série, e São José das Palmeiras conseguiu no ano de 2007 e 2009 obter índices superiores a meta projetada na 4^a série e na 8^a série em 2009.

Dada a trajetória histórica dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras, que de um lado apresenta o desenvolvimento alcançado com base no indicador de IDH, índice FIRJAN de desenvolvimento municipal, índice ipardes de desempenho municipal, indicadores de saúde e educação que, possibilitou resultados satisfatórios para o município de Pato Bragado. Por outro lado, São José das Palmeiras apresentou índices inferiores de desenvolvimento, havendo como se viu no oeste paranaense desigualdades, constatado nos diferentes níveis de desenvolvimento local.

6.5 Organizações associativas como indicadores de capital social

O município de Pato Bragado tem um montante de 39 organizações associativas demonstradas no quadro a seguir, o qual mostra o nome das entidades e o número de integrantes. E o outro município da amostragem da pesquisa, São José das Palmeiras apresenta 17 organizações associativas (ver quadro 3, p. 129).

Quadro 2 - Organizações associativas no município de Pato Bragado

NOME/OBJETIVO	Nº DE INTEGRANTES e N° DE PROCURA
ABA - Associação Bragadense dos Artesãos	30 pessoas inscritas
ACCB - Associação Comunitária Cultural Bragadense	15 pessoas inscritas
ACIBRA - Associação Comercial Industrial de Pato Bragado	94 empresas inscritas
APMF Colégio Estadual de Pato Bragado - Associação de Pais, Mestres e Funcionários	Todos os pais dos alunos e funcionários da escola
APOP - Associação de Produtores Orgânicos de Pato Bragado	25 pessoas inscritas
ARA - Associação de Recuperação de Alcoólatras	25 famílias inscritas
ASSERBRA - Associação dos Servidores do Município de Pato Bragado	300 pessoas inscritas
Associação Água Limpa Barigui	12 pessoas inscritas
Associação Bragadense de Pescadores	26 pessoas inscritas
Associação de Mini Produção Rural das Linhas Barigui e XV Novembro e Progresso	14 pessoas inscritas
Associação de Moradores e Amigos da Linha Barigui	45 famílias inscritas
Associação de Moradores e Amigos da Linha Flor do Sertão	13 famílias inscritas
Associação de Moradores da Linha Dois Vizinhos	30 famílias inscritas
Associação de Moradores da Linha Oriental	30 famílias inscritas
Associação de Moradores da Linha Oriental de Futebol de Campo	35 pessoas inscritas
Associação de Moradores da Linha São Francisco	25 famílias inscritas
Associação de Moradores e Amigos do Km 05	82 famílias inscritas
Associação de Moradores e Amigos União do Km 13	40 famílias inscritas
Associação de Moradores XV de Novembro da Linha Barigui	12 famílias inscritas
Associação de Moradores Mutirão - Sempre Unidos	25 pessoas inscritas
Associação de Pessoas Portadoras de Deficiência de Pato Bragado	35 pessoas inscritas
Clube de Mães Centro – Amizade	85 pessoas inscritas

Clube de MÃ©s 15 de Novembro – Primavera	22 pessoas inscritas
Clube de MÃ©s Barigui - Ãguia Dourada	28 pessoas inscritas
Clube de MÃ©s Dois Vizinhos - Buscando Igualdade	21 pessoas inscritas
Clube de MÃ©s Itapiranga - Arco Íris	20 pessoas inscritas
Clube de MÃ©s Km 05 - Amigas para Sempre	32 pessoas inscritas
Clube de MÃ©s Km 13 - Unidas Venceremos	28 pessoas inscritas
Clube de MÃ©s Mutirão - Divina MÃe	72 pessoas inscritas
Clube de MÃ©s Oriental - Dois Cora�es	20 pessoas inscritas
Clube de MÃ©s São Francisco - Rosas Unidas	21 pessoas inscritas
Clube dos Idosos – Felicidades	800 pessoas inscritas
Clube os Arrais (Clube Particular)	31 famílias inscritas
CTG (Centro de Tradições Gaúchas) - Sepé Tiarajú	80 famílias inscritas
Pastoral da Criança - Promo�o do Desenvolvimento Infantil e a Melhoria da Qualidade de Vida	Conforme a demanda
MOTO CLUB - Associação de Motociclistas e Amigos de Pato Bragado	20 pessoas inscritas
Os Cardeais (Clube Particular)	76 famílias inscritas
Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense	Conforme a demanda
Sociedade Bragadense de Bol�o	24 pessoas inscritas

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Conforme observado no quadro acima, Pato Bragado apresenta 39 entidades organizadas em categorias diferentes, onde h a uma quantidade significativa de organiza es com o propósito e apoio a produ o e a gestão de serviços como por exemplo:

- a) Associação Água Limpa Barigui;
- b) Associação Bragadense de Pescadores;
- c) ABA (Associação Bragadense dos Artesãos);
- d) ACIBRA (Associação Comercial Industrial de Pato Bragado);

e) Associação de Mini Produção Rural das Linhas Barigui e XV Novembro e Progresso;

f) APOP (Associação de Produtores Orgânicos de Pato Bragado).

Os servidores municipais de Pato Bragado são representados pela ASSERBRA (Associação dos Servidores do Município de Pato Bragado). Há também no município entidades com fins assistenciais e filantrópicos sendo algumas delas a Provopar, Pastoral da Criança e existe outras entidades associativas com motivação cultural, recreativa e assistencial como:

a) ACCB (Associação Comunitária Cultural Bragadense);

b) APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários);

c) MOTO CLUB (Associação de Motociclistas e Amigos de Pato Bragado - Patos da Fronteira);

d) Associação de Pessoas Portadoras de Deficiência de Pato Bragado;

e) ARA (Associação Recuperação Alcoólatras de Pato Bragado);

f) CTG (Centro de Tradições Gaúchas);

g) Clube dos Idosos;

h) Clube os Arrais;

i) Os Cardeais;

j) Sociedade Bragadense de Bolão.

A associação que tem maior número de integrantes é o Clube dos Idosos, havendo 800 pessoas inscritas participantes e posteriormente na segunda colocação é o Clube das Mães com sede no centro e outras unidades nas vilas rurais. O município de Pato Bragado é caracterizado também por grande número de indivíduos agrupados em organizações em forma de associações de moradores e amigos.

Quadro 3 - Organizações associativas no município de São José das Palmeiras

NOME	OBJETIVO	Nº DE INTEGRANTES e Nº DE PROCURA
ACISP	Associação Comercial e Empresarial de São José das Palmeiras	30 empresas inscritas
APAIS (Clube dos Idosos)	Associação de Proteção e Amparo ao Idoso	120 pessoas inscritas
APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários	Todos os pais dos alunos e funcionários da escola
APMI	Associação de Proteção de Maternidade Infância	Conforme a demanda
ASMUP	Associação dos Servidores Municipais de São José das Palmeiras	100 pessoas inscritas
Associação de Agricultores	Associação Municipal de Agricultura Familiar e Orgânica 1º de Março	32 pessoas inscritas
Clube de Damas	Sempre Unidas	22 pessoas inscritas
Clube Feminino	União São José	42 pessoas inscritas
Clube Feminino	Codal	22 pessoas inscritas
Clube Feminino	Barra Funda	16 pessoas inscritas
Clube Feminino	São Cristovão	23 pessoas inscritas
Clube Feminino	Vila Rural	25 pessoas inscritas
Clube Feminino	Baixadão	16 pessoas inscritas
Clube Feminino	Maria Gorete	15 pessoas inscritas
Pastoral da Criança	Promoção do Desenvolvimento Infantil e a Melhoria da Qualidade de Vida	Conforme a demanda
Provopar	Programa do Voluntariado Paranaense	Conforme a demanda
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Sindicato dos Trabalhadores Rurais filiado a FETAEP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná)	735 inscritos desde de sua criação e o número de ativos são de 180 pessoas

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

No município de São José das Palmeiras existe uma predominância de associações de interesse coletivo em prol da comunidade com fins assistenciais,

filantrópicos e recreativas, sendo administrada na grande maioria pela administração municipal:

- a) APAIS (Associação de Proteção e Amparo ao Idoso);
- b) APMI (Associação de Proteção de Maternidade Infância);
- c) Clube Feminino;
- d) Pastoral da Criança;
- e) ProvoPar.

Sendo em seguida os grupos: APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários), ASMUP (Associação dos Servidores Municipais de São José das Palmeiras), Associação de Agricultores (entidade com a finalidade econômica com o objeto de aspectos de produção) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (entidade sindical).

A ACISP (Associação Comercial e Empresarial de São José das Palmeiras), há atualmente 30 empresas cadastradas de vários ramos, como por exemplo, cooperativas, lojas de varejo, bancos dentre outros. E por último, o Clube das Damas, tendo esta motivações recreativas, culturais e assistenciais.

A partir da análise dos resultados da pesquisa, nota-se um maior número de organizações associativas em Pato Bragado, possuindo sua população maior capacidade de associarem em torno de fins comuns. Havendo neste município um maior indicador de capital social, o qual está positivamente relacionado ao desenvolvimento local proporcionando, assim melhores índices socioeconômicos. Ressalta-se que municípios com menor nível de capital social, como constatado em São José das Palmeiras, logo seu IDH dentre outros índices será mais baixo.

Os municípios pesquisados apresentam semelhanças em alguns aspectos citados anteriormente ao decorrer da pesquisa e possuem níveis distintos de desenvolvimento. Pois, Pato Bragado obtém índice IDH-M 0,821, sendo um dos melhores do *ranking* estadual e São José das Palmeiras possui índice de baixo desempenho IDH-M 0,724. Assim, como no IDH, também ocorre esta superioridade

em outros índices socioeconômicos, além de indicadores de setor primário, secundário e terciário da economia local dos municípios.

A forma de organização da sociedade local em associações, promove a participação e a integridade das pessoas agindo conforme seus interesses coletivos. Proporcionando desse modo, maiores níveis de capital social garantindo sustentabilidade ao desenvolvimento. Neste contexto, foi importante entender como as empresas colonizadoras conseguiram determinar representações simbólicas sobre a região oeste do Paraná que, teve influência direta sobre o capital social dos municípios pesquisados.

Pato Bragado, teve como base o projeto de colonização pela empresa colonizadora Maripá e já a trajetória histórica de São José das Palmeiras teve a Bentheim como a principal colonizadora, onde o processo de ocupação da localidade estava ligada com a fertilidade das terras para o cultivo da hortelã e do café, a qual estas culturas necessitava grande quantidade de mão-de-obra, sendo este o principal fator de atração de migrantes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da região administrativa de Toledo localizada no oeste paranaense, não ocorre de forma homogênea nos municípios que o compõe. Neste contexto, para conseguir entender o nível de diferença de desenvolvimento entre os municípios que fazem parte da mesma região e sendo os próprios similares em alguns aspectos, se justifica pela dada trajetória histórica de desenvolvimento ocorrida, por meio do modelo de colonização e ocupação adotada pelas colonizadoras perante a esses territórios.

Após analisado os dados coletados das desigualdades locais, via indicadores socioeconômicos dos vinte municípios que fazem parte da região administrativa de Toledo, definiu-se pela realização deste estudo nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras. Foram confrontados indicadores econômicos e sociais, onde foi possível observar uma certa disparidade em níveis de desenvolvimento que explicam a posição no IDH-M 2000, onde Pato Bragado ocupa 11º no *ranking* dos municípios do estado do Paraná enquanto São José das Palmeiras figura a 259º posição, sendo que estes estão localizados próximos ao seu polo regional.

Inicialmente, como resposta ao primeiro objetivo específico, foi demonstrado a trajetória de desenvolvimento desde a colonização e ocupação dos municípios pesquisados. Portanto, o município de Pato Bragado foi colonizado pela empresa colonizadora Maripá, que tinha como preocupação maior com o elemento humano, ou seja, o perfil étnico dos migrantes e a estrutura fundiária de pequena propriedade rural.

Considerando alguns critérios, a colonizadora Maripá tinha como propósito de escolha dos agricultores para migrar na região que, implicava na questão de preferência por ser pessoas oriundas da região sul do Brasil, ou seja, descendentes de italianos, alemães e de outros imigrantes acostumados com a produção agrícola. Portanto, a colonizadora teve um caráter seletivo em relação à ocupação da região oeste paranaense, devido o interesse da empresa no que se refere aos colonos ideais e a origem dos mesmos que fosse se instalar nas áreas colonizada por ela.

A colonização do município de São José das Palmeiras se deu de forma distinta, a empresa colonizadora Bentheim colonizou São José onde teve postura contrária da colonizadora Maripá, pois a propaganda estava firmada na fertilidade das terras para o cultivo da hortelã e do café, produtos que na época eram considerados lucrativos.

A empresa colonizadora Maripá incentivava a vinda de colonos oriundos da região sul do país conhecidos como “sulistas”, sendo estes migrantes do mesmo perfil traçado pela colonizadora e também já detinham um certo capital econômico. A outra colonizadora a Bentheim priorizava a vinda de migrantes de outras partes do país vistos como “nortistas”, sendo de diferentes etnias sem ao menos se preocupar em colonizar as terras para um grupo culturalmente homogêneo, ou seja, havendo desse modo, na região um desequilíbrio social.

Na sequência, buscou-se atender ao segundo objetivo deste estudo, por meio das análises que norteiam o desenvolvimento local nos municípios pesquisados a partir dos dados socioeconômicos. Nota-se que o município de Pato Bragado é de grande valia para a economia local as atividades relacionadas com o setor primário, secundário e terciário, pois possui uma atividade econômica diversificada e uma estrutura fundiária bem distribuída.

Os resultados obtidos sobre São José das Palmeiras, mostraram que no município há a superioridade na base agrícola, através da atividade pecuária com grandes áreas de terras destinadas a pastagens, não havendo na economia uma diversificação do setor secundário. Isto mostra que, está ocorrendo nos últimos anos uma queda populacional em razão do município não ter setores econômicos desenvolvidos e por não possibilitar opções de emprego para a população. Não há uma sustentabilidade na economia, o que em dias atuais está influenciando a diminuição da população e nos indicadores socioeconômicos, principalmente no IDH.

Neste panorama no setor de indicadores, sendo os principais: IDH, IFDM, índice ipardes de desenvolvimento municipal, índices de saúde e de educação dentre outros. O município de Pato Bragado obtém índices superiores de desenvolvimento em relação ao município de São José das Palmeiras.

O terceiro objetivo da pesquisa foi de identificar o número de organizações associativas, servindo estas como indicadores de capital social nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras. Para tanto foram utilizados quadros para mostrar a rede de organizações associativas. Quando comparadas no aspecto de número de organizações, percebe-se uma diferença na quantidade de associações entre pessoas de um município para o outro.

No levantamento de informações realizado na pesquisa, o município de Pato Bragado apresentou um número superior de entidades possuindo um total de 39 organizações, enquanto o município de São José das Palmeiras foram 17 organizações associativas.

Com base nos resultados da pesquisa elaborada, o município de Pato Bragado obtém um maior indicador de capital social, possuindo uma característica de melhor associativismo horizontal, havendo grande participação dos cidadãos em organizações associativas. Ressaltando-se que as associações são formadas por agrupamentos de pessoas, reunidas de maneira formal ou informal, criadas a partir da união de idéias e de esforços em prol de um objetivo material ou imaterial comum.

Por meio da visualização da trajetória histórica de desenvolvimento dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras, constatou-se que o modelo de colonização com base na origem étnica dos migrantes e a homogeneidade da população possuem grande influência no nível de capital social e nos indicadores socioeconômicos dos municípios trabalhados nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista de Economia Aplicada**, v. 04, n. 02, abr./jun. 2000.
- ABREU, M. A. de. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**, v. XIV, p. 77-97, 1998.
- ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico**: uma resposta às exigências do ajuste estrutural. Fortaleza: Ed. do Banco do Nordeste, 1998.
- ALVES, L. R.; SILVA, D. C.; FERRERA DE LIMA, J.; PIFFER, M. **Notas sobre a socioeconomia do município de São José das Palmeiras – PR (1986 – 2009)**. Disponível em: <<http://www.ecopar.net.br/site/artigos.php?data=2011&submit.x=12&submit.y=13>>. Acesso em: 18 jun. 2012.
- BARBOSA, T. A. **Desenvolvimento local e nível da organização social**: estudo da disparidade entre dois municípios da região de Toledo PR. 2012. 80 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo/PR, 2012.
- BERNSTEIN, H. A dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização. **Dossiê Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 52-81, maio/ago. 2011.
- BOURDIEU, P. **La noblesse d'État**. Grandes écoles et esprit de corps. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.
- _____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas/SP: Papirus, 1996.
- _____. “The Forms of Capital”. In RICHARDSON, J. G. (org). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood Press, p. 341-258, 1986.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- CARNIEL, S. M. **O oeste paranaense e a singularidade de São José das Palmeiras – 1969-1985**. 2003. 202 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2003.
- CASTILHOS, D.S.B. de. **Capital social e políticas públicas**: um estudo da linha infra-estrutura e serviços aos municípios do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar. 2002. 172 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2002.
- COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. Harvard University Press, 1990.

- _____. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, n. 94, p.95-120, 1988.
- COLOGNESE, S. A.; GREGORY, V.; SCHALLENBERGER, E. **Tupãssi**: do mito a história. Cascavel/PR: Edunioeste, 1999.
- CORREA, S. M. S. (Org). **Capital Social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul/RS: Edunisc, 2003.
- DATA SUS (Departamento de Informática do SUS). **Site institucional**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2010/matriz.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2012.
- DENARDI, R. A.; HENDERILX, E. M. G. J.; CASTILHOS, D. S. B.; BIANCHINI, V. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do estado do Paraná**. Centro de Estudos em Gestão e Políticas Públicas Contemporâneas – USP. Disponível em: www.gp.usp.br/files/desen_fatores.pdf. Acesso em: 10 mar. 2012.
- DER- PR (Departamentos de Estradas de Rodagem do Paraná). **Site institucional**. Disponível em: <<http://www.der.pr.gov.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2012.
- EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural). **Site institucional**. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br>>. Acesso em: 19 jul. 2012.
- FERRERA DE LIMA, J. Les institutions et la concertation territoriale. **Organisations & Territoires**. Québec, v. 19, n. 01, p. 45-50, 2009.
- FERRERA DE LIMA, J.; PIACENTI, C. A.; PIFFER, M. **O prata e as controvérsias da integração sul-americana**. Cascavel/PR: Edunioeste, 2001.
- FLORES, M. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento: uma visão do estado da arte. 47 p. **Contribuição para o Projeto Desenv. Territ. Rur. a partir de Serviços e Produtos com Identidade** – RIMISP. mar. 2006.
- FREITAG, L. C. **Fronteiras perigosas**: migrações e brasiliade no extremo-oeste paranaense. Cascavel/PR: Edunioeste, 2001.
- GAIOVICZ, E. F.; PAIM, R. O.; DALL'IGNA, S. F. Região e desenvolvimento territorial: Interlocuções entre um conceito e um tema nos estudos da geografia. **Visão Global**, Joaçaba, v. 12, n. 2, p. 155-174, jul./dez. 2009.
- GEHLEN, I.; RIELLA, A. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. **Dossiê Sociologias**, Porto Alegre/RS, ano 6, n. 11, p. 20-26, jan./jun. 2004.
- GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no oeste do Paraná (1940-70). Cascavel/PR: Edunioeste, 2002.

- GREGORY, V.; MYSKIW, A. M.; GREGORY, L. T. M. **Porto Britânia a Pato Bragado: memórias e histórias.** Marechal Cândido Rondon/PR: Germânica, 2004.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GIROTO, A. P. S.; ROCHA, S. T.; YWATA, S. Y.; ROMERA, V. M. **Indicadores sociais:** um imperativo no cotidiano dos assistentes sociais atuantes no processo de gestão. 2007. 27 p. Monografia (Pós-Graduação de Políticas Sociais e Processos de Gestão) – Faculdades Integradas Antonio Eufrásio de Toledo, São Paulo, 2007.
- HAN, G. W. S. Desenvolvimento local: os desafios frente à globalização hegemônica. **FAE- Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v.2, n. 2, abr. 2009.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Site institucional.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pr>>. Acesso em: 19 jan. 2012.
- INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Site institucional.** Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 set. 2012.
- IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). **Site institucional.** Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/idh_estados.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2012.
- ITAIPU BINACIONAL. **Site institucional.** Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties/>>. Acesso em: 14 set. 2012.
- JOYAL, A.; MARTINELLI, D. P. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas.** Barueri/SP: Manole, 2004.
- LENCIONI, S. **Região e Geografia.** São Paulo: Ed. da USP, 1999.
- MAFRA, F.; SILVA, J. A. **Planejamento e gestão do território.** Portugal: SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação, 2004.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- _____. **Fundamentos da metodologia científica.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MAREN, J. M van de. **Méthodologie de recherche pour l'és intervenats sociaux.** Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, 1995.
- MARTELETO, R. M.; SILVA. A. B. O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004.
- MILANI, C. R. S. Nem cola, nem lubrificante sociólogo, mas campo eletromagnético: as metáforas do capital social no campo do desenvolvimento local. **In Redes.** Santa Cruz do Sul/RS, v. 12, n. 1, p. 195-224, jan./abr. 2007.

MILANI, C. R. S. **Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de pintadas** (Bahia, Brasil). 2004. 30 p. Projeto de pesquisa (Desenvolvido na Escola de Administração da UFBA), Salvador, 2004.

MONASTÉRIO, L. M. **Capital social e a região sul do Rio Grande do Sul**. 2002. 228 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

MORAES, J. L. A. Capital Social e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional Sustentável. **Revista do Centro de Ciências Administrativas** (UNIFOR), Fortaleza/CE, v. 9, n. 2, p. 196-204, dez. 2003.

NAZZARI, R. K.; LAZZAROTTO, E. M. (Org). **Capital social, comportamento político e desenvolvimento**. Cascavel/PR: Coluna do Saber, 2006.

NETO, Z. C. B. **Entrevista**. São José das Palmeiras, 03 set. 2012.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University, 1990.

NOVAES, R. **Entrevista**. São José das Palmeiras, 03 set. 2012.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n. 2, p.37-48, maio./ago. 2002.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

OSTROM, E. Collective Action and Local Development Processes. **Sociologica**. Bologna, 2007.

PARENTE, S.; ZAPATA, T. **Parceria e articulação institucional para o desenvolvimento local integrado e sustentável**. Recife/PE: Projeto Banco do Nordeste/PNUD, 1998.

PEREIRA, L. C. B. O conceito histórico de desenvolvimento. **Texto para discussão**, FGV-EESP, São Paulo, n. 157, p.24, dez. 2006.

PEREIRA, J. R. O.; CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J. Os instrumentos de mensuração do capital social: principais diferenças entre métodos reconhecidos mundialmente. XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, 2011. **Anais** do XIV INIC e X EPG. Paraíba: Univap, 2010.

PERIS, A. F. (Org). **Estratégias de desenvolvimento regional**: região oeste do Paraná. Cascavel/PR: Edunioeste, 2003.

_____. **Trilhas, rodovias e eixos**: um estudo sobre desenvolvimento regional. Cascavel/PR: Edunioeste, 2002.

PERROUX, F. **L'économie au XXe siècle**. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

- PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: diagnóstico. Curitiba: AMOP, 2000.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH)**. p. 129-164, 2001.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRAGADO. Disponível em: <<http://www.patobragado.pr.gov.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2011.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS. Acervo fotográfico: **projeto memórias e história**. 2012. 7 fotografia.
- PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- _____. **Making democracy work**: civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University, 1990.
- RÉGIS, H. P.; DIAS, S. M. C.; MELO, P. T. N. B. Redes informais de mentoria no ambiente de incubadoras de base tecnológica: o apoio ao desenvolvimento da carreira empreendedora. **Journal of Technology Management & Innovation**, Talca, v. 1, p. 40-52, 2006.
- RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do estado do Paraná**: uma análise de 1950 a 2000. 2005. 323 p. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2005.
- RIPPEL, R.; FERRERA DE LIMA. J.; BORGES, R. G. Cadeias produtivas no desenvolvimento regional: o caso de Toledo no oeste do estado do Paraná. In: V Encontro de Economia Paranaense ECOPAR, 2007, Curitiba. **Anais** do V ECOPAR. Curitiba: UFPR, 2007. v. 1. p. 15-30.
- SANDRONI, P. **Dicionário de economia**. São Paulo: Atlas, 1994.
- SANTAGADA, S. Indicadores sociais: contexto social e breve histórico. **Indicadores econômicos**, v.4, n. 20, p. 245-255, 1993.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: Ed. da 2008.
- SCHNEIDER, C. I. **Os senhores da terra**: produção de consensos na fronteira (oeste do Paraná, 1946-1960). 2001. 157 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.
- SCHNORR, P. L. **A concentração e posse da terra, o processo migratório e o cotidiano dos “bóias-frias” no município de São José das Palmeiras**. 2000. 47 p. Monografia (Pós-Graduação *Lato Sensu* Especialização em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR, 2000.
- SCHNORR, P. L. **A concentração e posse da terra, o processo migratório e o cotidiano dos “bóias-frias” no município de São José das Palmeiras**. 2010.

Disponível em:
<http://www.diaadiaeducação.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/23938.pdf?PHPSESSID=2010020510002659>. Acesso em: 15 jun. 2012.

SEHNEM, A. Desenvolvimento regional e mensuração do capital social em três regiões pertencentes a secretarias de desenvolvimento regional do extremo oeste de Santa Catarina. 2011. 191 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Caxias do Sul, Caxias do Sul/SC, 2011.

SEHNEM, A.; MACKE, J. Avaliação do capital social no ambiente universitário: uma experiência no extremo oeste catarinense. In: III Seminário de Pesquisa Interdisciplinar, 2011, Florianópolis. **Anais** da primeira década do novo milênio. Florianópolis: Unisul, 2011.

SESA (Secretaria da Saúde). **Site institucional**. Disponível em: <http://www.sesa.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2772>. Acesso em: 05 fev. 2012.

SETTON, M. G. J. de. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 60-70, mai./jun./jul./ago. 2007.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí/RS, v. 1, n. 001, p. 45-71, 2003.

SILVA, J. M. **Entrevista**. São José das Palmeiras, 03 set. 2012.

SILVA, Z. F. da. **O processo de emancipação político de São José das Palmeiras**. 1994. 44p. Monografia (Curso de História) – Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon, Marechal Cândido Rondon/PR, 1994.

SISTEMA FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro). **Site institucional**. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/IFDM/>>. Acesso em: 18 Jul. 2012.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Desenvolvimento econômico**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, R. B. de. A pessoa idosa na sociedade moderna: uma análise historiográfica. **Anais** do I Congresso do Curso de História. Jataí/GO: UFG, 2007.

TRE-PR (Tribunal Regional Eleitoral do Paraná). **Site institucional**. Disponível em: <https://www.trepr.jus.br/internet2/publicacao/ver_download_lista/mostrar.jsp?tipos=a=INTER_CE1&modelo=tre&id=1298574176628>. Acesso em: 16 mar. 2012.

VANDERLINDE, T.; GREGORY, V.; DEITOS, N. J. **Migrações e a construção do oeste do Paraná**: século XXI em perspectiva. Cascavel/PR: Coluna do saber, 2007.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageros, mensus e colonos**: história do oeste paranaense. Curitiba/PR: Vicentina, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4 ed. Porto Alegre/RS: Bookman, 2010.

ANEXOS

ANEXO A - Subscritores do capital da Maripá, local de origem e número de ações (1946)

NOME	LOCALIDADE	ESTADO	Nº DE AÇÕES
Adolpho Barth	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	15
Alberto Dalcanale	Curitiba	Paraná	100
Albino Egon Dietrich	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Alcides Heck	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Alfredo Paschoal Ruaro	Farroupilha	Rio Grande do Sul	150
Amando de Mattos Miler	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Ângelo Pedro Cassol	Santa Maria	Rio Grande do Sul	25
Arthur Fischer, Dr.	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	05
Augusto Bauer	Curitiba	Santa Catarina	25
Caetano Célia	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Carlos Frederico Walther	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Carlos Oscar Riter	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Cid Marcondes de Albuquerque, Dr.	Curitiba	Paraná	95
Curt Bercht	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	120
Edgar Hugo Bercht	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	30
Edgar Ritter	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Egon Werner Bercht	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	60
Erich Walter Bueckmann, Dr.	Brusque	Santa Catarina	20
Ewaldo Henrique Ritter	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	15
Felice Salvatore Celli	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Fernando de Azevedo Moura, Dr.	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	50
Guilherme João Fabbrin	Santa Maria	Rio Grande do Sul	10
Guilherme Leopoldo Müller	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Guilherme Renaux, Dr.	Brusque	Santa Catarina	10
Gustavo Walter Bueckmann	Brusque	Santa Catarina	30
Henrique Pacini	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	25
Herbert Müller	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Hugo Beno Haase, Dr.	Tuparendi	Rio Grande do Sul	20
Iony Roehle Bercht	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Ivo José Renaux	Brusque	Santa Catarina	10
João Wallig	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Jorge Carlos Augusto Fayet, Dr.	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Jorge Guilherme Schilling	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
José Célia	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Júlio Cezar de Souza Araújo, Dr.	Curitiba	Paraná	10
Júlio Gertum Azevedo Bastian, Dr.	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	40
Karl Linder	Brusque	Santa Catarina	10
Leonardo Júlio Perna	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	50
Luiz Dalcanale Filho	Joaçaba	Paraná	50
Maurício Starosta	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Otto Reginaldo Renaux	Brusque	Santa Catarina	100

Paulo Fayet, Dr.	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	25
Saul Bés, Dr.	Buenos Aires	Argentina	25
Sebastião Penteado Barcanchy	Curitiba	Paraná	70
Toledo Roberto Bome	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Victor Adalberto Kessler	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Werner Diehl	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	05
Werner Erich Gros	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Werner Hunsche	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Willy Barth	Carazinho	Rio Grande do Sul	100
			1600

Fonte: Gregory, 2002.

ANEXO B - Folheto de propaganda da colonizadora Maripá

Anexo 7

ATENÇÃO SNRS. AGRICULTORES

Antes de efetuar suas compras de terras visitem:

TOLEDO

NA FAZENDA BRITANIA - MUNICÍPIO DE FÓZ DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ

Porque devo comprar terras em TOLEDO?

- 1º — O maior desejo de cada Agricultor é: que seu filho deve ter uma vida melhor.
- 2º — Por isso devem procurar comprar terras de cultura livre de morros, pedras, formigas e rica em águas, clima saudável, terra fértil e de fácil escoamento dos produtos. Todos estes desejos o senhor encontra reunidos em TOLEDO na Fazenda Britania no Estado do Paraná.
- 3º — O título da Fazenda Britania têm mais de 45 anos, oferecendo por tanto todas as garantias de uma terra legal e que proporciona ao comprador escritura imediata.
- 4º — Porque TOLEDO hoje têm: Paróquia, Colégio de Freiras com 290 alunos, Médico, Hospital, Farmácia, Grandes casas comerciais, Hoteis, Luz e Força elétrica, Carpintaria e Marcenaria, Matadouro, uma grande olaria, Frigorífico, Padaria, Alfaiataria, Sapataria, Diversos Bares, e Churrascarias, uma grande oficina mecânica, a serviço de qualquer espécie de veículo. Moinhos para trigo e milho, Serrarias para pinho e madeiras de lei, firma organizada para um grande Moinho a cilindro para trigo.
- 5º — Existem as seguintes madeiras: Cedro, Louro, Cangerana, Cabriuva, Guatambú, Angico, Maria Mole, Cordeiras, Ortigões e outras mais todas sintomáticas de terras férteis. Na nos matos: Creacimbal, Larunjal, Palmitos e Taquaruçú.
- 6º — A exportação de todos os produtos coloniais são feitos diretamente para a praça de S. Paulo, grande consumidor com fretes convenientes revertendo em benefício exclusivamente dos agricultores.
- 7º — A Fazenda Britania proporciona aos seus agricultores uma grande via de comunicação que é o Rio Paraná, tanto para o Norte de S. Paulo como para a Argentina, todo ele navegável.
- 8º — **Atenção agricultores muita atenção! TOLEDO tem uma grande área dedicada ao plantio de café. E' um negócio que a Companhia de Colonização está oferecendo a todos os interessados ao preço de Cr\$ 20.000,00 a colônia de 10 alqueires. 30.000,00**
- 9º — Os preços das terras são os seguintes: de Cr\$ 20.000,00 a colônia de 10 alqueires. Condições de venda: 1/3 a vista, 1/3 a 6 meses e 1/3 a 12 meses, gosando o comprador para pagamento à vista um desconto de 10% ao ano pelo tempo que faltar das prestações.

Proprietária da Fazenda Britania:

DUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S. A.

SÉDE EM PORTO ALEGRE, À RUA VOLUNTÁRIO DA PÁTRIA, 333 E FILIAL EM TOLEDO

11.325 COLONIAS

Colonização começada há 3 anos e em franco progresso. Bom emprego de Capital

Parte dos fundos: **Aurelio Tissiani e Natal Zibetti - Sarandi, 1.º distrito**

Spondido de Carninhonete especial para viagem direta
e comoda do comprador

15-Agente:

Fonte: Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras.

Acervo: Projeto Memórias e História.

Catalogação na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.

Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

Dinca, Tatiane

D583d Desenvolvimento local : estudo dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras no Oeste paranaense (1945-2010) / Tatiane, Dinca. – Toledo, PR : [s. n.], 2012
145 f. : il. (algumas color.), figs., tabs., grafos.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Antônio Cognese
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e
Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Desenvolvimento econômico 2. Capital social 3.
Comunidades – Desenvolvimento 4. Paraná, Região Oeste –
Colonização 5. Organizações sociais 6. Disparidades
econômicas regionais 7. Pato Bragado (PR) - Condições
econômicas 8. São José das Palmeiras (PR) -- Condições
econômicas I. Cognese, Silvio Antônio, Orient. II. T

CDD 20. ed. 338.98162